



I JORNADAS
13 e 14 de outubro BIENNAIS '23
DE ESTUDOS
LOCAIS
DE SETÚBAL

Auditório do Mercado do Livramento | Setúbal



FICHA TÉCNICA

Câmara Municipal de Setúbal

Organização

Presidente
André Martins

Vereador da Cultura
Pedro Pina

Diretor do Departamento de Cultura, Desporto,
Direitos Sociais e Juventude
Luís Liberato Baptista

Coordenação do evento e e-book
Gabinete de Promoção e Divulgação do
Património Histórico e Cultural
José Luís Catalão, chefe de equipa
multidisciplinar
Iris Catralo
Diogo Ferreira

Design e Paginação

Setor de Produção e Design Gráfico, da Divisão
de Comunicação e Imagem
António Cunha

Fotografias de capa

Américo Ribeiro / José Luís Costa

Edição

Câmara Municipal de Setúbal

Fevereiro 2025



ÍNDICE

Prefácio	7
Notas introdutórias	9
Programa	10
Textos	
<i>“Do privilégio à expulsão: judeus de Setúbal no século XV”</i> — Beatriz da Silva Felício	13
<i>“O mosteiro de Setúbal e as freiras clarissas: a fundação e a construção de uma comunidade (finais do século XV e inícios do século XVI)”</i> — Márcia Lima Soares	27
<i>“Capelas privadas de Setúbal e Azeitão (séculos XVI a XIX): Uma análise histórica, patrimonial e religiosa”</i> — Rui Mesquita Mendes	41
<i>“O sal de Setúbal e as relações comerciais com os Países Baixos durante a segunda metade do século XVII”</i> — Ricardo Fernandes	69
<i>“Os citrinos setubalenses nas décadas de 50 e 60 do século XIX, segundo dados de J. C. de Almeida Carvalho”</i> — António Serra e Marisa Duarte	81
<i>“População e bairrismo: o São Domingos Futebol Clube e o desporto em Setúbal (1921–1945)”</i> — João Santana da Silva e Eupremio Scarpa	95
<i>“A coleção de ementas de banquetes do espólio Américo Ribeiro”</i> — Alberto Sousa Pereira	109
<i>“Francisco Augusto Flamengo (1852–1915). Um pintor de Setúbal”</i> — Francisca Ribeiro	119
<i>“O Escritor e a Cidade: de Sebastião da Gama para Setúbal; de Setúbal para Sebastião da Gama”</i> — Lourenço Moraes	135
<i>“O Museu está na Rua». E agora?”</i> — Ana Rita Grosso	143
Notas biográficas dos autores	152
Fotografias do evento	155
Reportagem jornalística	157



I JORNADAS
13 e 14 de outubro BIENNAIS '23
DE ESTUDOS
LOCAIS
DE SETÚBAL
Auditório do Mercado do Livramento | Setúbal

Num município que valoriza o conhecimento produzido por todos e que busca dar utilidade prática aos resultados da produção científica/não académica, as I Jornadas Bienais de Estudos Locais de Setúbal – que ocorreram no dia 13 de outubro de 2023 no Mercado do Livramento – pretenderam dar visibilidade ao património natural, cultural e imaterial do concelho.

A iniciativa, organizada pelo Gabinete de Promoção e Divulgação do Património Histórico e Cultural da Câmara Municipal de Setúbal, inspirou-se nos princípios que estiveram a montante dos Encontros de Estudos Locais do Distrito de Setúbal, que tiveram lugar na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, em 1988 e em 2011.

O objetivo central do evento foi a construção de um espaço de reunião onde investigadores e curiosos puderam partilhar as suas pesquisas em torno do nosso concelho nas mais variadas temáticas. A sessão contou com 13 oradores.

Como forma de agradecimento pela generosidade dos participantes em apresentarem as suas investigações, o município de Setúbal presenteou os intervenientes com um passeio a bordo do *Maravilha do Sado*. Neste contexto informal, a viagem pelo rio possibilitou estabelecer pontes de contacto entre todos numa lógica de trabalho em rede.

Aqui são publicadas as atas deste colóquio, que contam com dez artigos de grande interesse para a história, património, museologia, literatura e arte setubalenses.

O VEREADOR COM O PELOURO DA CULTURA,
PEDRO PINA

A organização de um colóquio que reunisse investigadores, profissionais ou amadores, que se debrucem ou debruçaram sobre matérias associadas ao concelho enquadrou-se com naturalidade nos objetivos e missão subjacentes à ação do Gabinete de Promoção e Divulgação do Património Histórico e Cultural da Câmara Municipal de Setúbal.

Tendo em vista a amplitude temática definida pelo *call for papers*, os interessados que responderam focaram as suas propostas de comunicação, essencialmente, nas áreas do património, da museologia, da história, da arte e da literatura.

Para a estrutura do evento, os oradores foram divididos em quatro sessões distintas: I – Minorias, Assistência e Fé; II – Atividades Económicas Locais; III – Imprensa Periódica, Associativismo e Festividades; IV – Arte, Identidade e Museologia. A ordem das apresentações seguiu um princípio cronológico dentro de cada painel, dinâmica que se manteve na organização das presentes atas.

Durante a manhã do dia 13 de outubro (data do encontro), os painéis focaram-se na presença judaica na antiga vila de Setúbal, nos seus organismos de assistência medieval, na introdução das freiras clarissas no convento de Jesus, nas múltiplas capelas privadas existentes no concelho e na produção sadina de sal e citrinos, respetivamente nos séculos XVII e XIX.

Na parte da tarde, os oradores dedicaram-se a abordar a imprensa periódica setubalense na contemporaneidade, a importância associativa do São Domingos Futebol Clube e no conhecimento que se pode extrair de uma antiga coleção de ementas. A especulação relativa ao futuro do projeto “O Museu está na Rua” e o debate em torno da vida e obra de Francisco Augusto Flamengo e de Sebastião da Gama encerraram o evento.

Nesta primeira edição das Jornadas Bienais de Estudos Locais de Setúbal, o público tem oportunidade de ficar a conhecer um pouco mais sobre as diversificadas matérias e, agora, através de um *ebook* poderá aceder à compilação da maioria dos trabalhos desenvolvidos numa lógica de open access.

A EQUIPA ORGANIZADORA,
JOSÉ LUÍS CATALÃO
IRIS CATRALO
DIOGO FERREIRA

PROGRAMA

13 de outubro de 2023

Auditório do Mercado do Livramento

09h00 – Receção dos conferencistas e participantes

09h30 – Abertura pelo Executivo municipal

10h00 – Painel I | Minorias, Assistência e Fé
[moderação de José Luís Catalão]

1. *“Do privilégio à expulsão: judeus de Setúbal no século xv”*, por Beatriz da Silva Felício.
2. *“«Amarás o teu próximo»: As instituições locais de assistência em Setúbal medieval”*, por Ana Cláudia Silveira.
3. *“O mosteiro de Setúbal e as freiras clarissas: a fundação e a construção de uma comunidade (finais do século xv e inícios do século xvi)”*, por Márcia Lima Soares.
4. *“Capelas privadas de Setúbal e Azeitão (séculos xvi a xix): Uma análise histórica, patrimonial e religiosa”*, por Rui Mesquita Mendes.

Debate

11h30 – Coffee-Break

11h45 – Painel II | Atividades Económicas Locais
[moderação de Leonor Soares]

1. *“O sal de Setúbal e as relações comerciais com os Países Baixos durante a segunda metade do século xvii”*, por Ricardo Fernandes.
2. *“Os citrinos setubalenses nas décadas de 50 e 60 do século xix, segundo dados de J. C. de Almeida Carvalho”*, por António Serra e Marisa Duarte.
3. *“A indústria sadina na 1ª República”*, por José Pedro Reis (não compareceu).

Debate

13h00 às 14h30 – Almoço livre

14h30 – Painel III | Imprensa Periódica, Associativismo e Festividades
[moderação de Diogo Ferreira]

1. *“O quotidiano impresso: a relevância da análise de periódicos da segunda metade do século xix e primeira metade do século xx em estudos locais. O caso de Setúbal”*, por Pedro Fernandes.
2. *“Popularização e bairrismo: o São Domingos Futebol Clube e o desporto em Setúbal (1921–1945)”*, por João Santana da Silva e Eupremio Scarpa.
3. *“A coleção de ementas de banquetes do espólio Américo Ribeiro”*, por Alberto Sousa Pereira.

Debate

15h45 – Coffee-Break

16h00 – Painel IV | Arte, Identidade e Museologia
[moderação de Iris Catralo]

1. *“Francisco Augusto Flamengo (1852-1915). Um pintor de Setúbal”*, por Francisca Ribeiro.
2. *“O Escritor e a Cidade: de Sebastião da Gama para Setúbal; de Setúbal para Sebastião da Gama”*, por Lourenço Morais.
3. *“«O Museu está na Rua». E agora?”*, por Ana Rita Grosso.

Debate

17h15 – Encerramento

BEATRIZ DA SILVA FELÍCIO
CHAIA – UNIVERSIDADE DE ÉVORA

DO PRIVILÉGIO À EXPULSÃO: JUDEUS DE SETÚBAL NO SÉCULO XV

Setúbal, vila portuária da Ordem de Santiago, seria, ao longo da Idade Média¹, um dos núcleos de domínio do Rio Sado. Afirmando-se em relação a Palmela e Alcácer do Sal, desenvolveu-se em torno de Santa Maria da Graça e de São Julião, tornando-se um dos espaços mais populosos da Península de Setúbal. No século XV, e depois de demonstrar apoio ao mestre de Avis, multiplicam-se os seus privilégios, cresce a sua população e amplia-se o seu porto. Apesar de não ser um dos maiores núcleos populacionais do Portugal medieval, consegue importância económica e social, especialmente pelo comércio, pela pesca e pela exploração salina. A sua posição geográfica terá atraído comerciantes de diversos reinos, em particular do Norte da Europa. Assim, a vila seria um espaço diversificado, onde, não obstante a fraca presença aristocrática imposta pelo domínio de uma ordem militar, a corte estadiará e investirá em finais de Quatrocentos e inícios de Quinhentos².

As particularidades deste território enquadram-se numa sociedade medieval complexa, na qual se inseririam minorias étnico-religiosas – judeus e muçulmanos. Portanto, Setúbal seria também um espaço multiconfessional, onde coabitariam gentes de diversos credos, ainda parcamente estudadas a nível local. Nesse âmbito, o presente estudo procura uma caracterização prosopográfica dos judeus da Setúbal medieval. Como se compunha e organizava a comuna? Que profissões exerciam os seus membros? O que pautava as suas vivências? O que os distinguia e aproximava das restantes comunidades portuguesas?

¹ Para um conhecimento sobre a vila e península de Setúbal na Idade Média, veja-se Paulo Drumond Braga, *Setúbal medieval, séculos XIII a XV* (Setúbal: Câmara Municipal, 1998); José Augusto Oliveira, *Na península de Setúbal, em finais da Idade Média: organização do espaço, aproveitamento dos recursos e exercício do poder* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013).

² Desta época, data-se a elevação do seu estatuto a “vila notável”, a reforma do foral e a construção do Convento de Jesus, por exemplo.

Situo-me na centúria de Quatrocentos, cronologia de crescimento demográfico dos judeus portugueses, de aumento das perseguições nos reinos vizinhos e, por fim, da expulsão/conversão forçada da minoria por D. Manuel I (1496–1497), fenómenos impactantes nas diversas comunas do reino. Como se repercutiram em Setúbal?

Dada a relação estabelecida entre comuna e monarca, opto por basear este estudo em *Chancelarias Régias* e na legislação contida nas *Ordenações Afonsinas*³. Pelos séculos de perseguição de que foram alvo, a documentação produzida por judeus e por tabelionatos comunais passou por processos de dispersão e destruição que limitam um entendimento holístico da experiência judaica na Idade Média. Logo, o *corpus* documental em análise encontra-se enviesado por uma perspetiva cristã e por fórmulas e filtros institucionais da cristandade que uma interpretação objetiva não pode ignorar.

Não obstante, este não é um terreno por desbravar na historiografia portuguesa. Notem-se os trabalhos monográficos de Maria José Ferro Tavares, na década de 1980⁴, cujo extensivo levantamento documental e abrangência temática permanecem hoje relevantes. Aliás, o segundo volume de *Os Judeus em Portugal no Século XV* (1982) serviu como base à presente investigação precisamente pela sistematização de dados e documentação sobre diversas comunidades portuguesas, passando por Setúbal. Mas Tavares não esgotou o tema, e autores como François Soyer, Filomena Barros ou Saúl Gomes provaram-no no novo milénio, com abordagens tematicamente mais variadas, conectadas com o estudo da minoria muçulmana e integrados numa escala ibérica⁵.

Por outro lado, o presente estudo alinha-se com a tendência historiográfica vigente desde a década de 1980, reflexo da micro-história, que analisa comunidades judaicas a escalas locais com o intuito de as enquadrar num paradigma geral. É neste âmbito que o contexto setubalense permanece lacunar. Nas diversas

abordagens ao passado medieval da (agora) cidade e região, nenhum estudo centrou a sua comunidade judaica. A dissertação de mestrado de Paulo Drumond Braga, *Setúbal Medieval* (1998)⁶, permanece uma referência pois, contemplando várias temáticas, incluiu uma reflexão sobre a presença judaica e muçulmana no espaço, ainda que pouco focais pela índole monográfica da obra.

A presença judaica no Portugal medieval: para uma contextualização prévia

Os primeiros vestígios judaicos na Península Ibérica remontam à ocupação romana e, com a “Reconquista”, dar-se-á um esforço de integração das minorias religiosas nos reinos cristãos – se bem que marginalizadas, desejar-se-iam assimiladas na *Res Publica Christiana*⁷. Tal passaria, em Portugal, pela sua organização em *comunas*⁸, sendo que Lisboa, Évora, Santarém e Porto acolheriam as maiores comunidades do reino. Cada comuna judaica seria chefiada por um arrabi, com funções administrativas, jurídicas e religiosas, que responderia perante um arrabi-mor na corte, até à extinção do cargo por D. Afonso V, em consequência de conflitos jurisdicionais entre representantes da minoria⁹. No século XV, e segundo a estimativa de Maria José Ferro Tavares, os judeus representariam já 3% da população portuguesa¹⁰.

Todavia, esta seria uma minoria meramente tolerada, cuja integração se daria a par com a sua marginalização. Ainda no século XIII, o Concílio de Latrão (1215) determinaria legislação a implementar na cristandade com vista à segregação das comunidades judaicas, passando pela obrigatoriedade à habitação em bairros apartados, ao porte de sinais na roupa e à limitação das interações

⁶ Braga, *Setúbal medieval, séculos XIII a XV*.

⁷ Filomena Barros, «Judeus e muçulmanos no espaço urbano: inclusões, exclusões e interações», em *Inclusão e Exclusão na Europa Urbana Medieval* (Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2019), 90.

⁸ Unidades jurídico-administrativas constituídas por, pelo menos, dez indivíduos. Estas estariam diretamente dependentes da coroa, que lhes concederia autonomia, proteção e liberdade de culto a troco de uma pesada tributação. Assemelham-se, em Castela e Aragão, às aljamas, que seguem a mesma lógica, se bem que com diferente designação, aproximando as comunidades dos diferentes reinos ibéricos pelo seu enquadramento sociopolítico. De forma a garantirem a liberdade religiosa, as comunas judaicas estariam equipadas com todos os equipamentos necessários à prática religiosa, como sinagogas (Beit Knéset), escolas (Beit Midrash) ou banhos rituais (Mikvé) – teriam tantos mais espaços, quanto maior a dimensão da comunidade. Veja-se, a este respeito, Ferro, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, 1:44–45.

⁹ Maria José Pimenta Ferro Tavares, «O difícil diálogo entre judaísmo e cristianismo», em *História religiosa de Portugal*, 2000, 54.

¹⁰ Maria José Pimenta Ferro, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, vol. I (Lisboa: Guimarães e Cª Editores, 1982), 74.

³ Mário Júlio Brito de Almeida Costa e Eduardo Borges Nunes, eds., *Ordenações afonsinas*, vol. II, 2.ª ed (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998). O segundo volume desta compilação legislativa foca particularmente as minorias étnico-religiosas. Portanto, a minha atenção recaiu sobre este.

⁴ Maria José Pimenta Ferro, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, II vols. (Lisboa: Guimarães e Cª Editores, 1982); Maria José Pimenta Ferro, *Os Judeus em Portugal no Século XIV* (Lisboa: Guimarães e Cª Editores, 1981).

⁵ Saúl António Gomes, «Uma notável comunidade num tempo instável: os judeus no Portugal de 1385», em *Portugal, uma retrospectiva. 1385* (Lisboa: Tinta da China, Público, 2019), 78–90; Maria Filomena Lopes de Barros e José Hinojosa Montalvo, eds., *Minorias étnico-religiosas na Península Ibérica (período medieval e moderno)*: actas, Coleção Biblioteca. Estudos & Colóquios 17 (Encontro de Minorias do Mediterrâneo, Lisboa: Edições Colibri; Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora; Universidade de Alicante, 2008); François Soyer, *A Perseguição aos judeus e muçulmanos de Portugal* (Lisboa: Edições 70, 2013).

entre credos. Em Portugal, estas normas foram de difícil e tardia aplicação – o reforço das leis pelos sucessivos monarcas nas *Ordenações Afonsinas* indica-o. É nas Cortes de Elvas (1361) que, por pressão do clero e dos povos, D. Pedro I reforça a obrigatoriedade de os judeus habitarem em judiarias devidamente limitadas, procedendo-se à sua efetiva aplicação na viragem do século, se bem que de forma lenta e desigual pelo reino¹¹.

Tal ocorre num contexto de aumento demográfico dos judeus portugueses, em parte pela chegada de judeus e conversos dos reinos vizinhos, onde se intensificariam as perseguições à minoria¹². Daí resultaria ressentimento por parte dos cristãos, baseado em animosidades religiosas e económicas. O protagonismo judaico nos ofícios mecânicos, na cobrança de impostos e na prestação de empréstimos seria fator de tensões, tendencialmente crescentes em conjunturas de crise e doença¹³.

Esta atividade económica justificaria a localização dos bairros/ruas – judiarias –, junto aos terreiros comerciais e às principais vias urbanas. Já o proselitismo cristão e o desejo de assimilação rodeá-los-iam de templos cristãos¹⁴ e, ao anoitecer, com o toque dos sinos, as judiarias ver-se-iam fechadas por portas, impedido a entrada e saída de gentes¹⁵. Durante o dia, nelas circulariam e viveriam membros de diferentes credos e grupos sociais, “possibilitando um contacto livre, diário e intenso” entre estes¹⁶. Seriam, assim, bairros densamente habitados, onde prevaleciam construções em altura, enquadradas no demais urbanismo¹⁷.

As circunstâncias alteram-se em finais de Quatrocentos, em consequência das perseguições e conversões forçadas em Castela e Aragão, da instalação da Inquisição nestes reinos (1478) e do decreto de expulsão pelos *Reis Católicos* (1492), que muitos refugiados trouxe ao reino português, aumentando as tensões sociais nas vilas e cidades. Quatro anos mais tarde, D. Manuel I de Portugal promulgaria também a expulsão de judeus e muçulmanos, num complexo enleado de motivações políticas, religiosas e económicas¹⁸. As minorias teriam seis meses para abandonar o

reino e, quando os judeus preparam a sua saída, o monarca vendia-lhes o embarque e leva a cabo ondas de conversões forçadas. Desta forma, a sociedade ficaria marcada pela dicotomia cristão-velho/cristão-novo e o “judaizante” cristão-novo seria visto com desconfiança, posteriormente perseguido pelo Tribunal do Santo Ofício (1536).

Neste paradigma, onde ficam os judeus de Setúbal?

Os judeus de Setúbal no século XV

A primeira referência aos judeus de Setúbal surge em 1342, mencionando-se já uma judiaria e inferindo-se uma presença anterior à produção do documento¹⁹. Neste, D. Afonso IV autoriza os judeus a possuir carnicheiros separados dos cristãos, assegurando a liberdade de culto pela manutenção de uma alimentação kosher. A confirmação de privilégios e isenções replicar-se-ia nos reinados seguintes, com a comuna a ganhar importância no reinado de D. Fernando²⁰. O apoio concedido pela vila ao Mestre de Avis terá contribuído para a concessão de privilégios por D. João I aos “seus” judeus – escusa-os de ter cavalos e armas, de receber pregações nas judiarias, de ir com presos e dinheiros, de transportar cartas e de contribuir para as despesas das deslocações dos procuradores do concelho a cortes²¹. Os seus sucessores confirmariam muitos destes privilégios coletivos, frequentes em contexto português, os quais, ao proibirem ações denunciadas pelas comunas, refletem práticas indevidas. Por exemplo, a súplica da comuna setubalense para que D. João II isentasse os seus membros de prestar aposentadoria gratuitamente reflete que a isso estariam a ser obrigados pelos excessos dos restantes grupos sociais. A proteção da comunidade por parte dos monarcas medievais expressa, assim, um cenário em que o rei considerava a minoria como parte da sua propriedade, sendo a atribuição de privilégios coletivos parte do processo de exercício e fortalecimento do poder régio.

Segundo o levantamento populacional efetuado por Maria José Ferro Tavares, contam-se cerca de 120²² judeus para Setú-

¹¹ Luísa Trindade, *Urbanismo na Composição de Portugal* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013), 416–17.

¹² O pogrom de 1391, sinónimo de violência popular e religiosa dirigida aos judeus de Castela e Aragão, inaugurou novas formas de antijudaísmo na sociedade destes reinos, prolongando-se pela centúria seguinte. Face a um paradigma adverso, muitos indivíduos, judeus e/ou conversos, optaram por partir para Portugal, ou por deixar a Península Ibérica.

¹³ Para um maior conhecimento sobre o antijudaísmo medieval, veja-se Ana C. Marques, «“A mais roym gente do mundo”: O anti-judaísmo na Dinastia de Avis (1383-1495)» (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2023).

¹⁴ Trindade, *Urbanismo na Composição de Portugal*, 519.

¹⁵ Costa e Nunes, *Ordenações afonsinas*, 455.

¹⁶ Trindade, *Urbanismo na Composição de Portugal*, 519.

¹⁷ Trindade, 516.

¹⁸ Veja-se Soyer, *A Perseguição aos judeus e muçulmanos de Portugal*.

¹⁹ A.N.T.T., Chancelaria de D. João II, l. 8, fl. 209v.

²⁰ Braga, *Setúbal medieval, séculos XIII a XV*, 208–9.

²¹ Braga, 208–9.

²² Este valor corresponde ao número de judeus setubalenses referenciados em fontes documentais consultadas por Tavares, as quais constituem uma mera amostra da documentação efetivamente produzida na época. Igualmente, tende a referir judeus, homens adultos, mencionados pela coroa e, portanto, maioritariamente privilegiados. Nesse sentido, há que entender que não é um valor representativo da totalidade desta comunidade, sendo uma útil pista para um cálculo relativo da proporcional dimensão da comuna. Compare-se, por exemplo, aos 1218 judeus referidos em Lisboa ou 343 no Porto. Ferro, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, 1982, II:179–318.

bal no século XV. As suas contribuições em tributos demonstram que seria uma comuna rentável, tendo apoiado as idas a Ceuta e a campanha castelhana de D. Afonso V²³. Como no restante reino, o rei atribuiria as rendas dos impostos comunais a nobres do seu círculo, que as integravam nos seus patrimónios. Ainda que não se conheça a totalidade dos impostos cobrados e o seu destino, terão lucrado com os judeus de Setúbal: Lopo Fernandes de Mariz, Luís Álvares, mestre de sala de D. João I, D. Jorge de Melo, fidalgo da casa real e mestre de sala de D. Manuel²⁴, e a própria Ordem de Santiago²⁵.

Recuperando a supramencionada referência a uma judiaria em Setúbal, é possível estimar-lhe uma localização central, dentro das muralhas. Situar-se-ia entre Santa Maria e São Julião, nas imediações das principais artérias comerciais da Setúbal medieval – a Rua e Praça do Espírito Santo, a Rua Direita e a Praça da Ribeira²⁶. É, e à semelhança de Santarém, Porto, Lisboa ou Guarda, um dos casos em que os concelhos expressam incómodo com a localização da judiaria, que interromperia a circulação num tecido “cristão” pela sua implantação em zonas de intensa atividade²⁷. Conquanto se verifiquem poucas informações relativas a espaços comunais, o privilégio de D. Afonso IV indica que a comunidade teria uma carniçaria e fornos²⁸, mas é provável que possuísse edifícios religiosos, pelo menos uma sinagoga. Note-se que, até ao reinado de D. Afonso V, as comunas poderiam comprar bens de raiz, que explorariam para seu sustento. Aliás, em 1450, foram confirmadas cartas de contrato agrário à comuna de judeus de Setúbal²⁹. Paralelamente, os judeus tenderiam – como a maior parte dos habitantes de núcleos medievais, independentemente do seu credo³⁰ – a aforar ou emprazar as suas habitações.

É o caso de José Pinto, judeu de Alcácer, residente em Setúbal, que em 1436 tem casas emprazadas em Montemor-o-Novo, evidenciando aliás a circulação de indivíduos no território³¹. Já Moisés Façam terá perdido umas casas que comprara de raiz a Isaac Gabay, em 1484³². No mesmo ano, Moisés Franco terá vendido ao cristão Diogo Rodrigues o foro de uma loja sobradada que

este e o irmão tinham aforadas na Ribeira à Ordem de Santiago³³. Este último caso demonstra contactos entre credos no exercício de domínios útil e efetivo de propriedade, destacando-se, como seria aliás comum na Península Ibérica, que os judeus, pelas suas inclinações profissionais, tivessem as suas lojas fora da judiaria, em zonas importantes ao comércio³⁴.

Pela maior abundância de vestígios documentais para contextos concelhios, as minorias étnico-religiosas tendem a ser abordadas precisamente no seu enquadramento urbano. Contudo, e de forma atestada desde o século XII³⁵, teriam presença nos meios rurais e nas atividades agrárias. É o caso de Salomão Vinagre, judeu de Setúbal, que teria aforada à Ordem de Santiago uma vinha na Fonte da Talha, no termo de Palmela, que exploraria para seu proveito³⁶.

Profissões/Cargos	Quantidade	Profissões/Cargos	Quantidade
Rendeiro	8	Ourives	3
Mercador	4	Jubeteiro	3
Sapateiro	3	Tabelião	5
Ferreiro	3	Rabi	2
Tecelão	4	Físico	3
TOTAL	75		

Figura 1
Profissões/cargos identificados para uma amostra 75 indivíduos ao longo do século XV³⁷.

Não obstante, a comuna de Setúbal parece integrar-se no contexto socioprofissional das comunidades judaicas peninsulares, destacando-se o trabalho têxtil, a cobrança de rendas e o comércio, com os ofícios a transmitirem-se entre gerações³⁸. Mas, em 1488, estes judeus dizem a D. João II que se dedicavam então sobretudo à compra, salga e venda de pescado por já não terem capacidade de tratar panos e mercadorias. Ao monarca terão dito que eram por vezes presos quando, de madrugada, se dirigiam à Ribeira para comprar o peixe descarregado e, em resposta, o rei ter-lhes-á concedido um salvo-conduto, a mostrar ao alcaide, para circularem pela cidade além dos horários estipulados³⁹. Logo, no final da centúria, a comuna estaria integrada na realidade socioeconómica da comunidade que integrava, mas adaptada às especificidades económicas da vila.

²³ Braga, *Setúbal medieval, séculos XIII a XV*, 212.

²⁴ Ferro, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, 1982, I:167; Braga, *Setúbal medieval, séculos XIII a XV*, 212.

²⁵ A.N.T.T., Chancelaria de D. Manuel, I, 15, fl. 97.

²⁶ Braga, *Setúbal medieval, séculos XIII a XV*, 41–42.

²⁷ Trindade, *Urbanismo na Composição de Portugal*, 73.

²⁸ A.N.T.T., Chancelaria de D. João II, I, 8, fl. 209v.

²⁹ A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, I, 34, fl. 59.

³⁰ Joel Serrão, ed., «Enfiteuse», em *Dicionário de História de Portugal* (Porto: Livraria Figueirinhas, 1981), 380.

³¹ Ferro, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, 1982, II:345.

³² Ferro, II:148.

³³ Ferro, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, 1982, I:297; Braga, *Setúbal medieval, séculos XIII a XV*, 217.

³⁴ Trindade, *Urbanismo na Composição de Portugal*, 419.

³⁵ Soyer, *A Perseguição aos judeus e muçulmanos de Portugal*, 98.

³⁶ Braga, *Setúbal medieval, séculos XIII a XV*, 217.

³⁷ Tabela elaborada com base na amostra de judeus de Setúbal cujas profissões/cargos surgem identificados em Ferro, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, 1982.

³⁸ Ferro, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, 1982, I:125.

³⁹ A.N.T.T., Chancelaria de D. João II, I, 14, fl. 55.

Muitos seriam rendeiros, podendo cobrar rendas do mesrado de Santiago ou da própria comuna⁴⁰, evidenciando a importância económico-financeira da minoria e a sua integração nos sistemas tributários locais. E, como no exercício de qualquer cargo, poderiam ocorrer irregularidades. Moisés Fazam e Anto Garate, por exemplo, teriam subornado com uma taça o escrivão dos contos da vila – cristão –, para verem esquecidas as suas falsidades⁴¹. Já Mardoqueu Farabam e Isaac Lavança terão perdido quantias de rendas arrematadas nos seus ofícios⁴². Mais particular seria a situação de Mestre José, tabelião acusado de fazer escrituras em hebraico⁴³, proibido pela associação da língua ao judaísmo e pelo seu desconhecimento por parte das autoridades cristãs.

Como este tabelião, muitos judeus exerceriam cargos e ofícios comunais – rabis, escrivães, procuradores...– e concelhos, participando ativamente no poder local. Os cristãos poderiam também deter cargos na comuna, e judeus e mouros exerceriam ainda funções entre si⁴⁴. Setúbal não foge à regra, comprovando a interação entre credos na administração da vila, das comunas e do almoxarifado⁴⁵.

Por outro lado, o já citado pedido dos judeus a D. João II, relativo às deslocações à Ribeira, sugere um conflito entre a comuna e os alcaides da vila. Ainda em 1450, queixavam-se os judeus de que, quando circulavam com sinais descaídos, o alcaide lhes confiscava, injustamente, todas as vestes⁴⁶. Queixas semelhantes surgem ao longo da década, denunciando prisões e agressões por parte dos homens do alcaide⁴⁷, expressando o conflito entre judeus e autoridades cristãs e exemplificando as constantes disputas de poder e jurisdição em contexto municipal, mediadas pela coroa.

Até dentro da comuna se estabeleceriam redes de poder e privilégio, à semelhança do restante corpo da sociedade medieval. Isaac Nafu, por exemplo, terá recebido tantos privilégios⁴⁸ do regente D. Pedro, em 1440, que os rabis da comuna o ameaçam

de excomunhão⁴⁹. Já Moussem Marcos ter-se-á visto isento de impostos e recebedor de direitos extraordinários por ter sido jubeiteiro do infante D. João, visando-se uma pena para aqueles que atentassem contra as determinações régias⁵⁰. Será precisamente a proximidade de Nafu e Marcos à corte a conseguir-lhes privilégios individuais, refletindo uma sociedade judaica que se dividiria entre oligarquias comunais de privilegiados, mais ricos e próximos da corte, e não privilegiados⁵¹. Porém, e à semelhança do caso de Marcos, o destaque em determinados ofícios contribuiria para a obtenção de benesses. Micael Peço, alfaiate, receberia uma carta de contrato para comprar e vender com cristãos⁵², equiparando-o aos profissionais da maioria, permitindo-lhe flexibilidade num contexto em que a lei determinava que nenhum judeu exercesse domínio – especialmente laboral –, sobre cristãos⁵³.

Como visto, os próprios correligionários apresentavam desagrado com estes privilégios individuais. Também os concelhos, que sentiam opressão na salvaguarda régia da minoria judaica, expressavam o seu desagrado em cortes – Setúbal é, aliás, uma das vilas que requer que os judeus não possam pedir mais privilégios individuais⁵⁴.

Estas disputas entre cristãos e judeus evidenciar-se-iam nos quotidianos. Em 1407, Moisés Namorado move um feito contra um representante do Mestre de Santiago, acusando-o de lhe ter confiscado uns potes de mel que levava na barca do cristão Lourenço Casado para ir vender ao reino de Granada. O funcionário considerava que o mel era devido à Ordem, por ser produto saído da foz do Sado, enquanto o judeu reclamava que nunca pagara dízima. O rei decide a favor de Moisés, ordenando a devolução do mel, mas o funcionário apela ao ouvidor do mestrado, que o absolve⁵⁵. Apesar da proteção da coroa, o judeu não consegue suprimir o poder da Ordem, decisivo para o comércio local. Note-se, ainda, o destino, para um reino muçulmano, do mel judaico, a bordo de uma embarcação cristã, que reforça a diversidade das atividades económicas e sociabilidades medievais no dia-a-dia.

Mesmo numa sociedade estruturalmente antijudaica, a violência e criminalidade não se se cingiriam a conflitos entre judeus e cristãos, ocorrendo intra e inter credos e até entre localidades, evidenciando a circulação de gentes e bens. Disto são exemplo diversas cartas de perdão⁵⁶ que refletem os quotidianos setubalen-

⁴⁰ Braga, *Setúbal medieval, séculos XIII a XV*, 216.

⁴¹ A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, l. 26, fl. 86. Ferro, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, 1982, II:644.

⁴² Ferro, II:649.

⁴³ A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, l. 12, fl. 27v. Ferro, II:676.

⁴⁴ É, por exemplo, o caso de Elvas, onde os carniceros judeus trabalhariam nas carniçarias muçulmanas e cristãs. A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, l. 14, fl. 88.

⁴⁵ Braga, *Setúbal medieval, séculos XIII a XV*, 211.

⁴⁶ A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, l. 34, fl. 129v.

⁴⁷ Ferro, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, 1982, I:414–15.

⁴⁸ Inclui-se: isenção de pagamento de serviço real e do serviço novo, de impostos comunais e concelhos, permissão de consumo de carne e vinho não oriundos de locais de venda hebraicos, isenção de prestação de ofícios à comuna, à coroa e ao concelho e isenção de aposentadoria. Braga, *Setúbal medieval, séculos XIII a XV*, 213.

⁴⁹ A.N.T.T., Chancelaria de D. João II, l. 8, fl. 210v.

⁵⁰ A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, l. 24, fl. 45–45v.

⁵¹ Ferro, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, 1982, I:175.

⁵² A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, l. 14, fl. 14v.

⁵³ Costa e Nunes, *Ordenações afonsinas*, 421.

⁵⁴ Ferro, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, 1982, I:215.

⁵⁵ Braga, *Setúbal medieval, séculos XIII a XV*, 214–15. In A.N.T.T., Coleção Especial, cx. 32, 7. Livro dos Copos, fl. 126v–127.

ses. Salomão Lavança, por exemplo, terá violado Isabel Vasques, cristã de Coima⁵⁷, indo contra a proibição de contactos sexuais entre judeus e cristãos. Já Abraão Franco Vinagre, rendeiro das sisas e dizima do pescado, terá sido acusado de agredir Afonso Mendes, usando o seu ofício para evitar prisão. Por vingança, o cristão invade a casa de Abraão, agredindo-o com os seus pares⁵⁸. O caso mais evidente de disputas religiosas será o de Isaac Bem Resque, rendeiro da chancelaria do mestrado, que requer a um Mateus Lopes que o acompanhe num penhor de dívidas. Face à resposta do cristão, que primeiro queria “ir ver a Deus”, o judeu terá dito que depois iriam ambos “ver o Demo”, sendo acusado de blasfémia⁵⁹.

Se condenados, os judeus estariam, como os grupos sociais menos privilegiados, sujeitos a penas públicas. Terá sido o caso de Isaac do Barco, que, em 1487, é condenado a estar por horas no pelourinho da vila com um colar ao pescoço, por ter enganado um cristão na confeção de um capuz. E, enquanto estivesse no pelourinho, estaria obrigado a portar o capuz em que tinha feito engano⁶⁰.

Quando, em 1496, D. Manuel I decreta a expulsão das minorias, lista Setúbal como um dos portos de embarque, devendo tal ter significado uma grande afluência à vila. Os pontos de saída foram vedados, passando apenas a fazer-se o embarque por Lisboa. Mas já em anos anteriores teriam chegado à vila judeus castelhanos expulsos do reino vizinho, que procuravam fugir para outras zonas da Europa ou para o Norte de África. Em 1496, Maria Anes, mulher viúva de Diogo da Cunha, recebe mercê metade dos bens que D. João II mandara tomar ao seu marido quando este fora condenado à pena capital por levar judeus ao porto de Setúbal⁶¹.

Com a expulsão e conversão forçada dos judeus portugueses, os indivíduos e instituições que com estes lucravam passam a ser compensados nas décadas seguintes, face à perda de rendimentos⁶². A eliminação formal do judaísmo teve fortes consequências fiscais e económicas para o reino, mas representou também uma rotura nas estruturas sociais características de uma “medievalidade” que se havia repercutido em Setúbal.

⁵⁶ Recursos de última instância perante a justiça do monarca. Ao descreverem o crime por que o réu pede perdão, estes documentos contêm narrativas dos quotidianos medievos, ainda que em contextos de criminalidade e através de diversos filtros discursivos.

⁵⁷ Chancelaria de D. Afonso V, l. 2, fl. 44.

⁵⁸ A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, l. 12, fl. 128v. Braga, *Setúbal medieval, séculos XIII a XV*, 219.

⁵⁹ A.N.T.T., Chancelaria de D. João II, l. 26, fl. 110–110v. Braga, 219.

⁶⁰ A.N.T.T., Chancelaria de D. João II, l. 21, fl. 92–92v. Braga, 219.

⁶¹ A.N.T.T., Chancelaria de D. Manuel, l. 32, fl. 48v.

⁶² Em 1514, D. Manuel dá uma tença à Ordem de Santiago como compensação pelas rendas dos muçulmanos e do arrabiado dos judeus. Já Jorge Melo passa a receber 80 mil reais brancos de tença assentada no ramo da fruta do almoxarifado de Lisboa, em compensação do serviço velho e novo dos judeus. Cf. Ferro, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, 1982, l:167; Braga, *Setúbal medieval, séculos XIII a XV*, 211.

Não constituindo uma das maiores comunas do reino, a comunidade judaica setubalense parece destacar-se a nível local pelas atividades económicas que desempenha e pelo espaço – físico e social – que ocupa. Nesse âmbito, o que pautava as vivências e práticas dos judeus de Setúbal parece ser o seu enquadramento numa vila portuária, onde a salga e o pescado eram centrais, integrando relações com o concelho e a Ordem de Santiago. Certamente, as suas estruturas socioeconómicas não diferem das dos restantes judeus do reino, regendo-se pelos mesmos preceitos, recorrendo às mesmas instâncias e enquadrando-se nas mesmas formas de poder e administração. Porém, os seus quotidianos são ditados pelas particularidades locais, pelo microcosmos de relações sociais, económicas e políticas que se estabeleciam na Setúbal da Idade Média. São precisamente estes quotidianos que permitem ilustrar as vivências das gentes de outrem, tão diversificadas e adaptáveis como a natureza humana o dita, sempre integradas nos seus respetivos quadros mentais e estruturas históricas.

Fontes Impressas

Costa, Mário Júlio Brito de Almeida, e Eduardo Borges Nunes, eds. *Ordenações afonsinas*. Vol. II. 2.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

Fontes Manuscritas

A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, 38 ls.

A.N.T.T., Chancelaria de D. João II, ls. 8, 14, 21, 26

A.N.T.T., Chancelaria de D. Manuel, 47 ls.

Bibliografia

Barros, Filomena. «Judeus e muçulmanos no espaço urbano: inclusões, exclusões e interações». Em *Inclusão e Exclusão na Europa Urbana Medieval*, 98–112. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2019.

Barros, Maria Filomena Lopes de, e José Hinojosa Montalvo, eds. *Minorias étnico-religiosas na Península Ibérica (período medieval e moderno): actas*. Colecção Biblioteca. Estudos & Colóquios 17. Lisboa: Edições Colibri; Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora; Universidade de Alicante, 2008.

Braga, Paulo Drumond. *Setúbal medieval, séculos XIII a XV*. Setúbal: Câmara Municipal, 1998.

Costa, Mário Júlio Brito de Almeida, e Eduardo Borges Nunes, eds. *Ordenações afonsinas*. 2.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

Ferro, Maria José Pimenta. *Os Judeus em Portugal no Século XIV*. Lisboa: Guimarães e Cª Editores, 1981.

Ferro, Maria José Pimenta. *Os Judeus em Portugal no Século XV*. Vol. II. Lisboa: Guimarães e Cª Editores, 1982.

Ferro, Maria José Pimenta. *Os Judeus em Portugal no Século XV*. Vol. I. Lisboa: Guimarães e Cª Editores, 1982.

Gomes, Saúl António. «Uma notável comunidade num tempo instável: os judeus no Portugal de 1385». Em *Portugal, uma retrospectiva. 1385, 78–90*. Lisboa: Tinta da China, Público, 2019.

Marques, Ana C. «“A mais roym gente do mundo”: O anti-judaísmo na Dinastia de Avis (1383–1495)». Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2023.

Oliveira, José Augusto. *Na península de Setúbal, em finais da Idade Média: organização do espaço, aproveitamento dos recursos e exercício do poder*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

Serrão, Joel, ed. «Enfiteuse». Em *Dicionário de História de Portugal*, II:379–83. Porto: Livraria Figueirinhas, 1981.

Soyer, François. *A Perseguição aos judeus e muçulmanos de Portugal*. Lisboa: Edições 70, 2013.

Tavares, Maria José Pimenta Ferro. «O difícil diálogo entre judaísmo e cristianismo». Em *História religiosa de Portugal*, 53–89, 2000.

Trindade, Luísa. *Urbanismo na Composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

MÁRCIA LIMA SOARES

O MOSTEIRO DE JESUS DE SETÚBAL E AS FREIRAS CLARISSAS: A FUNDAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE UMA COMUNIDADE (FINAIS DO SÉCULO XV E INÍCIOS DO SÉCULO XVI)

Introdução

Esta pesquisa tem como objetivo explorar a presença das clarissas coletinas em Setúbal, um projeto inovador em Portugal, tendo em conta a reforma executada por Coleta de Corbie (1381–1447), com a fundação do Mosteiro de Jesus, por Justa Rodrigues Pereira, em 1490, cuja obra foi levada a efeito pelo arquiteto Boitaca, que, de acordo com a lenda relatada na crónica de Leonor São João, já havia visto o mosteiro num sonho, ainda antes de ser convidado para executar o projeto.

Justa Rodrigues, ama-de-leite de D. Manuel, que, de modo afortunado, se tornou rei de Portugal, usou os seus contactos na nobreza real para sugerir a construção de um convento monumental em Setúbal, o que prestigiaria a vila. O rei D. João II acedeu e, mais tarde, sugeriu que a igreja fosse ampliada, sendo que, anos depois, D. Manuel, que buscava a sua legitimação como monarca, agiu de forma a que o monumento fosse ainda mais colossal (Almeida, 2012: 22), sendo evidentes as marcas do estilo manuelino, visíveis na igreja.

O convento foi habitado entre o século XV e o século XIX (Lisboa, 2018: 3), no entanto, será focado apenas o período respeitante à Idade Média, o início da experiência das irmãs clarissas, no convento de Jesus, em Setúbal.

1. Setúbal na época medieval

Durante a Reconquista, Setúbal foi entregue à Ordem Militar de Santiago e Espada, que a defendia e detinha a sua jurisdição (Silveira, 2008: 1). De acordo com a investigadora Ana Cláudia Silveira, o progresso desta vila deveu-se à sua ligação à referida Ordem Militar, bem como à proximidade a Lisboa, para onde escoava muitos produtos, pois Setúbal era vista como um centro

portuário, que desenvolvia o comércio marítimo nacional e internacional, ambos ligados à abundância de recursos naturais, como o peixe, vinho e sal, que entravam nas rotas mercantis da Europa medieval. Na verdade, no final da Idade Média, Setúbal assumia-se como o principal porto, a nível regional (*Idem*, p. 2). Podemos, por isso, afirmar que a vila se encontrava em clara evolução, devido ao crescimento económico, que se devia à comercialização do sal, o que se verificou na “expansão da urbe”, algo muito apreciado pelos reis e pela aristocracia da Ordem de Santiago, no início do século XVI (Gomes, 2009: 57).

A vila setubalense concentrava-se na colina de Santa Maria, sendo que a expansão se deu em direção ao rio, para ocidente, encontrando-se o bairro do Troino fora das muralhas. Outros aspectos que evidenciam a hegemonia da vila prendem-se com a separação religiosa de Palmela, que se deu a 1248, devido à criação da freguesia de Santa Maria da Graça, bem como à carta de foral recebida durante o reinado de D. Afonso III, em 1249 (Almeida, 2012: 7).

Por sua vez, a Ordem de Santiago era, sem qualquer dúvida, a maior proprietária de bens em Setúbal, tendo na sua posse meios de produção, tais como fornos, lagares e adegas. Destaca-se a importância do pescado, da produção hortícola e da caça, por outro lado, de acordo com as queixas levadas até às Cortes, a produção de cereal não era suficiente para alimentar a população, contudo, no que diz respeito ao mercado interno e externo, os barcos setubalenses transportavam produtos que vinham do Alentejo e que seguiam para Lisboa. Produtos como sal, peixe seco e fresco, cera e peles seguiam para a capital, bem como para França, Inglaterra, diversas cidades italianas, etc. (Almeida, 2012: 18).

Ora, tendo em conta estas circunstâncias, Setúbal, uma vila em pleno crescimento, reunia todas as condições para receber mais uma casa mendicante, bem como um edifício monumental, que traria prestígio à casa real e à própria vila, aspetos que serão explorados mais à frente.

2. A família franciscana em Setúbal

Em Setúbal, já existia um convento franciscano, masculino, sito na área que é, hoje, conhecida como as Colinas de São Francisco. O mesmo foi fundado em 1410, segundo a Ordem de Frades Menores, por Dona Maria Anes Escolar, com o patrocínio régio de Afonso V, D. João II e D. Manuel, que ali se hospedavam de cada vez que visitavam a vila (*Idem*, p. 7). O edifício pertenceu aos Religiosos Observantes da Província dos Algarves e foi, provavelmente, a primeira Ordem Mendicante estabelecida em Setúbal. Pela sua construção ter sido alterada ao longo dos séculos,

perdeu-se o edifício original, erigido durante a Idade Média¹. O espaço encontra-se, lamentavelmente, ao abandono e carece de uma intervenção urgente.

2.1. As clarissas coletinas

Clara de Assis redigiu a regra oficial, a *Formula Vitae*, privilegiando essencialmente a Pobreza, que foi promulgada, pelo mesmo sumo pontífice, em 1253. Após a sua morte, Clara foi canonizada a 15 de agosto de 1255, pelo Papa Alexandre IV. Oito anos mais tarde, em 1263, Urbano IV reformou essa mesma regra, por considerá-la demasiado austera (Andrade, 1999: 113), dando origem às clarissas urbanistas.

Ao longo do período medieval, em Portugal, foram fundados catorze mosteiros de clarissas, em grandes centros urbanos, “perto de cenóbios masculinos, dos quais dependiam”, num percurso de Norte para Sul (*Idem*, p. 114). A título de exemplo, em 1258, fundou-se o de Lamego (transferido para Santarém, no ano seguinte), em 1286, surge um mosteiro em Coimbra e, em 1489, o de Setúbal.

O cenóbio setubalense foi o primeiro no qual foi introduzida a reforma coletina, seguindo-se o convento Madre de Deus de Xabregas, pois ambos acolheram a reforma de Colete de Corbie (1381-1447). Ora, o final da Idade Média foi muito marcado pelas “novas correntes de espiritualidade, observância mendicante e experiências eremíticas” (Andrade, 2018: 161), o que levou à referida necessidade de se reformar as Ordens existentes, bem como as suas casas conventuais, recuperando as regras das suas fundadoras e fundadores e regressando a moldes mais primitivos (*Ibidem*). Destaca-se, portanto, o papel dos leigos nessa reforma e a urgência de uma “purificação das Ordens, do clero e da vida laical” (*Ibidem*).

Colete de Corbie nasceu na Picardia, foi beguina e depois juntou-se a um convento beneditino, seguindo, mais tarde, para o mosteiro de clarissas urbanistas de Moncel. Em 1392, recolheu-se na povoação de Hesdin, no Artois e, em 1406, Bento XIII atribuiu-lhe a tarefa de reformar as clarissas. (*Idem*, p. 164). A sua espiritualidade era intimista e mística, enaltecendo o “culto da humanidade redentora de Cristo”, bem como a sua humildade e pobreza, características que estavam presentes na regra de Santa Clara e que passaram a ser explicitadas nas Constituições Coletinas, com a aprovação do Papa Pio II, em 1458 (*Ibidem*). As

¹ Ver site do SIPA: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=10257

Constituições eram compostas por sete pontos, que marcavam uma aproximação aos mistérios de Jesus Cristo, enfatizando uma religiosidade mais rigorosa e intimista, a pobreza e o despojamento, bem como a adoção de novos nomes pelas freiras (*Idem*, p. 165). De uma forma resumida, os sete itens que faziam parte da regra coletina eram os seguintes:

- 1) Obediência à Primeira Regra de Santa Clara, e privilégio da Pobreza.
- 2) Pobreza material.
- 3) Estado contemplativo.
- 4) União fraterna.
- 5) Elevação espiritual.
- 6) Austeridade da vida conventual.
- 7) Organização do estudo e leitura de bons livros (*Ibidem*).

A reforma coletina foi o principal movimento de renovação religiosa, no caso específico das monjas clarissas. Dona Isabel (1397–1475), filha de D. João I e, mais tarde, duquesa de Borgonha, apoiou as fundações e reformas coletinas, nomeadamente a abertura do mosteiro de Gand, em 1437, tendo sido a possível introdutória desta nova regra em Portugal (*Ibidem*). No caso das freiras clarissas, essa mesma reforma havia sido debatida entre 1470 e 1480, o que levou a que a rainha Dona Leonor, esposa de D. João II, mostrasse a sua predisposição para o mecenato, apoiando a “edificação da comunidade de Jesus, em Setúbal” (Sousa, 1994: 23) e implementando-se a Primeira Regra de Santa Clara, privilegiando-se a Pobreza e vivendo segundo uma espiritualidade mais rigorosa (Andrade, 2018:162).

3. O mosteiro de Setúbal

O mosteiro de Jesus localiza-se em Setúbal e foi habitado entre o século XV e o século XIX. Existem duas crónicas escritas por monjas capuchas, já no período moderno, sendo elas a soror Leonor de São João (1565–1648) e a soror Anna Maria do Amor Divino (1774–1803). De acordo com Amor Divino, a permanência no mosteiro dividiu-se em quatro períodos:

- a) Desde a fundação até 1644, houve uma maior rigidez na observância da regra coletina, representada por uma vida marcada pela humildade e pelo silêncio.
- b) A partir de 1644, manifestou-se um relaxamento dos costumes.
- c) Em 1691, as monjas dividiam-se entre as freiras relaxadas e as observantes.
- d) O ano de 1744 marca o retorno à observância (Lisboa, 2018: 3–4).

Este convento começou a ser erigido durante o reinado de D. João II, sendo composto pela igreja e pelo convento, relembrando que o projeto teve continuidade durante o reinado de D. Manuel, o que trouxe os primeiros contornos manuelinos a um monumento português. A igreja tem a sua cabeceira virada para Nascente, sendo que a entrada se faz pela fachada sul, dando para o exterior do convento. O seu interior possui três espaços distintos: o coro-alto, as naves e a capela-mor. O claustro encontra-se a Norte, mais resguardado, envolto num muro alto, que ainda hoje existe, com o objetivo de proteger as religiosas de olhares indiscretos. O mosteiro possui uma “aura de construção militar”, com escassas aberturas para o exterior, destacando-se a nudez das paredes. No que à decoração diz respeito, o portal foi esculpido em brecha da Arrábida, de uma forma bastante original, com soluções que foram, posteriormente, usadas em muitas construções de estilo manuelino (Almeida, 2012: 22). Trata-se da primeira “igreja-salão” portuguesa, que permite uma maior entrada de luz e que rompe com as igrejas de interior mais soturno, sendo que a Capela-mor é o espaço mais decorado, num plano elevado em relação ao restante espaço, de modo a incorporar a inclusão da cripta, uma vez que a fundadora, Justa Rodrigues Pereira, pretendia que ali fosse colocado o panteão da sua família, forrado com azulejos hispano-árabes. O altar teria uma retábulo de catorze painéis pintados a óleo, eventualmente por Jorge Afonso, apesar de hoje se encontrarem no museu que se localiza junto ao convento (*Idem*, pp. 23–24).

O mosteiro foi habitado por uma “comunidade feminina espiritualmente inovadora”, tendo em conta que foram as primeiras a assumir, em Portugal, a reforma coletina, com um “objectivo religioso e espiritual contemplativo, extremamente exigente”, o que ficou patente na sua entrega altruísta à clausura, mortificando o corpo em prol de uma salvação espiritual, que traduzia a sua imensa fé e devoção (Gomes, 2009: 55–56).

Na verdade, muitas destas mulheres eram destacadas, pela própria família, para seguir o caminho da clausura, reservando-se os bons casamentos para as mais velhas e mantendo-se a riqueza e o bom nome da linhagem nobre. Por outro lado, para a mulher medieval, tratando-se de um “mero instrumento passivo de alianças”, a comunidade de religiosas poderia funcionar como um «refúgio», contudo, torna-se mais difícil analisar as motivações das monjas, uma vez que a documentação existente resume um “olhar masculino sobre a realidade” (Andrade, 1999: 109), uma história de homens, escrita para homens, que nos obriga a fazer uma leitura interpretativa muito cuidadosa.

No final do século XII, a imagem feminina alterou-se, deixando de estar tão ligada à ideia da Eva, que causou o pecado original e passando a estar, devido à proliferação do culto mariano,

mais ligada a Maria, mãe de Jesus, uma “anti-Eva”, que resumia características mais positivas como a de conselheira do homem, boa mãe, apaziguadora, caridosa, etc. (*Ibidem*). A santidade feminina foi procurada por muitas mulheres, que pretendiam alcançar o isolamento e a perfeição, tendo em conta que, no seio de uma comunidade religiosa, poderiam colmatar a fraqueza e o pecado feminino. O convento assumia, por isso, uma função social, ligada à identidade da Mulher, em que a clausura funcionava como um movimento de intervenção e o silêncio como um discurso de poder (*Ibidem*). As mulheres, quando possível, assumiam a decisão de permanecerem isoladas, mesmo que isso significasse a ausência da sua própria voz em sociedade, permanecendo fisicamente retiradas, mas espiritualmente ativas, o que lhes garantia algum estatuto.

3.1. A fundadora e a fundação

Justa Rodrigues Pereira foi a fundadora do Convento de Jesus de Setúbal, que abrigou um conjunto de monjas clarissas, uma vez que este ramo feminino dos franciscanos compunha a maior parte dos conventos dedicados às mulheres: “na viragem do século XVI, o clima religioso nacional privilegiava movimentos de clausura mendicante, em especial o movimento franciscano, pois este tinha o patrocínio régio” (Almeida, 2012:18). Esta ordem terceira observante, da reforma coletina, defendia uma vida despojada, baseada na oração, no trabalho manual e numa clausura muito rigorosa, com o objetivo de voltar à pureza original da regra primitiva de Santa Clara (*Ibidem*).

No que à fundadora diz respeito, Justa Rodrigues nasceu na década de 20, no século XV, não era de linhagem nobre, mas manteve uma relação com o bispo da Guarda, D. João Manuel, da qual resultaram dois filhos, João Manuel e Nuno Manuel.

Nuno, o irmão de Justa, era criado de D. Fernando, duque de Viseu (1433–1470), o que, certamente, a levou a ser a ama-de-leite do seu filho mais novo, D. Manuel (1469–1521), futuro rei de Portugal. Para além dos contactos que facilitaram a sua ligação ao futuro monarca, Justa Rodrigues era vista como uma mulher “piedosa, culta e virtuosa”, qualidades que, à época, acreditava-se que passariam para a criança, através do leite (*Idem*, pp. 18–19). Na ausência de um título nobre, Justa fez uso do epíteto «ama de D. Manuel» até ao final da sua vida, dando destaque à ligação que manteve com o rei.

A tenacidade de Justa Rodrigues fez com que conseguisse a aprovação real, da parte de D. João II, para a construção do convento, bem como a autorização papal (bula de 1505), para colocar o seu panteão familiar na igreja do convento de Jesus;

ao mesmo tempo, granjeou títulos para os seus descendentes, sendo que várias mulheres da sua linhagem ingressaram no mosteiro por si fundado (*Idem*, p. 19), trazendo-lhe boa fama.

De acordo com os estudos existentes, as razões que podem ter motivado Justa Rodrigues a fundar este convento seriam de natureza pessoal, buscando a salvação da sua alma, uma vez que teve dois filhos de um dignitário eclesiástico, por outro lado, procurava imortalizar o nome dos Manueis, construindo o seu panteão familiar. Outras razões poderiam prender-se com uma “lógica linhagística no seio das esferas cortesãs”, com a busca de uma promoção social, para si e para os seus descendentes (*Ibidem*).

O convento foi construído no terreno doado, em testamento, por D. Fernando a Dona Justa (em 1470), contudo, foi necessário comprar algumas das terras envolventes, recordando que D. João fez algumas doações, tanto de terrenos como de dinheiro. D. Jorge, Mestre da Ordem de Santiago (e filho bastardo de D. João II) doou o terreiro que se encontra defronte para a igreja, mandando instalar um pelourinho no local, em 1525, para evitar outras construções. Nesse sítio, onde se construiu o mosteiro, passou a realizar-se, a partir de 24 de setembro de 1494, com a autorização do rei, a feira de S. Tiago, o que atraía diversos comerciantes e clientes, que seriam potenciais contribuidores de esmolaria, com a devida aprovação do Mestre da Ordem de Santiago (Gomes, 2009: 58–59).

Voltando um pouco atrás, a bula do Papa Inocêncio VIII, a 15 de junho de 1489, autorizou a construção do cenóbio setubalense, sendo que, em 1491, num período em que se encontrava em terras sadinas, D. João II aceita patrocinar o projeto. Após a sua morte, D. Manuel mantém esse apoio. Numa posterior visita ao local das obras, D. João II decide aumentar a igreja, por considerá-la demasiado pequena, bem como outros espaços, o que permitiria que o convento acolhesse trinta e três freiras, ao invés de treze. D. Manuel, por sua vez, ainda duque de Beja, alterou novamente os planos, ampliando-os, dando sequência aos trabalhos, com a supervisão do Mestre Boitaca (Almeida 2012: 21–22). Na verdade, ao saber que sucederia a D. João II, no trono português, D. Manuel queria deixar uma obra ainda maior, ampliando o projeto do seu antecessor, de forma a afirmar-se como monarca e legitimando o seu direito ao trono, preferencialmente em Setúbal, enviando uma mensagem aos apoiantes de D. Jorge, filho ilegítimo de D. João II e Mestre da Ordem de Santiago e Espada, que preferiam que aquele ascendesse ao trono.

Em 1496, esta casa religiosa já reunia as condições necessárias para a entrada das primeiras sete religiosas, vindas do convento de Gândia, Espanha, sendo que, em 1508, termina a primeira campanha de obras do Mestre Boitaca (*Idem*, p. 22).

Curiosamente, tendo em conta o patrocínio de D. João II e, mais tarde, o empenho de D. Manuel em deixar a sua marca neste monumento, o convento de Jesus, de Setúbal, torna-se no primeiro edifício com marcas claras dos primórdios do estilo manuelino.

3.2. A observância da regra

Como já foi mencionado neste artigo, o convento de Jesus adotou a regra coletina, redigida por Colete de Corbie e aprovada, em 1458, pelo papado. No que diz respeito à regra, existem quatro exemplares, apesar de se tratarem de cópias do século XVI, mas que já seriam utilizadas antes. Duas delas faziam parte do mosteiro de Xabregas, outra de Santa Clara (Coimbra) e, por último, um exemplar que provém do convento de Jesus de Setúbal (Andrade, 1999: 120). Anteriormente, apesar de, à época, não serem tão visíveis, existiam diferenças entre as monjas clarissas: as capuchas que seguiam a regra de Santa Clara e as urbanistas, que seguiam a regra, menos severa, do papa Urbano. Ao longo dos séculos, assistiu-se a um “relaxamento dos costumes” (*Ibidem*), nos conventos, o que levou à reforma coletina, pretendendo-se, assim, recuperar a pureza da Ordem criada por Santa Clara.

A regra original pressupunha, acima de tudo, um ideal de pobreza, tendo em consideração que, no caso de uma Ordem feminina, não era permitido obter rendimentos próprios (através da exploração de terrenos, nomeadamente, ou o fabrico de produtos), como tal, existia a necessidade de receber doações de particulares, assim como os dotes e as heranças das monjas que ingressavam no cenóbio (*Ibidem*). Para sustentar esta casa, o convento setubalense recebeu generosas doações pontuais e estruturais, ao longo do tempo, com o consentimento régio e a proteção de “todos os soberanos quinhentistas”, sendo permitido, por D. Jorge, da Ordem de Santiago, que as religiosas pedissem esmolas nas terras do Mestrado (Gomes, 2009: 59). Para além do voto de pobreza, outros princípios eram, igualmente, seguidos pelas monjas: a oração, como ofício divino, o canto, jejuns e penitências, sendo obrigatório confessarem-se doze vezes ao ano e fazer sete comunhões, no Natal, na quinta-feira santa, Páscoa, Pentecostes, Assunção de Nossa Senhora, Festa de São Francisco e Todos os Santos; existia também o princípio da clausura, bem como o controlo das visitas recebidas, assim como a fidelidade ao Cardeal Protector e às autoridades franciscanas (Andrade, 1999: 120). Relativamente à hierarquia interna, a abadessa era eleita, eventualmente, por três anos, sendo assessorada por um conselho de oito mulheres, consideradas “discretas e avisadas”; caso fosse necessário, seria substituída por uma vigária. A abadessa deveria reunir o capítulo² uma vez por semana, com o

objetivo de corrigir-se o comportamento das irmãs, caso isso se aplicasse (*Idem*, p. 121). Dentro do convento existiam, igualmente, outros cargos importantes, como o de porteira, enfermeira e mestra das noviças, por outro lado, privilegiava-se a presença de quatro capelães, que rezavam quatro missas por dia. As monjas podiam apenas fornecer alimento aos visitantes ou pregadores que administravam os sacramentos, contudo, nenhuma ação poderia ser desempenhada sem o conhecimento e a aprovação da abadessa (*Ibidem*).

Ora, de acordo com os documentos existentes, numa fase inicial, as freiras do convento de Jesus seguiram, cuidadosamente, a regra coletina, respeitando as suas Constituições, porém, esta casa monástica, por se tratar de uma Ordem Mendicante, não tinha rendas próprias, desta feita, para que pudessem seguir e manter os princípios, D. Manuel estipulou uma tença, composto por produtos alimentares, dinheiro, cera e uma escrava, para ajudar na manutenção do mosteiro. Outros privilégios concedidos pela Coroa diziam respeito à primazia na compra de carne recém-talhada, assim como peixe, antes de ser taxado, além disso, recebiam uma cesta de pescado que vinha diretamente dos pescadores e outras esmolas esporádicas, que eram cedidas por privados (Almeida, 2012: 22).

Conclusão

Assumindo-se a necessidade de se fazer um levantamento mais profundo, relativamente ao convento de Jesus de Setúbal e às freiras clarissas, analisando-se os novos dados arqueológicos, bem como a regra e as crónicas redigidas no período moderno, destaca-se a relevância que o mosteiro teve para Setúbal, um centro urbano que, no século XV, evidenciava um franco crescimento económico.

Justa Rodrigues, ao conseguir o apoio de D. João II e a aprovação do papado, para a construção do convento, garante um panteão para a sua família, de modo a trazer-lhes prestígio. Tendo em conta o movimento beguino e a religiosidade leiga ao longo da centúria de Quatrocentos, houve uma preocupação com a reforma das ordens religiosas, por se sentir a necessidade de se regressar à pureza da regra das fundadoras, contrariando-se o relaxamento que se ia manifestando no interior dos mosteiros. Esse cuidado levou a que religiosas, neste caso específico, Colete de Corbie procurasse reabilitar a Ordem de Santa Clara, partindo

² Os procuradores, juntamente com os confessores e os capelães “desempenhavam o papel mais importante no cenóbio” (Andrade, 1999: 121).

para a chamada reforma coletina, com o objetivo de devolver o rigor à convivência espiritual entre as monjas. O convento de Jesus, em Setúbal, foi o primeiro a adotar esta regra, privilegiando, principalmente, o voto de pobreza e sendo muito rigoroso no cumprimento dos sete pontos das Constituições coletinas.

Mantendo o apoio da Coroa e do Mestre da Ordem de Santiago, as freiras clarissas passaram a habitar um edifício que detém os primeiros traços do manuelino, que podem ser, ainda hoje, claramente observados, principalmente no interior da igreja. O convento tornou-se, assim, numa referência para a cidade, contando com o apoio da população, que recebeu, no seu seio, mais um monumento dedicado à Ordem franciscana.

Bibliografia

Assis, Santa Clara de. (1996). *Fontes Franciscanas, vol. II Santa Clara*. 2.ª edição. Braga: Editorial Franciscana.

Baptista, Madre Leonor de São João. (1630). *Tratado da Antiga e Curiosa Fundação do Convento de Jesus de Setúbal*. BNL – Reservados, código 7686 Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://purl.pt/24975> <https://purl.pt/24975>

Divino, Anna Maria do. (1803). *Memorias Históricas do Real Convento de Jesus de Setuval compostas por Sor Anna Maria do Amor Divino, religiosa do mesmo convento. Tomo III*. Manuscritos da livraria, n.º 848. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=6080757>

Esperança, Frei Manuel. I. (1656–1721). *História Seráfica da Ordem dos Frades menores da Província de Portugal*. Lisboa: Officina Craesbeeckiana. Disponível em: https://archive.org/details/historia_serafica_dos_frades_menores-tomo5/historia_serafica_dos_frades_menores-tomo1/page/n0/mode/2up
(1858) Inventário de extinção do convento de Jesus de Setúbal. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=422440>

Almeida, Mariana Brito. (2012). *Convento de Jesus (Setúbal) Arqueologia e História: Faiança decorada*. Dissertação de mestrado, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/9280?locale=en>

Andrade, Maria Filomena. (1999). As clarissas em Portugal – dimensões regionais de uma corrente de espiritualidade europeia (sécs. XIII–XIV). *Discurso, Língua, Cultura e Sociedade*, n.º 1, 109–127.

Andrade, Maria Filomena. (2018). Uma espiritualidade renovada: a reforma coletina em Portugal nos finais da Idade Média. In João Luís Cardoso e José das Candeias Sales (Ed.), *Memoriam. Estudos de Homenagem a António Augusto Tavares* (pp. 159–168). Lisboa: Universidade Aberta.

Avelino, Carla. (2020). “Crónicas Conventuais de Fundação: Especificidades e Modelos”, *E-Revista de Estudos Interculturais do CEI-ISCAP*, n.º 8. Disponível em: https://www.iscap.pt/cei/e-rei/n8/artigos/C.Avelino_Cronicas-conventuais-de-fundacao-especificidades-e-modelos.pdf

Carvalho, José Adriano de Freitas. (1997). *Do recomendado ao lido. Direcção espiritual e prática de leitura entre franciscanas e clarissas em Portugal, no século XVII*. Porto: Universidade do Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/10749>

Corbin, Alain. (2008). *História do Cristianismo* (pp. 207–221). Lisboa: Presença.

Dias, Maria Isabel da Rosa. (2009). A narrativa da vida e milagres da Rainha Santa Isabel: testemunhos e edições. In *Medievalismo en Extremadura: Estudios sobre Literatura y Cultura Hispánicas de la Edad Media* (pp. 575–588). Cáceres: Universidade de Extremadura, Serviço de Publicaciones.

Fontes, João Luís Inglês. (2005). Cavaleiros de Cristo, Monges, Frades e Eremitas: um percurso pelas formas de vida religiosa em Évora durante a Idade Média (séculos XII a XV). *Lusitania Sacra*, 2.ª série (17), (pp. 39–61). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Gomes, Saul António. (2009). Doces obrigações: o exercício abacial no Mosteiro de Jesus de Setúbal – séculos XVI a XVIII. In *Centro de História da Sociedade e da Cultura*. Coimbra University Press.

Lisboa, Inês. (2018). *Vida e morte das clarissas do convento de Jesus de Setúbal – análise de uma série osteológica pós-medieval*. Dissertação de mestrado, Coimbra: Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/86215>

Morujão, Isabel. (2011). *Entre a voz e o silêncio: literatura e espiritualidade nos mosteiros femininos*, REVER, Vol. 11, N.º 1 (pp. 35–54). Porto: Universidade do Porto.

Orlandis, José. (2008). *História breve del cristianismo* (7.ª edición). Madrid: Ed. RIALP.

Sá, Isabel dos Guimarães. (2011). “Os Espaços de reclusão e a vida nas margens”, in José Mattoso (dir.), Nuno Gonçalo Monteiro (coord.), *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*. (pp. 277–299). Lisboa: Círculo de Leitores.

Silveira, Ana Cláudia. (2008). “Setúbal na Baixa Idade Média: intervenientes e protagonistas da actividade económica num núcleo portuário urbano”, in IX Congreso Internacional de la Asociación Española de Historia Económica, Murcia.

Sousa, Bernardo Vasconcelos e. (2016). *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento* Guia histórico 3.ª edição (pp. 329–330). Lisboa: Livros Horizonte.

Valente, Teresa. (2007). “O espaço nas igrejas dos conventos das clarissas da Província dos Algarves”. Faro: Universidade do Algarve. Disponível em: https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/7437/1/05_Promontoria9_TVValente.pdf.pdf

RUI MANUEL MESQUITA MENDES

**CAPELAS PRIVADAS DE SETÚBAL E AZEITÃO
(SÉCULOS XVI A XIX)
UMA ANÁLISE HISTÓRICA, PATRIMONIAL E
RELIGIOSA**



Figura 1
Quinta dos Ciprestes, Setúbal (Soares et Silva, 1985: Est. XVII, 2)

Introdução

Uma das mais importantes instituições desta região – o Patriarcado de Lisboa – é possivelmente também dos menos conhecidas por parte dos historiadores e investigadores do seu património religioso, pelo menos a julgar pela quase ausência de referência aos seus arquivos nos mais recentes estudos¹.

¹ O arquivo da Câmara Eclesiástica de Lisboa (CEL) encontra-se ainda largamente por explorar e hoje dividido por duas instituições – o Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa (AHPL), integrado no Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa; e – o Arquivo Nacional / Torre do Tombo (ANTT), situado igualmente em Lisboa, e integrado na Direcção Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas. A sua história e documentos é analisada em detalhe em: MENDES, 2017.

O presente estudo revela informações inéditas sobre as capelas privadas da região de Setúbal e Azeitão², com base em fontes documentais variadas, incluindo fundos notariais, judiciais e de ordens religiosas. Estas capelas, fundamentais para a memória religiosa local, possuem características distintas: "Ermidas", abertas ao culto público, e "Oratórios", de uso privado, situados no interior das residências. Até ao século XV, as famílias abastadas tinham altares portáteis e capelas privadas para missas e funções cemiteriais. Com o enriquecimento da Expansão Marítima no século XVI, surgiram mais oratórios em casas senhoriais, muitas vezes estabelecidos por instituições pias.

Após o Concílio de Trento (1545–1563) e durante a dinastia filipina (1580–1640), algumas famílias nobres abriram seus oratórios ao público ou construíram novas ermidas, integrando-os na arquitetura civil dos séculos XVII e XVIII. Neste período procurou-se reproduzir a grandiosidade dos rituais religiosos urbanos nas residências rurais. Contudo, nos séculos XIX e XX, mudanças políticas e sociais resultaram na secularização e desaparecimento de muitos desses espaços de culto.

O concelho de Setúbal preserva diversos locais de culto tradicionais, tanto públicos quanto privados, apesar das transformações ao longo do tempo. Desde a anexação de Azeitão em 1855, a região tem avançado no estudo do seu património religioso dos séculos XVI a XVIII. Vários autores têm contribuído significativamente para o entendimento e divulgação deste património. O levantamento dos últimos anos revela a riqueza do antigo património religioso e civil em Azeitão, Arrábida e arredores de Setúbal, com suas igrejas, conventos, palácios e ermidas.

O ensaio atual, baseado em fontes dos arquivos da Ordem de Santiago e do Patriarcado de Lisboa, analisa a evolução e os principais dados históricos, patrimoniais e religiosos das capelas privadas em Setúbal e Azeitão entre os séculos XVI e XIX.

² Como demonstramos num pequeno levantamento, feito em 2013, na sequência de um levantamento prévio da documentação da *Câmara Eclesiástica de Lisboa*, existente na Torre do Tombo, realizado a partir de 2008, com uma breve lista de 28 registos relacionados com o património religioso de Azeitão, que iremos desenvolver aqui, procurando identificar novos dados acerca da origem do património religioso privado do concelho de Setúbal através de documentação moderna (séculos XVI, XVII e XVIII) que é, na sua larga maioria, inédita ou pouco conhecida, sobre a história do património religioso privado – capelas particulares e oratórios –, do Concelho de Setúbal.

1. As origens das capelas privadas

O uso de oratórios e capelas privadas remonta ao tempo do Imperador Constantino (Gattico, 1746: 79–80), sendo prática comum em alguns reinos europeus, mas rara em Portugal até o século XV. Durante o reinado de D. Dinis, surgiram as primeiras capelas palatinas nos Paços de Sintra e do Castelo de Lisboa. O exemplo de capelas privadas estende-se ao século XV com a Capela de São Miguel do Paço Ducal de Tentúgal, construída pelo infante D. Pedro, considerada por José Custódio Vieira da Silva, como a primeira obra de arquitectura de um ciclo tardo-gótico que tem na igreja do Convento de Santiago de Palmela uma lógica sucessora. Esta capela era dotada de um coro-alto, à semelhança da Capela do Espírito Santo do Paço Real de Sintra, obra do pai de D. Pedro, o rei D. João I.

Maria de Lurdes Rosa fala-nos destas capelas como espaços religiosos luxuosos e móveis, com altares, retábulos e mobiliário portáteis. A Dinastia de Avis popularizou os oratórios privados, que se tornaram parte das residências da nobreza, como observado nas capelas das Infantas D. Catarina e D. Joana (Rosa, 2005: 385–387). Esta prática pode ter sido uma das que rainha D. Filipa de Lencastre ajudou a propagar no reino português, sendo certo que quase todos os seus descendentes tiveram capelas privativas nos seus paços, como o já referido Infante D. Pedro, o Conde de Ourém ou o Duque de Bragança, ou mesmo mais tarde o Mestre Dom Jorge nos seus Paços de Setúbal, e o seu filho Dom João de Lencastre, Duque de Aveiro, nos seus Paços de Azeitão.

A partir do século XVI, a prática de ter capelas privadas em casas nobres intensificou-se, refletindo a influência da Devotio Moderna, um movimento religioso que enfatizava a devoção privada. Até então, as famílias nobres possuíam capelas em conventos ou igrejas próximas para uso funerário (Caldas, 1999: 73–77). A partir desse período, as capelas começaram a ser integradas diretamente nas residências nobres, recebendo as designações de "Ermida" para capelas públicas e "Oratório" para capelas privadas.

O século XVI também viu a adaptação de propriedades religiosas em quintas de recreio com capelas privadas nos arredores das grandes cidades, como Évora³, Coimbra⁴ e Lisboa⁵. A

³ D. Afonso de Portugal, filho do Conde de Ourém, e Bispo de Évora, «*fez doação aos Padres do Convento da Graça, da mesma cidade, cinco courellas de vinhas no sítio de Villa Fria, junto à mesma, pera que dellas fizessem quinta, e erijam capella para desenfadamento e prol do Prior, e Padres do Convento*», cf. Biblioteca Pública de Évora (BPE), Col. Manizola, Cód. 292, Fl. 133.

⁴ O Convento de Santa Cruz determinou ser «*necessário fazer-se hua irmda na quinta de Almeara* (em Verride, Montemor-o-Velho) *em que os Padres quando se la vam recrear podessem dizer missa*», cf. ANTT, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, liv. 95, Fl. 65v

construção dessas capelas privadas tornou-se então um fenómeno consolidado, com um aumento significativo de licenças para altares portáteis em casas nobres.

No século XVII, a edificação de capelas privadas cresceu exponencialmente, especialmente em Lisboa, seguindo uma tendência observada também em outras partes da Europa cristã e católica, onde alguns estudos assinalam que é a partir deste século que se assiste a um maior incremento do número de capelas privadas, em especial nas casas nobres do campo e com o emprego de capelães privativos (Tingle, 2016: 252). Gattico regista várias permissões apostólicas para missas em oratórios privados, destacando a necessidade de autorização papal após o Concílio de Trento. Em 1568, o Papa Pio V concedeu licença ao Conde de Portalegre para se celebrar missa no seu oratório (Gattico, 1746: 218–219) e dois secretários régios portugueses beneficiaram do mesmo indulto em 1586 e 1587 (Gattico, 1746: 132), mas a prática foi restringida pela Sagrada Congregação, reservando ao Santo Padre a concessão dessas licenças. Este controlo foi reforçado por cartas da Congregação em 1606, cancelando licenças não concedidas pela Santa Sé (Gattico, 1746: 136). Contudo, dada a controvérsia surgida sobre quem concedia licença, em 1615, o Papa Paulo V, congregou de novo a Sagrada Congregação, porque alguns bispos continuavam excedendo as suas faculdades referentes às missas nos oratórios domésticos, e determinou por unanimidade em 15 de Fevereiro de 1616, que as anteriores licenças para poder celebrar missa em oratórios privados se declaravam nulas, enviando-se cartas a todos os Núncios e Metropolitanos para a informar desta circunstância. A carta ao Arcebispo de Lisboa foi expedida em 25 de Fevereiro de 1619 e ao Colector Apostólico em Portugal a 25 de Julho de 1620 (Gattico, 1746: 142–143).

É neste contexto que, em Setúbal e Azeitão, foram emitidas novas licenças para oratórios privados no início do século XVII. Exemplos incluem as licenças para Estêvão Homem da Silva (1616), D.^a Isabel de Sousa e Luís de Moura (1620), e D.^a Joana da Fonseca (1624) em Setúbal, e para D.^a Luísa de Noronha (1616) e D. António de Sousa (1620) em Azeitão. Estes oratórios privados ilustram a importância da devoção doméstica e a integração da prática religiosa no quotidiano das famílias nobres.

Estes desenvolvimentos refletem um período de intensa transformação religiosa e social, onde a prática devocional privada se tornou central na vida das elites, influenciada por mo-

⁵ O prior do Convento do Carmo de Lisboa, Frei Manuel de Góis (1563–1566), tomou uma das quintas dos seu património, em Murfacém (Trafaria), para seu rendimento e recreio, tendo ali mandado edificadas casas e uma ermida (Mendes, et Leal, 2014: 82).

vimentos religiosos e mudanças nas políticas eclesiais. A análise dos documentos históricos revela a evolução das práticas religiosas privadas e a crescente importância das capelas e oratórios na vida cotidiana da nobreza portuguesa, especialmente entre os séculos XVI e XVII.

2. O contexto social, cultural, arquitectónico e eclesiástico

Setúbal e Azeitão fazem parte do contexto administrativo e eclesiástico da região de Lisboa, e pertenceram ao Patriarcado de Lisboa até 1975. A análise dos aspectos históricos, sociais, religiosos e artísticos é crucial para entender a origem das muitas capelas particulares em quintas da região de Lisboa, especialmente a partir do século XVII⁶. Estas capelas eram comuns em quintas que possuíam, além de outras divisões e espaços, um andar nobre, pátio, adega, lagar e cavalariças. As capelas, com acesso ao pátio ou à rua, não tinham uma posição fixa e variavam bastante de uma quinta para outra. Algumas ficavam em extremidades da fachada principal, outras no centro, e outras ainda em construções isoladas ou integradas em corpos de serviços (Mendes, 2010: 87–89).

Essas capelas eram chamadas "Ermida" quando acessíveis ao público, com dois acessos, um interno e outro externo, e "Oratório" quando internas e reservadas ao proprietário e sua família. A maioria das capelas particulares tinha uma planta base retangular e apresentava três variantes: sem capela-mor, com capela-mor sublinhada por um arco triunfal, e com capela-mor retangular mais estreita e baixa que a nave. A cobertura era de madeira em três esteiras em capelas de construção mais pobre. As pequenas sacristias tinham acesso pelo interior das quintas. Algumas capelas anexas às habitações principais possuíam tribunas discretas e próximas do altar para a família assistir aos ofícios religiosos separada dos populares. Em alguns casos, as tribunas eram substituídas por um coro alto com acesso à habitação.

Outros elementos comuns nessas capelas eram janelas com grades, sinetas, óculos centrais na fachada e, raramente, torres laterais com sino. As capelas abertas ao público deviam estar separadas dos espaços privados, ter acesso à rua pública, e possuir uma renda para manutenção, chamada "fábrica". A posse de uma capela particular em residências nobres, especialmente nas casas de campo, tornou-se comum em Portugal a partir do século XVI, intensificando-se no final do século XVII até meados do século XVIII.

⁶ Sobre as capelas de casas e quintas da região de Lisboa nos séculos XVI, XVII e XVIII veja-se Caldas, 1999: 73–77.

Um relato anónimo de um viajante francês após o Grande Terramoto de 1755 observa que a nobreza e pessoas de segundo escalão em Portugal possuíam capelas nas suas casas, onde se celebrava missa, um costume que salvou muitos da tragédia, pois a missa raramente começava antes das onze horas, e a maioria ainda estava em casa às nove horas. Além disso, o clima ameno de Portugal permitia que muitos estivessem no campo em Novembro, onde cada casa possuía uma capela (Goudar, 1756: 190–191).

Este movimento também foi observado em outras partes da Europa cristã e católica no século XVII, com um aumento no número de capelas privadas nas casas nobres do campo, empregando capelães privativos sustentados pelas capelanias (Tingle, 2016: 252). Membros do clero regular e conventual celebravam missas, com pagamentos feitos às casas religiosas⁷. Em Setúbal e Palmela, Paulistas e Capuchos assistiam religiosamente às áreas rurais, e as extinções de casas religiosas em 1834 resultaram em um abandono progressivo das celebrações privativas, mantidas por frades secularizados egressos nas décadas seguintes.

Assim, a análise das capelas particulares em Setúbal e Azeitão reflete a evolução e adaptação das práticas religiosas privadas às mudanças sociais e políticas, bem como à estrutura eclesiástica da região, destacando a importância dessas capelas na vida cotidiana das elites nobres desde o século XVII até o início do século XIX.

3. Património religioso do concelho de Setúbal

3.1. Estado da questão quanto a fontes documentais e bibliográficas

Os edifícios e espaços religiosos do concelho de Setúbal, marca omnipresente do seu património e das suas tradições, têm sido, naturalmente, objecto do interesse, estudo e divulgação por parte de vários autores (, etc), que têm procurado dar à estampa aspetos muitas vezes desconhecidos pelo público em geral da história, arte e património setubalense de cariz religioso.

Recorrendo frequentemente às «fontes clássicas» da historiografia religiosa, como Frei Luís de Sousa (e outros cronistas religiosos), Frei Agostinho de Santa Maria, o Pe. António Carvalho da Costa, o Pe. Luís Cardoso, Memórias Paroquiais que,

⁷ Vide o caso do Mosteiro de N.ª Sr.ª da Rosa de Caparica, cf. ANTT, Ordem dos Eremitas de São Paulo Primeiro Eremita, *Mosteiro do Santíssimo Sacramento de Lisboa*, Liv. 4, Fl. 15, 11 e 18; *Mosteiro de N.ª Sr.ª da Rosa de Caparica*, Liv. 4, Fl. 369 e 505.

contudo, são praticamente omissas quanto ao património religioso de solares, casas nobres e quintas da região, em particular dos arredores e vila de Setúbal. Nos trilhos do labor destes investigadores e historiadores e de seus sucessores⁸, procuramos aqui lançar mão de outras fontes que até à data destes estudos, ou não foram considerados relevantes, ou não estavam acessíveis, mas que fruto das circunstâncias históricas e arquivísticas estão agora e nos últimos anos e pela primeira vez disponíveis para uma nova abordagem por parte dos investigadores.

Uma dessas novas fontes é precisamente os dados das licenças de construção e abertura ao culto das igrejas, ermidas e capelas particulares que ao longo de mais de 400 anos (entre a segunda metade do século XVI os fins do século XIX) foram sendo edificadas na cidade de Lisboa e seu limite eclesiástico, e que se podem consultar nos fundos provenientes da Câmara Eclesiástica de Lisboa (CEL), já que todo o processo implicava um conjunto de obrigações ao abrigo do direito canónico e das constituições episcopais, cuja verificação e licenciamento se encontra espelhada na documentação existente.

3.2. Enquadramento histórico e administrativo

A documentação analisada foi identificada a partir de 2008, com um levantamento de livros de registo e maços de expediente do Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa e da Torre do Tombo, assim como a documentação da Ordem de Santiago⁹. O estudo abrange fontes inéditas relacionadas com os concelhos sob a antiga jurisdição eclesiástica de Lisboa, dividida entre o Patriarcado de Lisboa e as dioceses de Setúbal e Santarém, criadas em 1975.

Estas fontes têm grande valor histórico e religioso, especialmente dos séculos XV a XVIII, quando os espaços e instituições religiosas de Setúbal eram divididos entre a antiga Vila de Setúbal e Azeitão. Setúbal tinha, desde o século XVI, quatro freguesias urbanas: Santa Maria da Graça, São Julião, São Sebastião e Anunciada, estas duas últimas criadas em 1554. Azeitão, inicialmente parte do termo de Sesimbra até 1759, foi anexado a Setúbal em 1855 e possuía as freguesias de São Lourenço e São Simão, esta última criada em 1570.

⁸ Por limitação de espaço, não fazemos aqui uma resenha dos vários autores que se têm dedicado ao estudo da região.

⁹ Sobre o levantamento já feito e publicado, veja-se os nossos estudos sobre os concelhos de Almada e Seixal, a presença italiana na região de Lisboa, as paróquias de Bucelas e Loures no século XVIII, ou mais recentemente sobre os concelhos de Sesimbra e da Moita, em: <https://flul.academia.edu/RuiMMendes>

A autoridade eclesiástica de Lisboa, liderada pelo Bispo, tinha a responsabilidade de aprovar novos locais de culto e inspecionar paróquias, produzindo documentos como Autos, Provisões e Visitações, que nos ajudam a entender a dinâmica da construção e manutenção de espaços religiosos. A Ordem de Santiago também exercia jurisdição semelhante até sua extinção em 1834, autorizando a edificação de novos lugares de culto, como já se verificava nas actas das visitas de 1565, em que se determinava: *“Não se edificarão ermidas nesta vila e seu termo sem licença d’El Rei nosso Senhor como governador e perpétuo administrador da Ordem de Santiago...”*. (Mendes, 2010).

Desde o final do século XIX, livros de registo destas instituições, em particular da Ordem de Santiago, têm sido utilizados por diversos pesquisadores, especialmente no estudo do património artístico. A partir do final da década de 1960, as visitas da Ordem de Santiago começaram a ser divulgadas por Vítor Pavão dos Santos na coleção da Fundação Calouste Gulbenkian, com publicações sobre visitas de várias localidades. Nos anos 1980 e 1990, novos trabalhos sobre as visitas da Ordem de Santiago surgiram, especialmente na região de Setúbal¹⁰.

As normas eclesiásticas locais estavam em consonância com as reformas iniciadas pelo Concílio de Trento (1545–1563), implementadas por instituições que regiam o corpo eclesiástico. Entre os séculos XVI e XX, o território de Setúbal manteve-se quase inalterado em termos de configuração e divisão em seis freguesias. A única alteração foi a extinção da freguesia rural da Ajuda em 1835.

No início do século XVI, quando as Comendas de Sesimbra e Setúbal foram visitadas, havia três templos privados em Azeitão e Setúbal. O crescimento populacional dos arrabaldes de Fontainhas e Troino, impulsionado pela pesca e construção naval, levou à criação de novas paróquias em 1554. Nos períodos posteriores, ermidas e oratórios fundados nos séculos XVII e XVIII raramente são mencionados nas fontes sobre Setúbal, embora o limite de Azeitão esteja mais bem documentado. Portanto, uma análise detalhada das fontes é necessária para compreender a história dessas igrejas e ermidas particulares.

¹⁰ Por limitação de espaço, não fazemos aqui uma resenha dos vários estudos sobre a Ordem de Santiago na região de Setúbal.

3.3. Oratórios

Na documentação, quer da Ordem de Santiago, quer do Arcebispado de Lisboa, existem registos de oratórios privados em Setúbal com licença de edificação ou de celebração de missa desde o século XVI.

Setúbal

Os registos mais antigos de oratórios privados na vila de Setúbal registam que em 1570 a Ordem de Santiago «visitou os Oratórios de Simão de Miranda e António de Mendonça que estão edificados nas suas próprias casas e que não tem licença da Ordem para terem os ditos oratórios, manda se tire licença para neles se dizer missa no termo de 2 meses»¹¹.

Temos notícia, sem a indicação em que freguesia de situavam, das licenças dos oratórios de: Estêvão Homem da Silva (1616)¹²; D.^a Isabel de Sousa / D.^a Mariana de Carvalho (1616–1620)¹³; Luís de Moura ? (1616–1620)¹⁴; D.^a Joana da Fonseca (1624)¹⁵; Isabel Teresa de Seixas (1733)¹⁶; D. José António de Vasconcelos e Sousa, Trinchante de Sua Magestade, e s.m. D. Helena Portugal (1757)¹⁷; e Dona Inácia Teresa Eufrásia da Cunha (1780)¹⁸.

Na Freguesia de São Julião, registamos o Oratório ou Ermida do Espírito Santo, anexa à Igreja de São Julião, «onde residem os mininos órfãos», em 1570–1571¹⁹, e as licenças dos oratórios de: Diogo Francisco da Fonseca e Isabel Josefa da

¹¹ ANTT, *Ordem de Santiago / Convento de Palmela*, Liv. 220, Fl. 10-10v.

¹² ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago*, liv. 10, Fl. 437v (4-11-1616).

¹³ AHPL, *Registo Geral*, ms. 529, Fl. 164.

¹⁴ AHPL, *Registo Geral*, ms. 529, Fl. 164, Licença para se dizer missa por três anos.

¹⁵ AHPL, *Registo Geral*, ms. 702, Fl. 195v, Licença para se dizer missa por um ano (11-3-1624).

¹⁶ ANTT, *Registo de Breves*, Livro 10.º (1733-1734) – Ms. 436, Fl. 224–224v, Breve de Oratório para se dizer missa na sua habitação da vila de Setúbal, dado em Roma, a 17–8–1733, registado em Lisboa Ocidental em 17–3–1734.

¹⁷ ANTT, *Câmara Eclesiástica de Lisboa*, Autos Cíveis, mc. 3, doc. 10, Autos para se celebrar missa no seu oratório que tem nas casas que de presente edificaram na vila de Setúbal, pois tem breve para terem missa em qualquer habitação onde estiverem, com auto de visita de 22–8–1757 em que acharam o referido oratório em casas separadas de uso doméstico decentemente ornado e com pedra de ara e frontal, sendo concedida licença pelo Arcebispo de Lacedemónia de 13–9–1757.

¹⁸ AHPL, Exp. 1780, Lic.º cas.º do Dsr Joaquim Joze Bexiga Bravo, Provedor que foi de Setúbal, 18–11–1780.

¹⁹ ANTT, *Ordem de Santiago / Convento de Palmela*, Liv. 220, Fl. 9v: «Visita da Casa e Oratório dos Órfãos que está na dita freguesia (de São Julião), onde se encerra o Senhor na Semana Santa que não lhe parece bem por sempre ser um sobrado que sempre foi profano» (1570); ANTT, Idem, mc. 9, n.º 701 (1571).

Câmara e Vasconcelos* (1736)²⁰; D.^a Antónia Teresa de Almeida, mãe de D. Violante Antónia de Miranda Henriques, sua herdeira (1778)²¹; Francisco Sanches Pereira Guzman e Vasconcelos (1779)²². Em 1826 registam-se ainda mais dois oratórios nas casas de Teotónio Marcelino de Azevedo e Alexandre da Cruz e Silva²³ e em 1836 na casa de Francisco de Paula Leite²⁴, sendo referido um oratório ou pequena capela na Quinta das Machadas. Augusto da Silva O'Neill reedificou uma nova capela ou oratório nas suas casas de Setúbal que foi visitado e aprovado pelo Vigário da vara em 23-5-1848, por usar o Breve de Oratório dado por D. Vicente Machy no tempo de Pio VII a favor de João António de Amorim Viana Jr e sua mulher e filhos de 23.5.1814 e ampliado por Decreto de 31-5-1837²⁵. D.^a Maria Olímpia Morais de Oliveira, que viveu na freguesia de S. Julião da cidade de Setúbal até 1900, tinha indulto apostólico de Oratório privado obtido pela sua família em 23-3-1820 e ampliado por Provisão de 30-4-1889²⁶.

Na Freguesia de São Sebastião registamos a licença do oratório de Manuel António de Bulhão, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, Escrivão da Mesa Grande da Tábula Real, dada em 1757²⁷. Este era então casado com D.^a Joana Inácia e depois com D.^a Ana Joaquina Rosa Pimentel, estes pais de Nuno António de Bulhão Pato e Francisco António de Bulhão Novaes Pato²⁸, este por sua vez pai do poeta Raimundo António Bulhão Pato²⁹. No sequestro de bens de Valentim Gomes da Rocha e Seixas, refere-se a Quinta da Pega Manca no sítio das Santas, com casas nobres e com casa para o oratório independente

²⁰ Transunto de Breve de Oratório para se dizer Missa na sua casa de Setúbal, dada em Roma em 13-7-1736, registada em 22-11-1736, cf. AHPL, Ms. 366; Livro XII do Registo das Letras Apostólicas que se expedem para o Patriarcado de Lisboa, Fl. 221v-222.

²¹ Um das casas nobres em que mora em inventariante cabeça de casal, na Rua das Esteiras (actual Rua Doutor Estevam de Vasconcelos, vide: Soares, et Silva, 1983), confronta para o nascente, Armas e Ponto alto, com cimalha destas no meio da dita frontaria; qual constam de sobrados, lojas, cavalariça e cocheira e nos sobrados com várias salas, capela de Oratório, e muito mais acomodações e tem cinco janelas de sacada em frente, cf. ANTT, *Provedoria de Setúbal*, mc. 116.

²² Lic.^a cas.^o de Luis Feyo Guerreiro Maldonado com D. Teresa Joana Perpetua Sanches Gusman, no oratório do pai da noiva, cf. AHPL, Exp. 1779, cx. I, Prov.^a 17-4-1779. Em 1826 pertencia a Bernardo António Sanches de Gusman, cf. AHPL, Secretaria, maço 3.

²³ AHPL, Secretaria, maço 3, relatório do pároco de São Julião de 29-5-1826.

²⁴ AHPL, Exp. 1836 (1), Lic.^a bap.^o de 17-11-1836.

²⁵ AHPL, Exp. 1848 (1), Prov.^a de 26-5-1848; AHPL, U.I. 250, Fl. 36.

²⁶ AHPL, UI 269, fls. 314-314v.

²⁷ AHPL, UI 180 (1745-1869), Fl. 6v - Processos de 1757; ANTT, *Câmara Eclesiástica de Lisboa*, Autos Cíveis, mc. 2, doc. 36 - documento em mau estado.

²⁸ ADSTB, *Registos Paroquiais*, São Sebastião (Setúbal), Baptismos, Livro 11, f. 98v, bap.^o 4-11-1787.

²⁹ ANTT, *Hospital de S. José*, Escrivão Botelho, Maço 140, N.º 3, Caixa 838 (Docs. 1836-1837).

das mais casas (14-6-1759)³⁰. Em 1819, celebrou-se um baptismo de um filho de Francisco de Paula Botelho de Morais Sarmiento e s.m. D. Ana Rita de Horta de Sousa Tavares no Oratório da sua casa, para assim se fazer «com a possível brevidade e como para o suplicante o fazer na respectiva Freguesia com aquella decência que exige a nobreza do suplicante e sua mulher depende de certos preparos e arranjos para que he necessário passara algum tempo e o suplicante receia que possa entretanto acontecer morrer aquella creatura sem receber este Santo Sacramento»³¹. Joaquim O'Neill, Cônsul de França e dos Estados Unidos, assistente na freguesia de São Sebastião de Setúbal, no sítio das Fontainhas, também ali tinha um oratório aprovado em 4-7-1831³².

Na Freguesia da Anunciada, além do oratório das casas de Simão de Miranda, atrás mencionado em 1570, que cremos se situava na Praça da Fonte Nova, temos também oratório da Família Feu Guião (Palácio do Adeantado) com Breve de oratório dado a favor de Luís Feyo Guerreiro Maldonado, em 5-10-1759³³, também referido em 1826³⁴ e restaurado por Manuel José de Abreu Feio Guerreiro, depois das suas casas ficarem arruinadas no Terramoto de 11 de Novembro de 1858³⁵.

Azeitão

Nos limites de Azeitão, porventura o oratório mais antigo, e que nunca teve estatuto de ermida ou capela pública, foi a Capela dos Paços dos Duques de Aveiro, na Freguesia de São Lourenço. Segundo Joaquim Rasteiro, em 1898, «nas trazeiras do palacio há um pateo atulhado de relese casinholas algumas até de taipa, encontra-se ali o Oratorio particular da casa e para o mesmo pateo dão janellas e portas das cosinhas e outras dependências»³⁶. Sabe-

³⁰ ANTT, *Provedoria de Setúbal*, mc. 74.

³¹ AHPL, Exp. 1819, Prov.^a bap.^o 27-4-1819.

³² AHPL, *Secretaria*, Maços, Maço da Patriarcal.

³³ AHPL, Ms. 879, Fl. 78v.

³⁴ O pároco, em relatório de 20-7-1826, diz: «Devo informar que só existe um (nesta Freguesia) em que se celebra missa. Este é do Desembargador Conselheiro Francisco José Guião, a quem foi concedido por Breve Apostólico e aprovado pelo Eminentíssimo Senhor Cardeal Patriarca há mais de 20 anos; e ainda existe um mesmo individuo que obteve a Graça para si e seus sucessores; o dito Oratório é nas próprias casas de sua residência, mas em quarto separado, está ornamentado com toda a decência e tem todas as alfaia necessárias para celebração, como cálice, pedra sagrada e mais ornamentos», cf. AHPL, *Secretaria*, maço 3.

³⁵ Restaurado por Despacho 28-3-1859, cf. AHPL, *Secretaria*, maço 2.

³⁶ RASTEIRO, Joaquim - *Azeitão: O Paço dos Aveiros em suas relações com a história (1898)*, cf. ADSTB, *Joaquim Pedro da Assunção Rasteiro 1876/1898*, PT/ADSTB/PSS/JPAR/000001, p. 27.

mos que a Casa de Aveiro, como outras grandes casas senhoriais, tinha, já no século XVI, o seu próprio capelão, de que encontramos uma primeira referência – «*Capelão do Duque d'Aveyro*» em 1561. Embora nem sempre estes oratórios privados, como seria o caso deste do Palácio dos Aveiros, tivessem um título ou invocação própria, como outras capelas públicas, o certo é que o Pe. Manuel Frango Sousa lhe dá por título *Capela de São João Baptista (no Palácio dos Aveiros)*³⁷.

Quase tão antigo como este, seria o oratório do Palácio da Quinta das Torres, a qual incluía um tanque adjacente e a casa de fresco em forma de "Tempietto", cuja construção é da segunda metade do século XVI. A propriedade foi herdada por D. Diogo d'Eça em morgado de que "fazia parte uma quinta que está em Azeitão, termo da vila de Sesimbra, que está junto com o mosteiro de São Domingos, com seu assento de casas, pomar e olival e terras e água, assim e da maneira que meu pai a possuía" (Oliveira, 1994: 100). D. Diogo, depois de um longo exílio político, em 1570, começou a construir este palácio renascentista. Aparecendo depois na posse de D.^a Luísa de Noronha, viúva de D. Diogo, que teve carta de licença para nele se dizer missa, dada pelo Sr. Arcebispo pelo período de um ano, em 15–7–1616³⁸. Pertenceu subsequentemente a João Pedro Soares de Noronha (1726), D. António Soares de Noronha (1809) e a D. Fernando António Soares de Noronha (em 1826), sendo então descrito como «separado com porta para a sala de entrada, sem comunicação para as casas interiores (...) tem pedra de ara benta e ricos ornamentos»³⁹. Pertenceu no séc. XIX aos Condes de Murça e depois ao Dr. Manuel Bento de Sousa, tendo-se ali celebrado, já como *Capela pública de N.^a Sr.^a da Conceição*, o casamento de Lourenço José de Oliveira Monteiro com Maria de Lourdes Mongiardim da Costa Figueira em 16-8-1948⁴⁰.

Ainda na freguesia de São Lourenço, como os dois anteriores, encontrava-se o Oratório da Casa Nobre do Morgadio de Selir, propriedade que estava vinculada a um morgadio fundado pelo Capitão de Mar e Guerra Manuel da Silva Selir (em 14–4–1721)⁴¹. Suceder-lhe-ia o sobrinho Ângelo da Silva Maya Selir, que estava na Bahia e que aqui erigiu um Oratório em

1739⁴². Pertenceu depois a: Manuel da Silva Selir Maya e Castro, Capitão Mor da Vila Fresca de Azeitão, filho do anterior (1779)⁴³; e ao Tenente Coronel Manuel da Silva de Moraes da Maia Sarmento (1819 e 1826), sendo descrito como «separado das casas com porta para a varanda da entrada, tem tudo muito rico e asseado, pedra de ara benta (...) foi prorrogada a licença que seu avô e pai já tinham»⁴⁴.

Finalmente registamos aqui o Oratório da Quinta de Santo António (das Baldrucas ?) de Joaquim da Silva Franco Teles (1799–1800)⁴⁵.

Na Freguesia de São Simão regista-se uma Carta de Licença para se dizer missa (por um ano) no Oratório de D. António de Sousa, da Casa do Prado e Minas, cuja data não se pode precisar, mas que se situa entre 1616 e 1620⁴⁶. D. António e sua mulher Dona Maria Teles de Menezes residiam na Quinta da Boa Vista, na Aldeia de Camarate, onde lhes nasceu primogénito, Dom Francisco de Sousa, 1.^o marquês das Minas e 3.^o do Prado, batizado em São Simão de Azeitão (Vila Fresca) a 17–10–1615 (Oliveira, 1995: 75).

Também em São Simão se achava o Oratório de D. Francisco de Sousa, parente afastado da Casa do Prado e Minas e representante do título de Conde de Rio Pardo, por morte de seu irmão, D. Diogo de Sousa, que tendo de mudar a sua residência para a sua casa de Vila Fresca de Azeitão, em 1841, onde acabara de estabelecer Oratório para a sua família, para cujo fim tinha Breve, pediu que este fosse visitado⁴⁷. A sua filha, Marquesa de Vagos, vendeu a pedra do altar do oratório em 1892⁴⁸.

3.5 Ermidas e Capelas públicas

Na mesma documentação, existem registos de ermidas em Setúbal visitadas ou com licença de edificação ou de celebração de missa desde o século XVI.

³⁷ Sobre a história deste oratório e do Paço dos Duques de Aveiro, vide: MENDES, Rui Manuel Mesquita – Palácio dos Duques de Aveiro em Azeitão (Setúbal): «*Casas que neste Limite de Azeytaõ tem a Excellentissima Caza de Aveyro em que abyta o Duque do mesmo titullo*»: *Estudo Histórico e Patrimonial (1550–2020)* [Inédito], Lisboa: Conservation Practice, 2020.

³⁸ AHPL, *Registo Geral*, Ms. 704, Fl. 164.

³⁹ AHPL, *Secretaria*, maço 3.

⁴⁰ PT/ADSTB/JUD/TJCSTB/1/071/02140, Fl. 19.

⁴¹ ANTT, *Provedoria de Setúbal*, mc. 101, doc. 18.

⁴² Breve de Oratorio para se dizer missa em 19–12–1739, reg.^o 18–6–1740., cf. AHPL, Ms. 451: Livro XIV do Registo das Letras Apostólicas que se expedem para o Patriarcado de Lisboa, Fl. 69.

⁴³ AHPL, Exp. 1779 (1), Lic.^a bap.^o neta, 7–5–1779.

⁴⁴ AHPL, *Secretaria*, maço 3; ANTT, *Provedoria de Setúbal*, mc. 101, doc. 17; ANTT, *Desembargo do Paço*, Estremadura, mc. 485, doc. 2.

⁴⁵ Provisão de Lic.^a baptismos no Oratório: AHPL, Exp. 1799, Maço único – 29.3.1799; ANTT, *Câmara Eclesiástica de Lisboa*, mc. 1857, 5–4–1800.

⁴⁶ AHPL, *Registo Geral*, ms. 529, Fl. 164.

⁴⁷ AHPL, Exp. 1841, Cx. única – Provisão de Licença para ser visitado, 14–5–1841.

⁴⁸ AHPL, Exp. 1892, doc. 8–1–1892.

Setúbal

Nos limites da igreja e Freguesia matriz de Santa Maria da Graça, a mais antiga ermida referida é a *Ermida de N.ª Sr.ª da Graça*, edificada por Miguel Cabedo de Vasconcelos, com licença do rei Filipe II, enquanto Mestre da Ordem de Santiago, dada em 22-8-1634⁴⁹. Situava-se esta capela no Palácio dos Cabedos (Cabedo ou Quevedo), e terá ficado arruinada no início do século XIX. A licença refere que a ermida seria edificada no quintal das suas casas da vila de Setúbal, sendo ali colocada uma imagem da mesma invocação que se achava na sacristia da igreja matriz, e que a mesma será fabricada com um dote anual de 10 cruzados (4\$000 reis) hipotecados numa propriedade livre e desembargada. Esta imagem seria porventura a mesma que estava vinculada à Capela de D. Isabel de Sousa de Santa Maria de Setúbal, administrada por Jorge de Cabedo e Vasconcelos, no século XVIII 6-5-1715, 28-5-1741⁵⁰. É também provável que aquelas casas fossem as mesmas em que viveram D.ª Isabel de Sousa e D.ª Mariana de Carvalho, que alcançaram licença de celebração no seu oratório entre 1616 e 1620⁵¹.

Francisco José Pereira, proprietário morador na cidade de Setúbal, na mesma freguesia, reedificou junto de sua casa e que fora da extinta Companhia de Jesus, uma Ermida do Apóstolo S. Francisco Xavier das Índias, que teve provisão para a benzer no dia 3-12-1873. Na petição apresentada, o promotor diz que o espaço de culto ali existente (e que também fora Convento das Bernardas) estava em ruínas, tendo sido a capela então reedificada, e renovada nas paredes e telhados, tetos, estuques e pinturas, sendo a licença concedida com a condição da mesma ter pedra de ara devidamente sagrada e com relíquias e paramentos, etc...⁵².

Já na Freguesia de São Julião, há registo de várias capelas públicas, sobretudo em quintas da Várzea, como a Quinta dos Bonecos (Fig. 2), à sombra do o velho convento de Brancanes, edificada por Carlos O'Neill, cuja capela é referida por Hans Christian Andersen, hóspede da propriedade em Junho de 1866, por convite de Jorge O'Neill: "numa pequena capela do solar dos O'Neills, onde não há espaço bastante e os devotos têm de se ajoelhar fora, no jardim, diante das portas abertas" (Soares et Silva, 1985: 18-19). Segundo o inventário feito por Joaquina So-



Figura 2
Quinta dos Bonecos (Soares et Silva, 1985: Est. XI, 1)

ares e Carlos Tavares da Silva, também tiveram capela as propriedades conhecidas por Quinta da Capelinha e Quinta do Hilário, esta última no interior da casa, cuja sala tem uma pintura mural dos finais do séc. XIX, e que foi adquirida em 1949 por António Júdice Bustorff Silva.

Na zona urbana de São Julião, na Praça do Sapal (do Boca-ge), destaca-se a Casa do Morgado da Bandeira (Viscondes de Montalvo), que segundo o "O Santoral de Setúbal", de Joaquim Santos Silva e Fernão Falcão Machado, tinha uma *capela dedicada a São Carlos Borromeu*, cuja origem se desconhece (Silva, et Machado, 1959: 134).

Nos limites da Freguesia da Anunciada registamos duas capelas privadas estabelecidas em fortificações militares, o Forte de Santiago do Outão (1572) e o Castelo de São Filipe (1590), onde se realizava a festa religiosa do Apóstolo São Filipe, com romaria na Quinta-feira de Ascensão, em que era visitada por muita gente, com merendas (Silva, et Machado, 1958: 97). Em espaços residenciais urbanos, encontramos a *Ermida* que Joaquim O'Neill edificou nas casas do seu Palácio do Penedo, uma capela pública que foi visitada em 25-2-1839 e foi aprovada por provisão de 1-3-1839⁵³.

Já em espaços rurais, registamos capelas em três quintas, duas com origens ou que pertenceram a Ordens religiosas (Paulistas e Jesuítas), e uma terceira cujo culto teve uma forte influência dos Padres Carmelitas:

A Quinta de São Paulo, na posse da AMRS – Associação de Municípios da Região de Setúbal desde 1986, foi um antigo

⁴⁹ ANTT; *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago*, liv. 13, Fl. 195

⁵⁰ AHPL, Registo de Breves, Ms. 451, Fl. 181, Breve de redução de encargos dada em 6-5-1715, reg.º 28-5-1741.

⁵¹ AHPL, *Registo Geral*, ms. 529, Fl. 164.

⁵² AHPL, Exp. 1873-1. Sobre esta Capela publicamos um pequeno texto em: <https://www.academia.edu/5293185/>.

⁵³ AHPL, *Correspondência*, Setúbal, cx. 1.

Convento da Ordem de São Paulo Primeiro Eremita (ou da Serra de Ossa), extinto em 1834, e que veio a pertencer a **Dona Maria Carolina O'Neill Groot Pombo**, que em 13–5–1921 alcançou uma Provisão de Licença para ser aberta ao culto a capela da quinta, que ficava já nos limites da freguesia de Palmela, ainda que uma parte substancial da propriedade pertença à freguesia da Anunciada. A *capela era dedicada então a N.ª Sr.ª dos Remédios*, tendo-se ali celebrado o baptismo de um filho de Ricardo Ahrens da Costa Novais⁵⁴.

A **Quinta do Esteval**⁵⁵, na estrada que vai de Setúbal para Coina e Azeitão, que em 1614 pertencia, com a sua *Ermida de São Roque*, que então se achava desfeita, a Pedro Barreto de Castro, filho de Jorge Barreto, dono que foi da Quinta, que a havia edificado⁵⁶. A propriedade foi depois adquirida pelo Colégio de São Francisco Xavier da Companhia de Jesus de Setúbal, em 1664, sendo composta em 1766 por umas casas grandes de altos e baixos com sua capela e muitas benfeitorias feitas no tempo dos jesuítas, que depois de extintos em Portugal (1759), foram os seus bens sequestrados pela Fazenda Real⁵⁷. Sebastião José Correia arrematou o seu foro no Juízo da Inconfidência em 15–4–1771⁵⁸, e mandou ali fazer obras ao mestre Jacinto Isidoro de Sousa em 1774⁵⁹. O foro de 100\$600 reis da quinta e propriedades foi comprado pelo Conde da Póvoa em 18–5–1829⁶⁰. Deste passou à Casa de Palmela, em cujos descendentes se encontra actualmente, tendo a capela sido reaberta ao culto em 6–8–1921, a pedido de D. Luís Coutinho Borges de Medeiros Dias da Câmara e D.ª Helena Hosltein Beck, Duques de Palmela⁶¹.

A **Quinta de Santa Efigénia**⁶², na Baixa do Viso, teve uma capela erigida no lugar de um antigo oratório por António da Silva Sousa que alcançou para o efeito uma licença dada por

⁵⁴ AHPL, *Registo Geral*, Liv. 48 (UI 273), fl. 184v e 185

⁵⁵ Sobre esta propriedade, vide: PINHO, Inês Gato de; TELES, João Bernardo Galvão, "A arquitectura civil ao serviço da casa religiosa: propriedades urbanas e rurais do Colégio da Companhia de Jesus e Setúbal. A Quinta do Esteval", in BENTO, António da Cunha; PINHO, Inês Gato de; COUTINHO, Maria João Pereira, Património arquitectónico civil de Setúbal e Azeitão, [Setúbal: Estuário História / Liga dos Amigos e Setúbal e Azeitão, [2019], pp. 209–230.

⁵⁶ ANTTT– *Ordem de Santiago / Convento de Palmela*, liv. 55, fls. 335v (1614)

⁵⁷ ANTT, *Ministério do Reino*, mc. 765, doc. 6.

⁵⁸ ANTT, *Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça*, mc. 300, cx. 237, N.º 2

⁵⁹ ANTT, 6.º *Cartório Notarial de Lisboa*, Cx. 11, Liv. 54, Fl. 89–90v, 18–7–1774.

⁶⁰ ANTT, *Conselho da Fazenda*, Liv. 139, Fl. 53; ANTT, Hospital de São José, Liv. 977, fl. 142v–145v.

⁶¹ AHPL, *Licenças de Capelas*, Doc. 41, N.º 21A (11–7–1921 / 6–8–1921).

⁶² Santa Efigénia e Santo Elesbao eram dois santos negros, de que os frades do Carmo de Lisboa eram particularmente devotos, e sabemos que em 1773, a 6 de Janeiro, os Carmelitas de Setúbal celebraram uma procissão em sua honra. A propriedade pertenceu à Família Pereira da Silva e, em meados do séc. XX, da Família Fryxell, época em que a capela tinha festa privativa no último domingo de Maio (Silva, et Machado, 1958: 91).

Provisão de 30–4–1764, sendo consignados 12\$000 reis de renda anual para a sua fábrica⁶³. A propriedade foi depois adquirida por um Luís Manuel Francês (1782)⁶⁴.

Na **Freguesia de São Sebastião**, do lado oriental do termo de Setúbal, a mais antiga capela privada foi fundada ainda em finais do séc. XV. Trata-se da *Ermida de Santa Catarina da Coutada da Moutrena*, que «foy edificada per mem Rodrijuez pymto escudeiro morador que foy nesta villa e sua molher catarina lourenço» (rf 1488, cit visita 1510). A reparação da ermida era responsabilidade de João de Barroa e sua mulher Helena Pinta, e João Pinto, irmão dela, como herdeiros do dito Mem Rodrigues e sua mulher (1510). Este encargo foi depois assumido em parte pela Confraria de Santa Catarina e em parte pelo Mestre Dom Jorge⁶⁵, como senhor da coutada, em que sucedeu o seu filho, o Duque de Aveiro, por Carta de 21 de Julho de 1550⁶⁶. Depois de extinta a Casa de Aveiro a coutada foi adjudicada aos Viscondes de Vila Nova de Souto d'El Rei⁶⁷.

Quase tão antiga como a antecedente, era a **Ermida de N.ª Sr.ª da Graça na Herdade das Praias** que, segundo a visitação de 1510, «foy edificada per Fernam d Afonso cleriguo tyo de Duarte Rodrijuez filho de Fernam Rodrijuez», o qual, por a «dita Igreja estaa ora muyto daneficada e allgua parte dela deRibada», se mandou chamar para a corrigir e reparar (Costa, 2010). A propriedade foi depois adquirida pelos Frades de São Domingos do Convento de São Sebastião, que trasladaram do sítio onde se achava originalmente, junto da praia do rio Sado, para um Quinta (da Graça) dos referidos religiosos, que aí diziam missa, quando iam à Quinta recrear-se. Segundo o Santoral de Setúbal, ainda em meados do séc. XX, no último domingo de Setembro, se celebrava uma festa religiosa com romaria promovida pela população rural da região no *oratório da Herdade das Praias* (Silva, et Machado, 1958: 86).

Entre os séculos XVII, XVIII e XIX, edificaram-se, pelo menos, oito capelas públicas em espaços residenciais de quintas do termo de Setúbal, dentro dos limites da paróquia de São Sebastião.

Em 1670, **Henrique Camarim** teve licença para fazer uma *Ermida dedicada a N.ª Sr.ª da Penha de França* na sua Quinta da Várzea, com autoridade da Ordem de Santiago, que na provisão concedida determinou que esta edificação não prejudicaria os direitos paroquiais e o promotor deveria consignar 4\$000 réis

⁶³ AHPL, Exp. 1764; AHPL, *Registo Geral*, Liv.º 11, ms. 378, Fl. 427; ANTT, 7.º *Cartório Notarial de Lisboa*, Of. B, Liv. 42, Fl. 85.

⁶⁴ ANTT, 2.º *Cartório Notarial de Lisboa*, Cx. 130, Liv. 613, Fl. 96v–97v.

⁶⁵ ANTT, *Ordem de Santiago / Convento de Palmela*, Livro 55, Fl. 339v–340.

⁶⁶ ANTT, *Ordem de Santiago / Convento de Palmela*, Livro 26, Fl. 87.

⁶⁷ *Diário do Governo*, n.º 102, de 30/04/1840.

de rendimento anual em bens livres para a fábrica da mesma⁶⁸.

Fernando Xavier de Miranda Henriques teve Provisão do Cardeal Patriarca, dada em 27-5-1722, que lhe concedeu licença para se dizer missa na *Ermida de S. Luís Rei de França*, que tinha edificado na sua Quinta da Gâmbia⁶⁹.

O Pe. João da Silva e Bragança dotou a *Ermida de S. João Baptista* que de novo fundou na sua Quinta do sítio de Poscillos (do Bragança), termo de Setúbal, em 2\$000 réis cada ano no rendimento da dita quinta, para alcançar licença para nela se dizer missa, que lhe foi concedida por Provisão de 19-6-1767⁷⁰.

José da Costa Bragança, morador na vila de Setúbal, edificou uma *Ermida dedicada a São Jorge* na sua Quinta da Serra-lheira [Alto do Guerra], tendo obtido licença do Cardeal Patriarca por Provisão de 7-6-1770⁷¹.

A *Capela de N.ª Sr.ª da Conceição* do Solar da Quinta dos Aciprestes (Fig. 1), fundada como Ermida pelo Desembargador João Henriques da Maia que alcançou licença para «erigir uma Ermida pública com porta para a Rua com a invocação de N.ª Sr.ª da Conceição na casas da Sua quinta, cita no distrito da Vigaria Geral de Setúbal freguesia de São Sebastião», em 17-3-1782⁷². A propriedade tinha pertencido ao seu irmão Henrique da Maia, Clérigo e Vigário da Vara de Setúbal, que na habitação da sua Quinta de Setúbal tinha um oratório rural com breve dado em 9-5-1736⁷³.

Uma carta do vigário da Vara, datada de 23-4-1791, refere a existência de uma Capela na Quinta da Fonte da Talha, com Breve apostólico⁷⁴. Na mesma época Jorge de Andrade da Rua e Sousa terá mandado edificar uma Ermida ou Capela na sua Quinta de Aranjuez, cuja invocação se desconhece, mas que depois foi adquirida por Henrique O'Neill, que a reedificou e dedicou a *São João Baptista*, tendo alcançada a respectiva licença por Provisão de 12-7-1833⁷⁵.

Também da família O'Neill, era a Quinta no sítio denominado de = Santas =, onde existia uma *Capela dedicada a S. José* que havia anos estava sem culto, pelo que foi paramentada

⁶⁸ ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens*, Ordem de Santiago, Chancelaria Antiga, Liv. 19, Fl. 98, 12-10-1670.

⁶⁹ ANTT, *Câmara Eclesiástica de Lisboa*, mc. 1807, s/n.

⁷⁰ AHPL, *Registo Geral*, Liv.º 12, ms. 377, Fl. 31; ANTT, *Câmara Eclesiástica de Lisboa*, mc. 1809, doc. 171; Cartório do Distribuidor, Liv. 128, fl. 176.

⁷¹ AHPL, *Registo Geral*, Liv.º 12, ms. 377, Fl. 78; ANTT, *Câmara Eclesiástica de Lisboa*, mc. 1807, doc. s/n.

⁷² ANTT, *Câmara Eclesiástica de Lisboa*, mc. 1808, doc. s/n; AHPL, *Registo Geral*, Liv.º 12, ms. 377, Fl. 215.

⁷³ AHPL, *Registo de Breves*, Liv. 12, Ms. 366, Fl. 155-155v

⁷⁴ AHPL, *Correspondência*, Setúbal, cx. 1.

⁷⁵ AHPL, *Correspondência*, Setúbal, cx. 1; Registo Geral, L.º 12 (1831-1835), U.I. 1720.

por John Peter Torlades O'Neill a fim de se alcançar licença para a sua bênção e aberta ao culto público, a qual foi dada por Provisão de 1-9-1893⁷⁶.

Azeitão

Nos limites de Azeitão, em particular na freguesia de São Lourenço, regista-se o número mais significativo de capelas públicas em espaços residenciais, ao todo 14 capelas, enquanto em São Simão se registam 5 capelas, se contarmos com a própria Igreja de São Simão, uma antiga ermida já referida em 1500⁷⁷.

Igualmente registada no século XVI foi a *Ermida de N.ª Sr.ª dos Remédios e do Bom Pastor*, na aldeia dos Castanhos, que corresponde a um antigo convento de dominicanas, já referido em 1529 e 1565, que teve uma curta duração, antes da comunidade ser transferida para o Convento de São João de Setúbal, por Breve de 7-1-1566⁷⁸. A propriedade foi adquirida por António Veloso Cerqueira, que ali fundou um morgadio e reedificou a ermida que, por se muito antiga teve licença do ordinário e de sua jurisdição, entre 1616 e 1620⁷⁹. Segundo João Carlos de Almeida Carvalho, a propriedade pertencia no início do séc. XX a Alberto Gomes de Oliveira⁸⁰.

Fundada, provavelmente, no século XVII, seria a *Ermida de São Macário da Quinta e Morgado do Alcube*, administrado em 1726 pelo Porteiro-mor D. José de Mello. Na mesma época, o Pe. António Pires de Castelo Branco, capelão da Igreja de N.ª Sr.ª do Cabo Espichel, administrava a *Capela de N.ª Sr.ª do Cabo ou dos Anjos* da Quinta da Palhavã de Cima, que Joaquim Tomás de Figueiredo e Vasconcelos, Governador da Fortaleza de Albarquel da Barra de Setúbal, como herdeiro e sua esposa D. Escolástica Justiniana da Rocha, e esta como filha de Diogo de Carvalho e s.m. D.ª Ana Maria Joaquina da Rocha, vendeu ao Marquês de Sabugosa, então Conde de S. Lourenço, em 25-3-1772, sendo então composta de casas nobres com sua ermida, e quinta foreira em 1\$800 reis e cinco galinhas ao Morgado de Azeitão do Visconde Armeiro-mor⁸¹.

⁷⁶ AHPL, Exp. 1893 (2); AHPL, *Registo Geral*, Liv.º 43, U.I. 268, Fl. 61v-62, 1-9-1893

⁷⁷ Sobre esta propriedade vide: MENDES, 2024-II, p. 118-119.

⁷⁸ PT/ADSTB/PSS/APAC/A/0059.

⁷⁹ AHPL, *Registo Geral*, ms. 529, Fl. 164. Parte dos apontamentos sobre Azeitão já foram publicados em: MENDES, Rui Manuel Mesquita – *AZEITÃO: Apontamentos para a história do seu património religioso*, 2013, pub. <<https://www.academia.edu/5091701/>>

⁸⁰ PT/ADSTB/PSS/APAC/A/0059.

⁸¹ ANTT, *Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa (Boa-Hora)*, 3ª vara, 4ª secção, proc. 365456.

Em 8–10–1723, o rei D. João V, como Mestre da Ordem, autorizou o Sargento-Mor Manuel Pires de Carvalho Briozzo a erigir uma *Ermida (de N.ª Sr.ª do Monte Carmo)* na sua Quinta de Palhavã (de Cima) em Azeitão, pagando de foro 6\$000 rs e uma galinha para a sua fábrica⁸².

A *Ermida de Santa Maria del Carmen*, situada já nos limites da Serra e Comenda da Arrábida, entre as freguesias do Castelo de Sesimbra e São Lourenço de Azeitão, será uma das mais antigas capelas privadas destes limites, com origens no séc. XV⁸³.

Na Freguesia de São Lourenço, no século XVI–XVII, terão sido fundadas as Ermidas da Quinta Velha dos Sosas Calharizes (XVI), *dedicada a N.ª Sr.ª do Ó*, e da Quinta da Mã Partilha, dedicada da Sagrada Família (Jesus, Maria e José), ambas referidas em 1726, a última foi de Francisco de Almada, José Joaquim Lobo da Silva e Almada e depois do Conde de Carvalhais. Igualmente referida em 1726 foi a *Ermida de N.ª Sr.ª da Conceição*, edificada por D. Isabel de Sá na sua Quinta de Coína-Velha (Aldeia da Piedade), com licença dada pelo Cabido da Sé Metropolitana de Lisboa em 28–8–1662. Também da família Sá era o fidalgo da Casa Real Baltasar de Sá, que em 7–3–1668 alcançou uma provisão de licença para se dizer missa na *Ermida de N.ª Sr.ª da Penha de França* que edificou na sua da Quinta de Vila Nogueira [Palácio Salinas]⁸⁴. Em 1758, foram dadas Indulgências por 7 anos para remissão dos pecados a quem visitasse a Ermida de N.ª Sr.ª da Penha de França de Aldeia Nogueira de Azeitão⁸⁵.

O século XVIII, assiste-se à fundação de seis ermidas particulares nos limites de São Lourenço de Azeitão:

Francisco Soares da Costa edificou a *Ermida de S. Gregório Magno* na sua Quinta da Nogueira, com licença dada por Provisão de 17–8–1720⁸⁶.

António Cremer e Catarina Cremer edificam a *Capela de N.ª Sr.ª da Conceição* na sua Quinta da Conceição ou do Cremer, em Aldeia de Irmãos, em 1725 (Rasteiro, 1897).

João da Silva e Faria, “humilde orador”, edifica uma *Ermida dedicada a Santa Ana* na sua Quinta de Vale Florete, sítio que

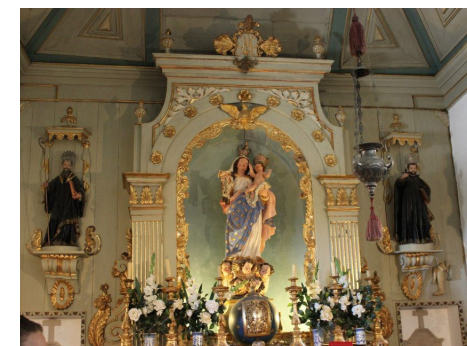
⁸² ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens*, Ordem de Santiago, Chancelaria Antiga, Liv. 27, Fl. 262.

⁸³ Sobre a sua história vide: MENDES, Rui Manuel Mesquita – “Património Religioso do Concelho de Sesimbra: Ensaio histórico. Parte I: Igrejas e Ermidas públicas”, in *Revista Akra Barbarion*, nº 5 (2021), Câmara Municipal de Sesimbra, 2021, pp. 73–142.

⁸⁴ AHPL, *Registo Geral*, Ms. 291, Fl. 205v–206 e 206v–207. Sabe-se que, já no ano de 1706, D. Maria de Menezes era proprietária da capela, assim como em 1725, o era também o Dr. João Mendes da Silva Jacques, Juiz dos Órfãos de Azeitão. Em 4–1–1752, aqui se realiza o baptismo de uma neta do Dr. João Mendes, a que se deu o nome de Maria Joana, a qual, veio mais tarde a casar com José Salinas de Benevides, um dos proprietários do Palácio (Oliveira, 1995).

⁸⁵ AHPL, Ms. 879, Fl. 87 (6.7.1758)

⁸⁶ ANTT, *Câmara Eclesiástica de Lisboa*, mç. 1809, n. 129.



Figuras 3 e 4
Capela da Quinta de Santo Amaro
e respectivo retábulo actual

aforou e era propriedade muito dilatada, necessitando de muitas pessoas assistentes, conforme petição apresentada em 1728 e provisão emitida em 16–5–1741⁸⁷. O requerente sustenta na sua petição que: «sendo dezahabitado e deserto, sem povoado, nem vizinhança alguma, e ameaçado algum Dia de muitos ladroens, chamando-se Covil delles; e porque fica muito distante da freguezia, e parte onde possa ouvir Missa tanto sua Família, como a gente de trabalho que, continuamente assiste na dita quinta» (idem).

O conhecido pintor Francisco Pinto Pereira (que trabalhou na Ermida do Bonfim), mandou edificar a *Capela de Santo Amaro* da sua Quinta de Azeitão (Fig. 3 e 4), para a qual pediu licença dizendo na respectiva petição que era «possuidor de huá quinta (...) donde vay aestir algũas vezes e nella quer erigir huá Cappella p.ª nella se celebrar missa por lhe ficar destante do mesmo sitio a d.ª frg.ª meya legoa e atendendo tambem aos circumvezinhos poderem m.tas vezes satisfazer ao preceito da missa por cauza dos tempos pertende por-lhe campanario e abrir lhe porta p.ª a rua». A licença foi-lhe concedida em 20–7–1741⁸⁸ e à semelhança do que era costume noutras propriedades com lugares de culto próprios, foi provavelmente a partir dessa data que a propriedade passou a ser oficialmente conhecida por «Quinta de Santo Amaro», ainda que actualmente a imagem principal seja uma Senhora do Pópulo (Fig. 4) que veio de Lisboa, da capela dos Senhores de Pombeiro em Arroios. Em 1905 pertencia D. Fernando de Serpa Leitão de Mansilha Pimentel que a reparou para que nela se continuasse a celebrar os ofícios divinos⁸⁹, tendo D. Maria de Sousa Coutinho Serpa Pimentel alcançado uma breve de sacrá-

⁸⁷ AHPL – Ms. 327, Fl. 111; ANTT, *Câmara Eclesiástica de Lisboa*, mç. 1807, s/n

⁸⁸ ANTT, *Câmara Eclesiástica de Lisboa*, mç. 1809, n. 126 – 20–7–1741.

⁸⁹ AHPL, Secretaria Maços (7) – Vila Franca de Xira

rio para esta capela em 1930⁹⁰, renovado por João José de Mello (São Lourenço) e sua esposa D. Maria Ana do Carmo O'Neill de Mello, em 1957⁹¹.

Em 1758 registam-se ainda as *Ermidas de N.ª Sr.ª da Penha de França* (II) de Aldeia de Oleiros, de Francisco Xavier da Costa; e de *N.ª S da Assunção*, cuja localização desconhecemos.

Na primeira metade do século XIX são fundadas mais três capelas:

A *Ermida de St.º António de Pádua*, pela devoção que havia naquela imagem na matriz, foi erigida por António Fortunato, morador de Aldeia de Irmãos, na sua Quinta do Porto da Vila, com provisão de 20-7-1802, e concluída e aberta ao culto por sua filha D. Maria Brígida Fortunata Nogueira de Miranda, por provisão de 9-12-1815⁹².

A *Ermida de N.ª Sr.ª do Monte Carmo* da Quinta dos Arcos, em Aldeia de irmãos, aparece como oratório em 1826, propriedade de D. António Rangel Alves Cabral, o qual era ausente daquela propriedade há muitos anos, sendo a capela separada das casas, com porta para a rua, paramentos ricos e pedra de ara benta. Teve licença para ali se celebrar os ofícios divinos, por provisão de 16-6-1856⁹³.

A *Ermida de São João Baptista* da Quinta da Serra foi edificada pelo Desembargador *João Baptista Esteves*, na qualidade de testamentário do falecido *Conde da Póvoa*, tendo licença para ali se dizer missa em 9-6-1838⁹⁴. Era uma grande capela, a qual, nos finais do século XIX estava em ruínas. De acordo com o requerimento a capela tinha uma casa contígua dedicada para jazigo perpétuo dos restos mortais do sobredito Conde e de seu filho menor, para onde se tencionava fazê-los trasladar depois de benzida, co que aconteceu em 18-6-1838 (idem).

⁹⁰ AHPL, *Registo Geral*, UI 275, Fl. 193v (4-1-930)

⁹¹ AHPL, *Licenças de Rescritos*, mc. 4, 10-6-1957 / 22-06-1957.

⁹² AHPL, *Registo Geral*, Ms. 298, Fl. 285; ANTT, *Câmara Eclesiástica de Lisboa*, mc. 1808, s/n - 20.7.1802; ANTT, *Câmara Eclesiástica de Lisboa*, mc. 1816, s/n - 9-12-1815. Em 1826, o pároco declara que a mesma Maria Brígida de Fortunata tinha um oratório separado das casas com porta para a sala de fora, pedra de ara benta, e ricos ornamentos, não especificando se era em local distinto ao desta ermida e quinta.

⁹³ AHPL, *Registo Geral*, Liv. 29 (UI 254), Fl. 83-83v.

⁹⁴ ANTT, *Câmara Eclesiástica de Lisboa*, mc. 3330, s/n

Considerações finais

A posse de uma capela particular anexa a casa de habitação surge em Portugal, como referimos anteriormente, a partir do século XVI, no entanto é no fim do século XVII e meados do século XVIII que se edificam a maior parte das capelas particulares conhecidas da região do Patriarcado de Lisboa.

Deste modo, a participação religiosa foi-se tornando nesta época prática enraizada na vida social, quer por via da tradição, quer da obrigação. A religião constituía um objetivo e devia ser vivenciada no dia-a-dia e nas práticas dominicais, ainda que em pequenos grupos como eram os que assistiam ao culto nas capelas das quintas. Estas expressões semanais de fé pública eram tão ou mais importantes no caso de famílias de origem estrangeira e mercante, pois assim evitavam ser associadas quer aos cristãos-novos, quer às práticas não autorizadas no catolicismo, cuja suspeita seria suficiente para os conduzir aos corredores do Tribunal da Santa Inquisição.

Vieira Caldas constata que até ao reinado de D. João V temos diversos exemplos de capelas particulares que se destacam artística e arquitetonicamente, quer pela sua decoração, quer pela sua inserção no conjunto edificado, mas a partir sensivelmente do meio do século XVIII, com o reinado de D. José I, «a mudança de rei e de gosto foi fundamental, algumas capelas começaram a integrar-se discretamente no corpo do edifício» (Caldas, 1999: 74), e muitas dessas capelas particulares, mesmo quando abertas ao público, deixam de ter qualquer sinal visível do exterior.

Apesar destas informações e das suas implicações, foram ainda assim poucos os estudos de história do património religioso do Concelho de Setúbal, a fazerem referência à documentação da CEL e AHPL sendo as exceções ou investigações mais recentes ou que tiveram acesso a documentação ainda existente nos cartórios paroquiais e no Arquivo Distrital de Setúbal.

No entanto, investigadores da história e património religioso de outras regiões portuguesas remetem e recorrem frequentemente aos arquivos das respectivas chancelarias eclesiásticas. Porventura, na região de Lisboa, tal omissão será entendível à luz da perda de documentos e fundos na sequência do Terramoto de 1 de Novembro de 1755, que tanto afectou documentação de outra natureza, como por exemplo os fundos notariais.

Tendo começado em 2008 um levantamento sistemático de documentos da CEL, que incluiu os livros de registo e maços de expediente existentes no Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa, trabalho ainda incompleto, e os maços existentes na Torre do Tombo, foi a partir deste que publicámos em 2009 e 2010

os primeiros catálogos e estudos sobre a história do património religioso, que incidiram sobre a região de Lisboa e Grande Estremadura. É também a partir deste levantamento, que agora apresentamos o presente texto sobre o Concelho de Setúbal.

A inventariação dos fundos desta Câmara Eclesiástica é um processo moroso devido à extensão e dimensão das unidades de instalação.

No trabalho de inventário documental do fundo existente no ANTT, a primeira prioridade foi a conclusão da identificação dos maços que no inventário provisório ali existente ainda não se encontravam identificados, e a segunda foi catalogar o conteúdo dos maços que pudessem ter processos de requerimento de licenças de lugares de culto, irmandades e respectivos compromissos, e outros de interesse para história do património religioso.

A documentação identificada permite, desde já, localizar processos e licenças que clarificam, ou trazem ao nosso conhecimento, dados inéditos sobre a cronologia e geografia das devoções e lugares de culto (públicos e particulares) existentes na região nos séculos XVII, XVIII e XIX.

O objectivo do presente ensaio foi, assim, dar a conhecer, com maior profundidade, a importância deste catálogo documental sobre o património religioso da região existente nestes fundos, de modo a servir de ponto de partida para outros estudos mais desenvolvidos, procurando tornar finalmente acessível uma fonte documental, até agora bastante subvalorizada.

Bibliografia citada e consultada

CALDAS, João Vieira – *A Casa rural nos arredores de Lisboa no século XVIII*, FAUP, 1987, 2.ª ed. Porto : FAUP, 1999.

CASTRO, Luís Pereira de – *Regimento da Bulla da Cruzada, feito de ordem de Sua Magestade*, 1634, imp. Lisboa: Miguel Deslandes, 1696.

GATTICO, Giovanni Baptista – *De oratoriis domesticis et de usu altaris portatilis*, Roma: Generosi Salomoni, 1746.

GOUDAR, Ange – *Relation Historique du Tremblement de Terre survenu à Lisbonne le premier Novembre 1755. Avec un détail contenant la perte en Hommes, Eglises, Convens, Palais, Maifons, Diamans, Meubles, Marchandises, &c. (...)*. A La Haye: Chez Philanthrope, à la Vérité. 1756. Pub: *Mercure Danois dédié au Roi*, a Copenhague: Imprimerie Ludolphe-Henri Lilie, Decembre 1756.

MENDES, Rui Manuel Mesquita – "Câmara Eclesiástica de Lisboa : Contributos para o estudo da presença dos italianos e famílias de origem italiana na região de Lisboa (séculos XVI, XVII e XVIII)", in *Scrigni della memoria: Arquivos e Fundos Documentais para o estudo das relações Luso-Italianas*. Lisboa : Cátedra de estudos Sefarditas Alberto Benveniste (FLUL), 2017, pp. 115-150.

MENDES, Rui Manuel Mesquita – "O Culto de São Tiago na Comarca de Setúbal durante o Período Moderno (XVI–XVIII): Uma análise histórica e diacrónica a partir das visitas de 1552–1553 e 1781", apresentada no *IX Encontro sobre Ordens Militares: As Ordens Militares do Convento e da Guerra para o Mundo*, org. GEsOS / Câmara Municipal de Palmela (28–10–2023).

MENDES, Rui Manuel Mesquita – "Património Religioso de Almada e Seixal: Ensaio sobre a sua História no Século XVIII", in *Anais de Almada: Revista Cultural*, n.º 11-12 (2008–2009), Almada: Arquivo Histórico Municipal, 2010, pp. 67-138, pub. <<https://www.academia.edu/640421/>>.

MENDES, Rui Manuel Mesquita – *AZEITÃO: Apontamentos para a história do seu património religioso*, 2013, pub. <<https://www.academia.edu/5091701/>>;

MENDES, Rui Manuel Mesquita – "Património Religioso do Concelho de Sesimbra: Ensaio histórico. Parte 1: Igrejas e Ermidas públicas", in *Revista Akra Barbarion*, nº 5 (2021), Câmara Municipal de Sesimbra, 2021, pp. 73–142.

MENDES, Rui Manuel Mesquita – Palácio dos Duques de Aveiro em Azeitão (Setúbal): «Cazas que neste Limite de Azeytaõ tem a Excellëntissima Caza de Aveyro em que abyttá o Duque do mesmo titullo»: *Estudo Histórico e Patrimonial (1550–2020)* [Inédito], Lisboa: Conservation Practice, 2020.

MENDES, Rui Manuel Mesquita; et LEAL, Carlos – "A Quinta do Carmo em Murfacém: Estudo histórico, patrimonial, económico e social", in *Anais de Almada: Revista Cultural*, n.º 17 (2014) / Arquivo Histórico Municipal de Almada, 2014, pp. 77–123.

OLIVEIRA, Joaquim Afonso Fernandes de – *Freguesia de São Lourenço de Azeitão: Subsídios para a sua Monografia*, ed. autor. 1994.

OLIVEIRA, Joaquim Afonso Fernandes de – *Monografia da Freguesia de São Simão de Azeitão 425 Anos de História, 1570–1995*, ed. autor, 1995.

RODRIGUES, Rui – «Quinta do Senhor da Serra (Belas): Análise Arquitectónica e Territorial», in *Colecção e-Sintra*, n.º 3, C.M. Sintra, 2012.

ROSA, Maria de Lurdes – «*As Almas Herdeiras*». *Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400–1521)*. Tese de Doutoramento em História Medieval apresentada à École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, e à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005.

SILVA, Joaquim Santos e; MACHADO, Fernão Falcão – "O Santoral de Setúbal", in *Boletim da Junta de Província da Estremadura*, n.ºs 47/48/49 e 50/51/52, 1958–1959, pp. 77–42, 119–149.

SOARES, Joaquina; SILVA, Carlos Tavares da – *Quintas de Setúbal: Valores culturais*. Setúbal: DEPA – Centro de Estudo e Defesa do Património Histórico do Distrito de Setúbal, 1985.

TINGLE, Elizabeth C. – *Purgatory and Piety in Brittany 1480–1720*. Abingdon, Oxon : Routledge, 2016.

RICARDO FERNANDES

O SAL DE SETÚBAL E AS RELAÇÕES COMERCIAIS COM OS PAÍSES BAIXOS DURANTE A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVII

O sal foi ao longo dos séculos um dos principais impulsores económicos da região de Setúbal. Um fator de atratividade para diversas civilizações que se estabeleceram na região e que devido à sua excelência seria bastante apreciado além-fronteiras. Enquanto produto de elevada qualidade, o sal de Setúbal adquiriria uma reputação de tal ordem que levaria as Sete Províncias Unidas dos Países Baixos a pretender a obtenção de sal para a salga do seu pescado. Esta necessidade fomentaria a própria exploração marítima desta nação europeia, ainda que neste trabalho a abordarei de forma breve. Ainda assim, o leitor terá de saber que apesar de uma entrada tardia no jogo da exploração marítima, iriam-se empossar de várias posições ultramarinas portuguesas, acelerando o próprio declínio da hegemonia marítima portuguesa. Neste estudo a que me empenho, irei-me comprometer na elaboração de um texto que explique o que levaria Portugal a recorrer ao sal de Setúbal como forma de pagamento pela dívida contraída no acordo de paz e de comércio em 1669, denominado por Tratado de Haia. Paralelamente, tentarei responder a uma questão primordial: Será que a vila de Setúbal esteve sob pressão para conseguir produzir e entregar as quantidades estipuladas pelo Tratado? Ou se a mestria e a experiência dos trabalhadores do sal e todo o mecanismo salineiro de Setúbal, aprendido e transmitido durante várias gerações, iria transformar um produto de origens humildes num requintado género de trocas e que permitiu a subsistência de uma comunidade até aos dias de hoje? Por este motivo, de forma o mais linear possível, partiremos numa viagem que nos transportará por vários séculos desde a Antiguidade Clássica até à Idade Moderna, com o propósito de correlacionar o desenvolvimento da indústria do sal com o progresso do concelho de Setúbal. Este estudo também terá um ponto focal que pretenderá enumerar algumas dos motivos para o recurso ao sal em detrimento do ouro, como forma de pagamento da dívida contraída para a recuperação dos territórios de Pernambuco, principal centro produtivo de cana-

-de-açúcar do Brasil e que teria sido perdido para os neerlandeses em 1630.

Ao longo da evolução humana, o rio Sado tem providenciado a excelente subsistência às populações que dele vão recorrendo. Ao longo do curso do rio encontram-se concheiros mesolíticos, a feitoria fenícia de Abul, mas também os tanques romanos de Tróia e de Cetóbriga. Presume-se que a arte de produzir sal terá sido introduzida pelos romanos que, para produzir garum, precisavam de grandes quantidades de sal durante o processo de liquefação do pescado. Durante o período islâmico, em Alcácer do Sal, é sabido que se recorria a processos de evaporação da água salgada. Alguns séculos mais tarde, surge a primeira alusão à existência de salinas em Setúbal, através da carta de doação perpétua encaminhada em 1255, por D. Afonso III a D. Paio Peres Correia, Mestre da Ordem de Santiago¹. No foral de 1249, não existiam ainda referências ao sal e são raras as evidências que chegaram até nós sobre a importância do sal durante o período medieval de Setúbal. Obviamente que essa ausência de menções no foral causava dificuldades tributárias nas transações comerciais em que o sal estaria envolvido. Finalmente no século XIV, era assertado pela Carta de Confirmação de D. Afonso IV, que a produção de sal em Setúbal resultava em excelentes safras, permitindo colmatar as necessidades locais e ainda negociar os excedentes, recorrendo-se à troca de sal por cereais para colmatar as deficiências cerealíferas. Com a definição do termo em 1343 e munida de maior autonomia, crescia a preponderância económica nas áreas da pesca e do sal, correlação que exponenciava o crescimento de setúbal.

Durante a segunda metade do século XV, já se assistia ao desenvolvimento de uma pequena burguesia ligada ao sal e que, presumivelmente apoiavam as políticas centralizadoras do rei D. João II que desejava a redução dos privilégios da alta nobreza portuguesa². Com o crescimento do termo, que no início do século XVI já contava com cerca de 1230 vizinhos³, impunha-se a necessidade de renovação do foral em vigor desde o século XIII. Outorgado em 1514, durante a renovação dos forais exercida durante o reinado de D. Manuel I, o foral de Setúbal introduzia não apenas um código de conduta civil, mas também um renovado sistema de tributação fiscal, onde o sal seria finalmente contemplado, limitando assim as arbitrariedades de quem comprava e vendia.

¹ RAU, Virgínia – *Estudos Sobre a História do Sal Português*. Lisboa: Editorial Presença, 1984, p.68.

² COSTA, Albérico Afonso – *História e Cronologia de Setúbal 1248–1926*. Setúbal: Instituto Politécnico de Setúbal – Escola Superior de Educação, 2011, p.33.

³ COSTA, Albérico Afonso – *História e Cronologia de Setúbal 1248–1926*... p.38.

No século XVI, a indústria do sal em Setúbal estava perfeitamente consolidada. Ao porto da vila chegavam para carregar sal várias embarcações de reinos do Norte da Europa (Países Baixos, Inglaterra, Suécia) que deixavam maioritariamente trigo como moeda de troca⁵. A notoriedade do sal de Setúbal além-fronteiras⁶ obrigou ao aumento da produção através da criação de salinas e da reparação de outras existentes. As salinas preenchiam as duas margens do estuário do Sado, consoante é possível conferir na figura 2⁷. Com o aumento quantitativo de salinas, obtidas através da Ordem de Santiago ou por contratos de aforamento ou doadas por sesmarias⁸, crescia também a elitização daqueles que as detinham. E, desde que as condições climáticas se mantivessem estáveis⁹, a produção anual de sal permitia a acumulação de riquezas consideráveis, obtidas através da expedição de sal para os reinos do Norte da Europa.

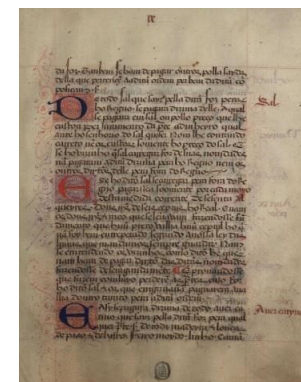


Figura 1
Página IX do Foral Manuelino de 1514
*De todo sal que sayr pella dita foz pera ho regno. Se pagara dizima delle...*⁴

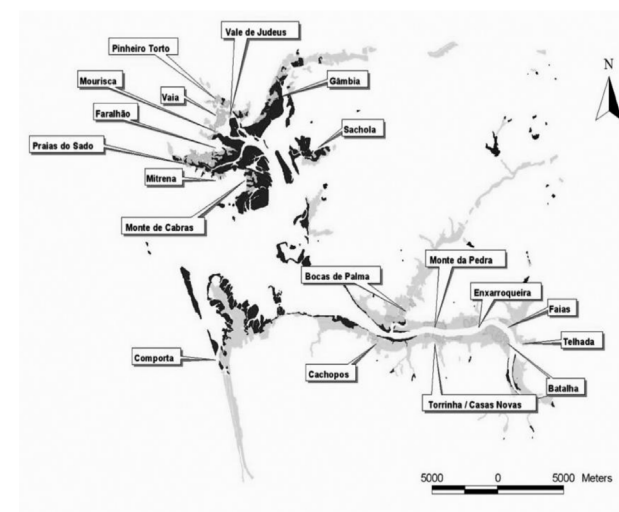


Figura 1
Salinas ao longo do Estuário do Sado

⁴ Figura 1 – Silvestre de Almeida Lacerda (Diretor-geral) – *Arquivo Nacional da Torre do Tombo* [em linha]. [S.l.]: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, atual, em 6 de Janeiro de 2022 [consult. 10 abril 2022]. Disponível na Internet <URL: <https://digital.arquivos.pt/viewer?id=4251401> >

⁵ RAU, Virgínia – *Estudos Sobre a História do Sal Português*... p.141.

⁶ Em anos de boas condições climáticas, o sal era extraído em três fases distintas, a primeira gerava um cristal maior e de cor branca comparativamente ao produzido noutras salinas portuguesas, fator de atratividade do comprador estrangeiro. A cor branca devia-se à presença de algas no fundo das salinas do vale do Sado, que criavam um sistema de filtração natural limpando as impurezas presentes na água durante o processo de evaporação. RAU, Virgínia – *Estudos Sobre a História do Sal Português*... pp. 26-27.

⁷ NEVES, Renato – Do Glorioso Passado Das Marinhas do Sado. In II Seminário Internacional sobre o sal português: A Articulação do Sal Português aos Circuitos Mundiais – Antigos e Novos Consumos. Porto/Aveiro/Figueira da Foz/Leiria: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 19, 20 e 21 de Outubro de 2006, p.300.

Setúbal atraía mercadores de vários reinos europeus e de modo a agilizar o processo negocial entre os capitães das embarcações e os produtores de sal recorria-se aos serviços dos línguas. Os línguas, embora a documentação existente seja parca, são identificáveis como os tradutores e corretores dos negócios que se realizavam entre os donos de marinhas e os mestres das embarcações estrangeiras que aportavam em Setúbal para carregar sal. Esta faculdade linguística dotava-os de uma posição privilegiada e que seria utilizada para benefício próprio⁸, forçando o poder central a várias execuções régias de modo a limitar a sua ação. Primeiramente porque a sua posição de intermediários colocava-os como os principais visados nas constantes queixas da população, que os acusavam de especulação dos preços do sal⁹. A sua preponderância era cada vez maior no mecanismo salineiro da vila, onde além da intermediação nos negócios, iam também possuindo algumas salinas. Conseguindo desse modo, contornar as imposições estabelecidas pela repartição do sal¹², vendendo aos mestres das embarcações estrangeiras ao preço que definissem. Para contrariar a ação dos línguas, através de alvará régio promulgado em 1622, seria proibido aos línguas possuírem salinas sob pena de serem expulsos da vila¹³. É provável que a presença de línguas de origem flamenga fosse em maior número, mesmo com a proibição de venda de sal aos Países Baixos, decretada em 1601, recorreu-se ao contrabando através do porto do Penedo (atual Troino)¹⁴. Teria então esta comunidade grande importância na vila de Setúbal e que ainda hoje é possível observar em algumas influências arquitetónicas, caso das empenas em forma de sino¹⁵.

⁸ RAU, Virgínia – *Estudos Sobre a História do Sal Português...* p.70

⁹ A produção de sal era afetada nos anos mais chuvosos ou de temperaturas mais baixas, o autor deste estudo menciona a ocorrência de *little ice ages*. Devido-se principalmente à dificuldade em aumentar os níveis de salinidade devido à mistura de água doce e fracos níveis de radiação solar. OLIVEIRA, Aurélio de – *Os Tempos do Sal (1200-1850)*. In II Seminário Internacional sobre o sal português: A Articulação do Sal Português aos Circuitos Mundiais – Antigos e Novos Consumos. Porto/Aveiro/Figueira da Foz/Leiria: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 19, 20 e 21 de Outubro de 2006, pp.61.

¹⁰ COSTA, Albérico Afonso – *História e Cronologia de Setúbal 1248-1926...*p.49.

¹¹ COSTA, Albérico Afonso – *História e Cronologia de Setúbal 1248-1926...*p.51.

¹² A Repartição do Sal definia que três donos de salinas de boas consciências fossem incumbidos de definir o preço do moio de sal. Este procedimento não agradaria de modo algum aos mestres das embarcações que deixavam de comprar o sal mais barato e às populações devido ao inflacionamento do preço do sal.

¹³ COSTA, Albérico Afonso – *História e Cronologia de Setúbal 1248-1926...*p.56.

¹⁴ COSTA, Albérico Afonso – *História e Cronologia de Setúbal 1248-1926...* p.47.

¹⁵ Em Setúbal são visíveis as influências neerlandesas através das empenas em forma de sino como aquelas encontradas em cidades como Amesterdão ou Roterdão. SOUSA DE MACEDO, Isabel Pratas – *Heranças Culturais Estrangeiras em Território Costeiro: A Influência Holandesa nos Tipos e Modos Arquitetónicos em Setúbal*. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, s.d., pp.6-8.

Com o estabelecimento da União Ibérica (1580-1640), as monarquias rivais dos Habsburgo encontraram um pretexto para atacar as colónias e as rotas marítimas portuguesas. De uma asentada, Portugal viu-se inimigo da Inglaterra, da França e a que nos interessa neste estudo, as Sete Províncias Unidas dos Países Baixos. Os neerlandeses dotados de uma impetuosa capacidade bélica, iriam tomar controlo de várias possessões portuguesas no Atlântico, primeiro Baía em 1624, prontamente repelida na Jornada dos Vassalos¹⁶. Pernambuco sucumbiria aos neerlandeses a 16 de Fevereiro de 1630, frota encabeçada pelo capitão Hendrick Loncq o que implicou uma grave quebra na balança comercial portuguesa, evidenciando-se a incapacidade ibérica de a retomar pela via bélica. Perder-se-ia desta forma o principal centro de produção da cana-de-açúcar no Brasil e consequente injeção de taxas alfandegárias para a coroa portuguesa. Com a Restauração no ano de 1640, Portugal encontrava-se numa posição complexa. Importa por isso, descrever um pouco da realidade económica portuguesa logo a seguir à separação das coroas ibéricas. Em primeiro lugar, a Carreira da Índia que, na primeira metade do século XVII, era responsável por introduzir em Portugal produtos como especiarias, ouro, pedras preciosas, drogas e porcelanas seria gradualmente abandonada¹⁷. Sucediavam-se os naufrágios e as emboscadas que tornavam a Rota do Cabo cada vez mais insegura. O sucesso da expansão portuguesa deveu-se em parte à sua política sigilosa e enquanto mestres das artes cartográficas, levando os portugueses a dominar oceanos até ali inavergáveis. Com a fuga dos segredos do aparelho expansionista, várias nações dotadas de portentosas embarcações beligerantes (principalmente otomanos, ingleses, neerlandeses e franceses), irromperiam pelos domínios ultramarinos portugueses. Desse modo, retirando o controlo dos portugueses do espaço marítimo onde os ventos e as correntes oceânicas eram mais favoráveis à navegação. Se em 1570, a percentagem de embarcações que não retornava seriam cerca de 20%, por volta de 1630, perdiam-se mais de 70% das embarcações que iniciavam a Rota do Cabo, o que tornou as viagens à Índia insustentáveis¹⁸. Em segundo lugar, a perda da feitoria-fortaleza de São Jorge da Mina para os

¹⁶ MONTEIRO, Nuno Gonçalo – Idade Moderna (Séculos XV-XVIII). In RAMOS, Rui coord., – *História de Portugal*. 8ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, p.286.

¹⁷ O aumento da arqueação das embarcações portuguesas e do curso aumentaria o número de naufrágios e consequente perda das mercadorias e que resultaram em avultados prejuízos materiais e humanos para a coroa portuguesa. Oliveira, Aurélio de – *Consequências dos Descobrimentos*. In Oliveira, Aurélio de – *História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1999, pp.312-313.

¹⁸ COSTA, Leonor Freire; LAINS, Pedro; MIRANDA, Susana M. – *História Económica de Portugal (1143-2010)*... p.113.

neerlandeses em 1638¹⁹, aquela que teria sido a primeira fonte de ouro e de escravos que Portugal possuiu em África. Ainda que as remessas de ouro tivessem diminuindo com os anos, a feitoria mantinha-se enquanto local de elevada relevância na comercialização de escravos. Não apenas São Jorge da Mina, mas também Luanda seria conquistada pelos neerlandeses em 1641. Em terceiro lugar, porque precisou de reforçar o orçamento militar para se defender das pretensões castelhanas. Consoante é possível conferir na tabela seguinte, o orçamento militar que permitiria enfrentar as forças espanholas, praticamente duplicou em cerca de 23 anos. Além disso, assistiu-se a uma redução na importação de metais amoeáveis e que criou enorme impacto sobre própria a estabilidade económica do reino português.

Tabela 1 – Orçamento militar após o ano de 1640²⁰

Ano	Infantaria		Cavalaria		Total em réis
	Nº soldados	Custo anual	Nº soldados	Custo anual	
1643	14996	269 928 000	4044	291 168 000	561 096 000
1652	15671	282 078 000	3099	223 128 000	505 206 000
1666	30000	540 000 000	7800	561 500 000	1 101 600 000

Na verdade, os territórios do Brasil ainda não produziam a riqueza necessária para catapultar decisivamente a balança comercial portuguesa, lembrando que as primeiras jazidas de ouro e de pedras preciosas apenas seriam encontradas no final do século XVII. Perdida a hegemonia do Oceano Índico, a Portugal restava tentar controlar o território do Brasil e a recuperação de Pernambuco seria prioritária. Por esse motivo, promoveu-se o estabelecimento de um acordo que permitisse recuperar os territórios perdidos na Batalha de Olinda. O Tratado de Haia foi o acordo de paz e de comércio firmado entre Portugal e os Países Baixos, que resultaria na devolução dos territórios brasileiros de Pernambuco à Coroa portuguesa²¹. As negociações diplomáticas decorreram entre 1641 e 1669, ainda que durante esse período Portugal viu-se envolvido em várias contendas: as batalhas para defesa do reino durante o período da Restauração já mencionadas no ponto anterior; os sucessivos ataques neerlandeses às

colónias ultramarinas (Brasil e Angola). Curiosamente a política beligerante nunca decorreu em Portugal Continental nem nos mares europeus²², continuando a expedição do sal de Setúbal para terras neerlandesas. O que deixa prever que o grande objetivo dos Países Baixos era a conquista dos territórios coloniais portugueses para controlo da produção de açúcar e do mercado escravagista. De Setúbal continuava-se a expedir sal e entre 1659 e 1668 saíam da barra cerca de 833 embarcações neerlandesas carregadas com 459731 moios de sal²³. Quando finalmente o acordo é firmado a 30 de Julho de 1669, as praças de Cochim e Cananor ficariam penhoradas enquanto Portugal não pagasse o que tinha ficado estipulado pelo acordo.

Com Pernambuco devolvido aos portugueses, através do comprometimento de saldar a dívida recorrendo ao sal de Setúbal. Uma dívida que perfazia um primeiro pagamento de 500000 cruzados em sal, ou seja, aproximadamente 169000 moios de sal ao preço de 1\$480 réis e que teriam de ser entregues pelos portugueses nos portos neerlandeses. Além disso, o reino de Portugal comprometia-se também a pagar o equivalente a 250 000 cruzados de sal ao ano, em que cerca de 700 réis²⁴ de cada moio comprado canalizava para a Coroa portuguesa. Porém, por limitação da arqueação das embarcações, que carregavam cerca de 80000 moios por ano, esse período teria de ser estendido por mais dez anos totalizando vinte anos para concluir o pagamento da dívida. Para assegurar o fluxo de sal e que se fizesse imperar os direitos dos neerlandeses, seria colocado um representante dos Países Baixos em Setúbal, auxiliado por um adjunto português destacado pelo rei para contabilização dos carregamentos. Em anos em que a produção de sal resultasse em safras de menor quantidade muitas vezes devido a anos de elevada pluviosidade ou de baixas temperaturas, Portugal comprometia-se a compensar essa falta no ano seguinte, isentando-se dessa compensação se a carga em falta ascendesse aos 30000 cruzados. Ainda que a produção de sal resultasse em safras muito lucrativas, seria fundamental a imposição de uma proteção régia à arte de fazer sal à boa maneira de Setúbal. A 21 de Julho de 1695, o rei D. Pedro II, manda a Câmara registar uma lei que impedia os marnoteiros

²² RAU, Virgínia – *Estudos Sobre a História do Sal Português...* p.286.

²³ RAU, Virgínia – *Estudos Sobre a História do Sal Português...* p.287.

²⁴ Este imposto parece ter sido exclusivo a Setúbal, porque num alvará régio de 22 de Fevereiro de 1641, tinha ficado definido o pagamento de 500 réis por cada moio saído do reino. AMORIM, Inês – *Monopólio e Concorrência – A Roda do Sal de Setúbal (Portugal) e as Rotas Internacionais (Segunda Metade do Século XVII a Inícios do de XIX)*. In II Seminário Internacional sobre o sal português: A Articulação do Sal Português aos Circuitos Mundiais – Antigos e Novos Consumos. Porto/Aveiro/Figueira da Foz/Leiria: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 19, 20 e 21 de Outubro de 2006, pp.186–187.

¹⁹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *Idade Moderna (Séculos XV–XVIII)...* pp.285.

²⁰ Tabela 1. COSTA, Leonor Freire; LAINS, Pedro; MIRANDA, Susana M. – *História Económica de Portugal (1143–2010)*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011, p.154.

²¹ RAU, Virgínia – *Estudos Sobre a História do Sal Português...* p. 238.

ou quem soubesse trabalhar no sal de sair de Setúbal para o estrangeiro, sob pena de morte e consequente sequestro dos seus bens²⁵. Para além da vertente do sal, doravante existia uma política de paz e de não agressão tanto na Europa como nas colónias ultramarinas.

Com tanto encargo da parte portuguesa, poderíamos pensar que Portugal estava excessivamente pressionado para conseguir produzir os moios necessários para o pagamento da anuidade. Todavia, não era essa a situação vivida durante o século XVII, onde se produzia para neerlandeses, para consumo interno e fornecer para outros mercados externos, como para a Inglaterra ou para o Báltico. Não podemos negar que o facto de o pagamento ter sido estipulado em sal, trouxe algumas vantagens para Portugal. Em primeiro lugar, porque enquanto género que ano após ano resultava em elevados excedentes produtivos, não iria sobrecarregar a Real Fazenda. Em segundo lugar, porque se mantinha um inimigo poderoso em estrita ligação com Portugal, imperando a paz e possibilitando diversas relações comerciais com os reinos do Norte da Europa. Como vimos, o pagamento seria prolongado de dez para vinte anos, no entanto Portugal só acabaria de pagar a dívida no ano de 1711, quando deveria ter terminado por volta do ano de 1689. Este acréscimo temporal deveu-se essencialmente à incapacidade de transporte dos moios de sal pelas embarcações, mas que seria vantajoso para ambas as partes.

Resta então responder à questão proposta no primeiro parágrafo, será que existiu uma grande pressão sobre o mecanismo salineiro de Setúbal? Ainda que as quantidades para pagar a dívida contraída pelo tratado fossem avassaladoras, o que era produzido em Portugal sobrava para consumo interno e ainda para expedir para outros reinos. O mesmo será dizer que o sal de Setúbal não ficou cativo pelos neerlandeses. Felizmente, as boas condições geográficas e naturais, em que o sol brilha em vários dias do ano, além da proteção natural das grandes vagas oceânicas exercida pela Serra da Arrábida e pela península de Tróia, Setúbal era um ponto de produção salineira que conseguia ano após ano produzir mais do que necessitava. Lembrando que a orla costeira portuguesa estava munida de outras zonas de produção de sal: Minho ao Vouga; Caminha; Viana do Castelo; Espinho; Fão Vila do Conde; Leça; Matosinhos; Gaia; Massarelos; Aveiro; Tejo; Algarve²⁶. Certamente que não ficámos amarrados ao consumo neerlandês, mas por que razão o sal de Setúbal era o mais procurado pelos Países Baixos? A resposta a esta questão

está novamente no mar. O arenque seria o peixe mais capturado e consumido pelos neerlandeses, porém, quando o secavam com o sal de outras regiões este apresentava uma coloração amarela e para o evitar recorriam ao ouro branco de Setúbal²⁷. Importa explicar por que razão se sucedia essa situação em Setúbal. No fundo lodoso das salinas setubalenses, crescia uma alga que filtrava as impurezas da água do mar, esta filtração natural criava um produto particularmente branco. A primeira colheita anual, por volta de Agosto, seria rida e coletada, tendo esta primeira colheita a particularidade de o cristal ser de maiores dimensões comparativamente com as colheitas seguintes. Portanto, a grande razão pela escolha do sal proveniente do estuário do Sado, estava relacionado mais por razões estéticas e nem tanto ao facto de a salga conferir um paladar melhorado ao peixe.

Em jeito de conclusão, o sal que chegou a Setúbal presumivelmente pelas mãos dos romanos, teria um papel fundamental para o estabelecimento de populações junto ao rio. Aquando da ocupação cristã, o sal teria várias aplicações principalmente enquanto conservante de alimentos, mas também enquanto género de trocas comerciais. A vila de Setúbal nunca pareceu ter sido favorável à dominação filipina em Portugal, ainda assim ficaria responsável por pagar uma dívida que poderia ter causado um sério problema à economia portuguesa. Por esse motivo e de forma a evitar a sobrecarga financeira da Real Fazenda, o pagamento da dívida contraída no Tratado de paz e de Comércio estabelecido em Haia, seria feito com recurso ao sal. Por interesse de ambos os lados, este tratado que deveria ter durado dez anos, passaria primeiro a vinte anos e por fim totalizaria cerca de quarenta e dois anos. O período entre 1669 e 1711, foi sinónimo de paz entre as duas nações, revelando o real motivo para o seu prolongamento temporal. Internamente a vila ia-se desenvolvendo em correlação com a produção de sal, os donos das marinhas enriqueceram, os línguas movimentavam-se no mecanismo salineiro de modo a facilitar os seus congéneres estrangeiros. Estas movimentações levavam à especulação dos preços do sal o que levaria à contestação do povo de Setúbal, sobejamente subjogado pelos impostos que eram aplicados à vila. A indústria do sal viveria no século XVII, os seus anos dourados elevando o nome da muito notável vila de Setúbal além-fronteiras. O sal teve um papel de extrema importância para a compra dos territórios do Brasil, evitando-se maior pressão sobre a economia portuguesa que passava por momentos críticos após a saída da União Ibérica. Chego mesmo a questionar se teria sido possível recuperar a posse desses territórios se o sal de Setúbal não tivesse a importância que tinha.

²⁵ COSTA, Albérico Afonso – *História e Cronologia de Setúbal 1248–1926...* p.70.

²⁶ OLIVEIRA, Aurélio de – *Os Tempos do Sal (1200–1850)...* p.60.

²⁷ RAU, Virgínia – *Estudos Sobre a História do Sal Português...* p.240.

Bibliografia

AMORIM, Inês – *Monopólio e Concorrência – A Roda do Sal de Setúbal (Portugal) e as Rotas Internacionais (Segunda Metade do Século XVII a Inícios do de XIX)*. In II Seminário Internacional sobre o sal português: A Articulação do Sal Português aos Circuitos Mundiais – Antigos e Novos Consumos. Porto/Aveiro/Figueira da Foz/Leiria: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 19, 20 e 21 de Outubro de 2006, pp. 183–209.

COSTA, Albérico Afonso – *História e Cronologia de Setúbal 1248–1926*. Setúbal: Instituto Politécnico de Setúbal – Escola Superior de Educação, 2011.

COSTA, Leonor Freire; LAINS, Pedro; MIRANDA, Susana M. – *História Económica de Portugal (1143–2010)*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *Idade Moderna (Séculos XV–XVIII)*. In RAMOS, Rui coord., – *História de Portugal*. 8ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, pp.199–435.

OLIVEIRA, Aurélio de – Consequências dos Descobrimentos. In OLIVEIRA, Aurélio de – *História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1999.

OLIVEIRA, Aurélio de – *Os Tempos do Sal (1200–1850)*. In II Seminário Internacional sobre o sal português: A Articulação do Sal Português aos Circuitos Mundiais – Antigos e Novos Consumos. Porto/Aveiro/Figueira da Foz/Leiria: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 19, 20 e 21 de Outubro de 2006.

NEVES, Renato – *Do Glorioso Passado Das Marinhas do Sado*. In II Seminário Internacional sobre o sal português: A Articulação do Sal Português aos Circuitos Mundiais – Antigos e Novos Consumos. Porto/Aveiro/Figueira da Foz/Leiria: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 19, 20 e 21 de Outubro de 2006.

RAU, Virgínia – *Estudos Sobre a História do Sal Português*. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

SOUSA DE MACEDO, Isabel Pratas – *Heranças Culturais Estrangeiras em Território Costeiro: A Influência Holandesa nos Tipos e Modos Arquitetónicos em Setúbal*. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, s.d.

Webgrafia

Silvestre de Almeida Lacerda (Diretor-geral) – *Arquivo Nacional da Torre do Tombo* [em linha]. [S.l.]: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, atual. em 6 de Janeiro de 2022 [consult. 10 abril 2022]. Disponível na Internet <URL: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4251401> >

ANTÓNIO SERRA E MARISA DUARTE

OS CITRINOS SETUBALENSES NAS DÉCADAS DE 50 E 60 DO SÉC. XIX, SEGUNDO DADOS DE J. C. DE ALMEIDA CARVALHO

João Carlos de Almeida Carvalho, natural de Setúbal e estenógrafo de profissão, foi um apaixonado pela história local e respetiva divulgação. Muito há para descobrir nas suas notas e apontamentos. Neste ensaio pretendemos assim dar a conhecer alguns dados compilados nas suas notas referentes a dados da alfândega de Setúbal na 2ª metade do Séc. XIX, onde constam valores de produção, nas diferentes freguesias da cidade, assim como os valores monetários pelos quais eram vendidas, na dita alfândega, as laranjas e os limões setubalenses. Aqui não pretendemos fazer um estudo exaustivo, mas uma análise de dados comparando as produções entre as diferentes freguesias e a oscilação do valor de venda ao longo dos anos.

*“Oh! terra das cinco quinas
Onde cresce o laranjal
Nossa Senhora é madrinha
Da terra de Portugal”*

A região setubalense era, até há bem pouco tempo, conhecida pelos seus extensos laranjais, repleta de quintas que espalhavam os seus odores, deixando memórias olfativas nos mais ilustres visitantes estrangeiros².

¹ In *Os Laranjais de Setúbal*, de Francisco de Paula Leite (1918) pg. 15.

² Em 1866, o escritor Dinamarquês Hans Christian Andersen visita Portugal, vindo a Setúbal na companhia dos seus amigos da família O’Neil. Fica hospedado na Quinta dos Bonecos descrevendo-a assim:

“Limoeiros e laranjeiras exibiam aí a sua floração branca de forte perfume. Tudo era profusa frescura, vegetação luxuriosa, sombra e água murmurante.” – pg. 48.

*“Como é bela a noite, amena e refrescante,
E as estrelas de grandeza e brilho tais!
Os pirilampos, quais fagulhas cintilantes
Dum fogo, luzem aqui nos laranjais.”* – pg. 54.

Visitando Brancanes: *“Quando, porém, se abre a porta para o balcão [...] jorram a luz e o perfume dos laranjais e depara-se com uma vista magnífica.”* – pg. 49; *“Lá no fundo, os laranjais ao redor de Setúbal, o oceano, toda a baía e o rio Sado serpenteando”* – pg. 50.

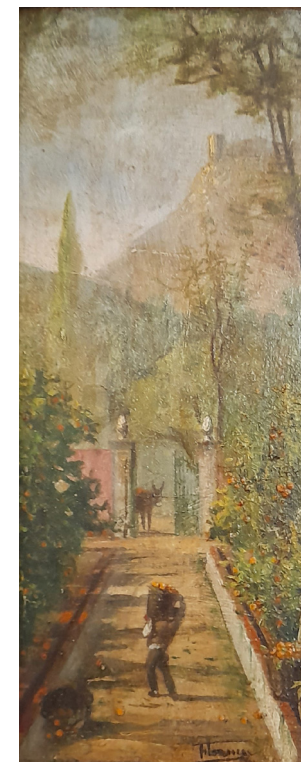


Figura 1
Quinta/Laranjas de Setúbal, pintura de Francisco Augusto Flamengo (1852–1915) in Galeria Municipal de Setúbal.
Fotografia de Marisa Duarte

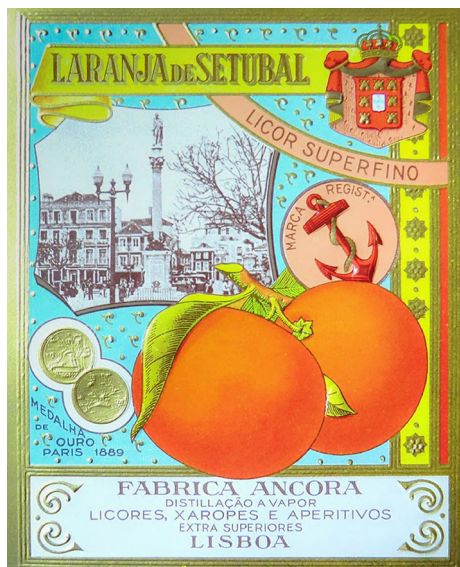


Figura 2
Publicidade do Licor da fabrica
Ancora

“Torrão das laranjeiras noivas, como disse Castilho, paraíso terreal, como lhe chamara Andersen, tudo isso em Setúbal...”³

Almeida Carvalho nas suas notas, diz-nos que, com base em Rebelo da Silva: *“Os laranjais tão afamados de Setúbal, foram e prometem ainda ser um dos maiores mananciais de riqueza desta cidade. Aqui os pomares de espinho principalmente plantados e cultivados no valle que existente ao norte, nas encostas das serras que o circundam, e em outras cercanias da cidade aformosam todos esses trechos de terra, aformando inúmeros quintais de verdejantes e odoríferas mattas matizadas de seus pomos auríferos e embelezando o espaço com o mais suave e agradável cheiro que de seus ramos e fructos reprende.”⁴*

As laranjas imiscuem-se em Portugal pela mão dos árabes ainda no séc. VIII d.C. e é durante a ocupação do Al-Andaluz, que os muçulma-

nos difundem a sua cultura, enchendo as bacias hidrográficas de laranjais em flor, perfumando, assim, o território onde se viria a implementar Portugal.

Almeida Carvalho procurou perceber as origens dos laranjais setubalenses, chegando apenas ao ponto de afirmar que *“a plantação dos pomares de espinho em Setúbal data d’antiga época que não podemos determinar”⁵*. É necessário recuar ao Séc. XVI – ano de 1514⁶ – para encontrar as primeiras referências. É também neste século, através de Duarte Nunes de Leão, que se registam as primeiras referências à exportação de citrinos para Inglaterra. Apesar das diferentes referências ao longo dos séculos seguin-

tes⁷, será no início do séc. XIX que estes irão apresentar uma produção mais intensa e, assim, tornar-se um recurso económico de maior peso nas exportações, a par do sal e dos vinhos moscatéis⁸. Já Pinho Leal, em 1873, referente aos anos aqui em análise, aponta que as laranjas exportadas para Inglaterra, rendiam a Setúbal cerca de 30 contos de réis⁹. Os citrinos eram exportados sobretudo para a Inglaterra e para a Alemanha, chegando depois a França e aos países do norte europeu, como a Noruega, que, nos finais do séc. XIX, se tornou um dos principais polos de exportação¹⁰.

As laranjas setubalenses caracterizam-se por serem frutos grandes, doces, bastante aromáticos e de casca fina¹¹. Serviam não só o mercado externo, mas também o interno, sobretudo a região de Lisboa, onde eram utilizadas como matéria-prima nos licores da fábrica *Ancora*, que em 1889 viram o reconhecimento da sua excelência ao receberem a medalha de ouro em Paris¹². (fig.2)

Neste período de 14 anos (de 1856 a 1869), Setúbal viu ser-lhe reconhecida a sua importância e crescimento e a vila foi elevada a cidade em 1860. Já anteriormente, com a reforma de 1855, o concelho de Setúbal abarcou a freguesia de S. Pedro de Palmela¹³, passando assim a ser constituído por 7 freguesias¹⁴. Dessas, apenas 6 estão aqui representadas como produzindo e contribuindo para a economia local de consumo interno e externo. Juntamente com S. Pedro de Palmela, freguesia com grande extensão rural, temos S. Simão e S. Lourenço, já S. Julião, N.ª Sra. da Anunciada e S. Sebastião apresentavam maior extensão urbana. O facto de serem mais ou menos rurais não representou um grande reflexo em termos produtivos, pois iremos encontrar algumas freguesias urbanas com valores superiores a algumas rurais.

³ In PIMENTEL, 1992, pg. 6.

⁴ ADSTB – APAC/Q/0015, fl. 1 – Almeida Carvalho faz-nos referência às palavras de Rebelo da Silva, remetendo-nos para a obra *História da População e Agricultura de Portugal*, pg. 332 e 333. Não estamos certos se se tratará da obra *História de Portugal nos Séc. XVII e XVIII, Memória sobre a População e a Agricultura de Portugal* – infelizmente ainda não nos foi possível consultar a mesma, pois os únicos exemplares de que temos conhecimento se encontram na cidade do Porto – ou da obra *Memória sobre a População e a Agricultura de Portugal, desde a fundação da Monarchia até 1865. Parte I (de 1097–1640)*. Efetivamente, nesta última, na pg. 332 há referência aos pomares de espinho que *“além de aformosearem as quintas de matas odoríferas de laranjeas e de limoeiros, todos os annos produziam muitos milhares de laranjas, limões e cidras exportados em caixas para Flandres e Inglaterra”*.

⁵ ADSTB – APAC/Q/0163, fl. 6

⁶ Foral Manuelino à Vila de Setúbal – aqui encontramos taxas para as laranjas e cidras *“E de carga de laranjas, cidras [...] por carga maior meio real. [...] E quando das ditas cousas de venderem ou levarem menos de meia arroba, não se pagará portagem pelo comprador nem vendedor”*, in Pimentel, 1992, pg. 61.

⁷ Para finais do séc. XVII vide COSTA, António Carvalho da (1706–1712) – *Corografia portuguesa e descripçam topográfica do famoso reyno de Portugal*; para o séc. XVIII vide as memórias paroquiais de 1758 estudadas por CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; CASTRO, Sandra (2016) – *As freguesias dos distritos de Lisboa e Setúbal nas memórias paroquiais de 1758: memória, história e património*.

⁸ BAPTISTA, João Maria (1874–1878) – *Chorographia moderna do reino de Portugal* e MARUGÁN y MARTIN, Dom José (1833) – *Descripcion geográfica, física, política del reino de Portugal y de los algarbes* – este último autor chega a referir que de Setúbal se exportavam laranjas e limões na quantia de 600 mil reis anuais.

⁹ LEAL, 1873

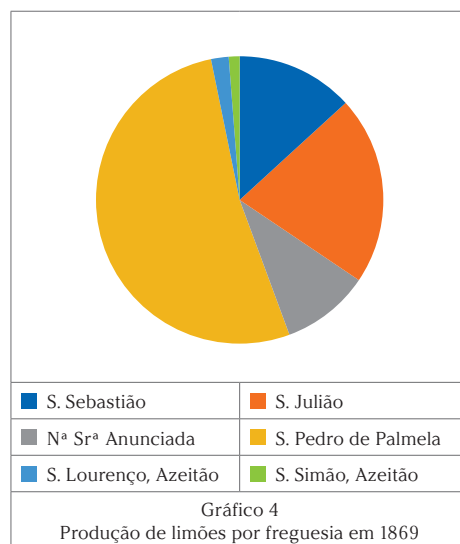
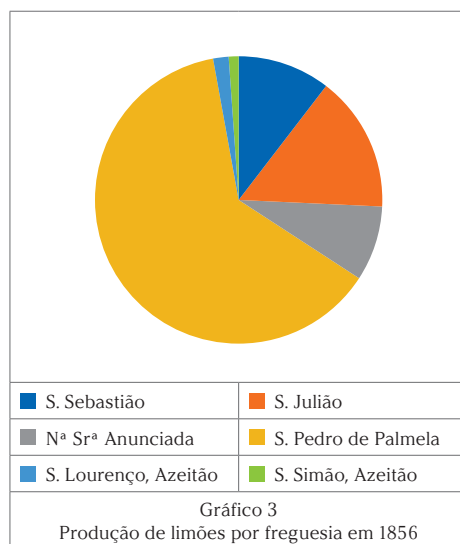
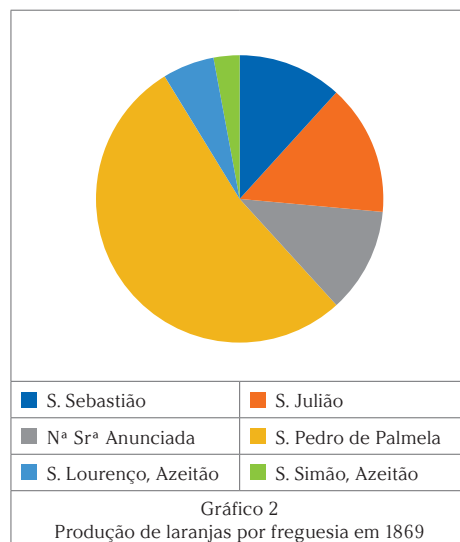
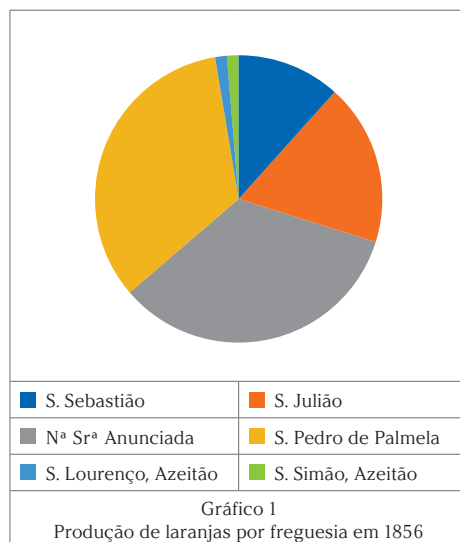
¹⁰ PIMENTEL, 1992, pg. 332 – entre 1873 e 1875 verifica-se o decréscimo da importação por parte da Inglaterra, assumindo a Noruega mais do dobro dos valores totais exportados no último ano, importando até 10 vezes mais do que a Inglaterra. – Noruega 393 milheiros; Inglaterra 32 milheiros.

¹¹ LEITE, 1918, pg. 40

¹² FERREIRA, 2017, pg. 55

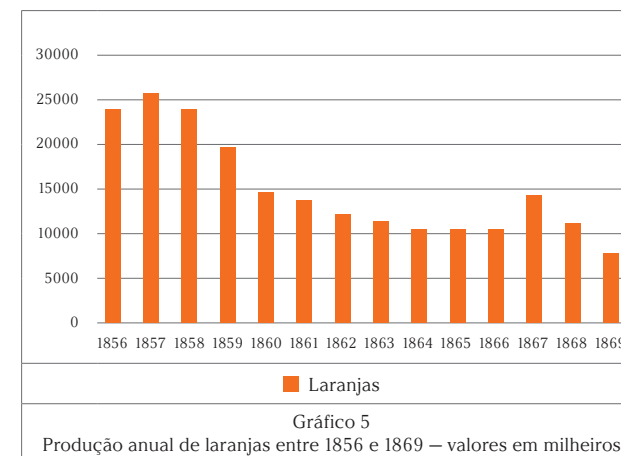
¹³ A vila de Palmela perdeu a gestão concelhia até ao ano de 1926

¹⁴ S. Julião; Sta. Maria da Graça; S. Sebastião; N.ª Sra. da Anunciada; S. Simão; S. Lourenço e S. Pedro de Palmela.



Constatamos que a maior produtora de laranjas era a freguesia de S. Pedro de Palmela, sendo a que detinha uma maior área geográfica, apesar de, ao longo dos anos, ter perdido alguma da sua predominância para a freguesia de S. Julião. No ano de 1856, detinha mais de 60% da produção, decrescendo para menos de 55% em 1860. Por sua vez, S. Julião cresceu de 15% para 20%. No que toca aos limões, a primazia da produção era

dividida entre S. Pedro de Palmela e a freguesia de N.ª Senhora da Anunciada logo no primeiro ano, tendo ambas atingido a mesma produção, detendo cada uma 33% do valor desse ano. No entanto, a produção da freguesia da Anunciada iria conhecer um decréscimo acentuado, chegando nalguns anos a passar para trás das freguesias de S. Julião e de S. Sebastião, atingindo apenas os 11% da produção anual. As freguesias rurais de S. Simão e S. Lourenço são as de menor expressão produtiva (1% e 2% respetivamente), a tal se devendo pelo menos dois fatores – as suas áreas abrangem a zona da Serra da Arrábida, zona menos propícia à agricultura; e a sua reduzida densidade populacional. Contudo, é de ressaltar que, de 1857 a 1869, a sua produção de limões foi estável, apesar dos diferentes problemas que conduziram a um decréscimo geral nas produções das diferentes freguesias, conseguindo assim chegar perto dos 3% e 6%, respetivamente, do valor da produção anual.

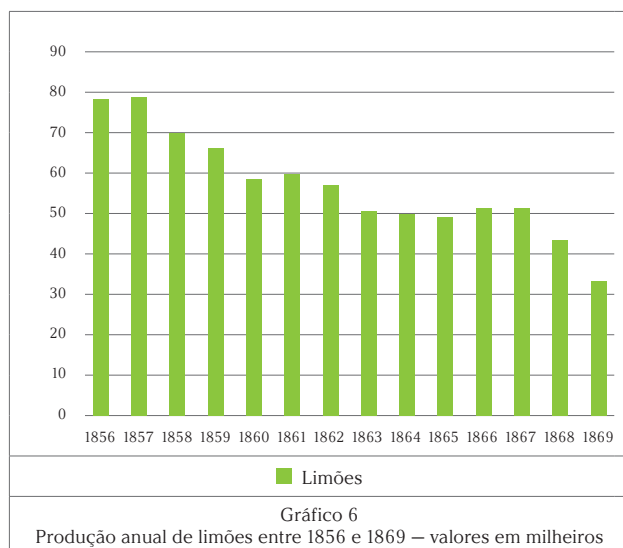


Analisando os valores totais anuais de produção de laranjas, com base no gráfico 5, com valores em milhares, é possível verificar a tendência negativa da produção em relação aos valores do início do período em estudo, chegando a valores abaixo do terço da produção inicial. Sabendo que a laranja setubalense teve um período áureo de produção e consumo nos inícios do séc. XIX, poderemos afirmar que estamos perante o início do declínio da produção e comércio deste fruto.

Uma das causas apontadas para esse declínio foi a doença que começou a atacar as árvores em 1856. Estima-se que nestes anos se terão perdido cerca de 40% das árvores. Referida por Almeida Carvalho como a “*moléstia*”, a gomose, de seu nome, levou

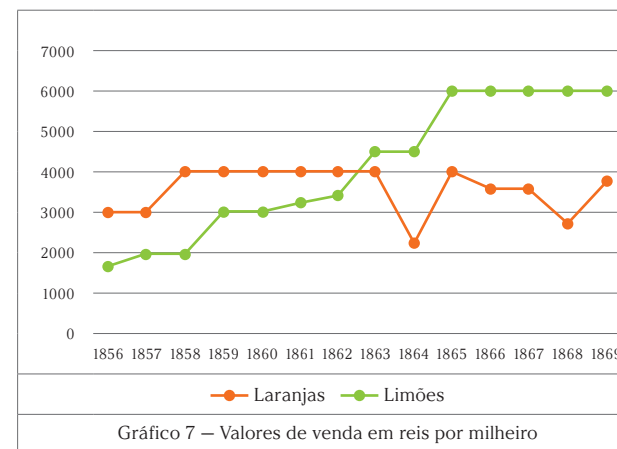
ao padecimento lento das árvores, resultando num decréscimo gradual da produção dos frutos até à morte total da árvore¹⁵, tomando um período compreendido entre 3 a 4 anos.

Relativamente aos limões, notamos que a produção foi sempre inferior à das laranjas. Tal como no caso das laranjas, também se observou um decréscimo na produção ao longo dos anos, mas, neste caso, diminuiu para cerca de metade da produção inicial – de 77 milheiros anuais em 1856 para apenas 34 milheiros anuais em 1869, conforme se comprova no gráfico 6. Também os limoeiros sofreram com a gomose que afetou as laranjeiras, causando no entanto menor dano.



Passando à análise financeira, e comparando em simultâneo os valores de venda de ambos os citrinos, deparamo-nos com duas realidades distintas. O valor comercial da laranja iniciando-se nos 3.000 reis por milheiro, sobe ligeiramente até aos 4.000 reis por milheiro, estabilizando esse valor por 6 anos seguidos.

¹⁵ “A árvore doente na primavera não apresenta a vegetação luxuriante de sempre; as folhas amarelecem, são maiores, mais numerosas algumas vezes, perdem a sua elasticidade, endurecem e caem; as flores adquirem uma coloração branca sem brilho, são mais numerosas ao princípio mas diminui nos anos seguintes; os frutos, se chegam a desenvolver-se, são poucos e por fim desaparecem; os ramos secam-se, principalmente os das extremidades superiores, e tanto eles como o tronco vão-se destruindo e apresentando feridas por onde escorre um fluxo gomoso de cor acastanhada e mal cheiroso; as raízes apodrecem, exalando um cheiro insuportável.” – LEITE, 1918, pg. 109



Só a partir de 1863 é que se assistiu a uma maior oscilação, registando-se o menor valor de venda logo em 1864 – 2.400 reis por milheiro – subindo e descendo até 1869, onde foi ultrapassado o valor de partida, mas não chegando ao valor máximo, ficando-se pelos 3.800 reis o milheiro. É possível afirmar que os valores de venda se foram mantendo mais ou menos estáveis, não oscilando muito para lá dos 3.000 reis e os 4.000 reis por milheiro. Já no valor comercial dos limões, deparamo-nos com outra realidade. A tendência é sempre crescente, pelo menos até 1865, quando houve a estabilização dos valores. Iniciamos, assim, com um valor de 1800 reis por milheiro – cerca de metade do valor comercial das laranjas no mesmo ano – para se chegar a atingir os 6.000 reis por milheiro – passando a custar quase o dobro do valor das laranjas. Esta realidade dos limões pode ser justificada com a premissa da oferta e da procura – menos produção e havendo continuidade da procura, o valor de venda aumenta.

Tal não pode ser afirmado no caso das laranjas, uma vez que não se assistiu à inflação de preços, possivelmente devido a fatores que condicionaram a exportação. Um desses fatores prendeu-se com a fragilidade das laranjas associada ao mau acondicionamento aquando da exportação. Sendo as laranjas frutos de casca fina, eram mais sensíveis ao frio e ao atrito causado pela viagem. A preocupação com o acondicionamento já remonta ao séc. XVII, nomeadamente ao momento em que D. Vicente Nogueira instrui o seu correspondente, o Marquês de Niza, para que as laranjas que este lhe enviava para Itália fossem acomodadas em caixas e embrulhadas em papel individualmente, de modo a não se tocarem ou moverem¹⁶. Cerca de três séculos mais

¹⁶ RAMOS, 2022, pg. 55

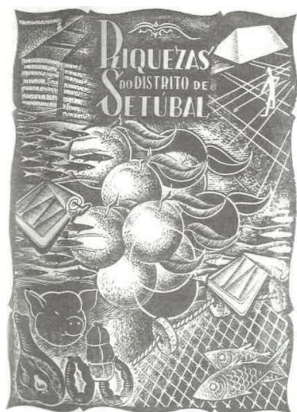


Figura 3
Revista de Turismo, nº 59 de 1944

tarde, em 1918, esta problemática ainda se discutia, pois, a laranja chegava ao mercado consumidor *“a maior parte esmagada, embrulhada em papel de jornal e estratificada com aparas de madeira e jornais velhos”*¹⁷. O mau estado em que as laranjas chegavam ao seu destino foi permitindo que a concorrência ganhasse terreno e aumentasse a quota de mercado. Países outrora importadores passaram a ser concorrentes, superando os valores de exportação de Setúbal. Assim, países como Espanha e França, passam rapidamente de importadores de laranja para concorrentes na exportação. Vão surgindo, aos poucos, novos concorrentes que se impõem com os seus citrinos e adquirem quase o monopólio exclusivo – é o caso da Califórnia, que possuía grandes extensões agrícolas dedicadas somente às laranjeiras, o que fez baixar os preços dos citrinos ao impor-se no mercado europeu.

Já no que respeita aos limões, sendo um fruto mais resistente, não sofreram tanto com o problema do acondicionamento, chegando em melhores condições do que as laranjas, conseguindo, assim, com que se fizesse face à concorrência e se mantivesse a sua influência nos valores de mercado.

O crescimento da concorrência, provocando a diminuição do valor de venda e os custos associados à manutenção dos laranjais – estes subindo sobretudo com os custos associados ao tratamento das árvores doentes ou à reposição de vários exemplares devido à morte das árvores em resultado da gomose – levou a que, a longo prazo, as pessoas ligadas à exploração dos laranjais enveredassem por outras fontes de obtenção de lucro, por vezes até à rentabilidade rápida da venda dos terrenos para dar lugar a áreas urbanas. A não existência de uma rede direta entre o produtor e o vendedor externo, conduzia também à demora no escoamento da fruta havendo quebras devido ao facto de esta permanecer demasiado tempo na árvore ou demasiado tempo, após a colheita, à espera de seguir viagem¹⁸.

O impacto da I Grande Guerra (1914–1918) fez com que a produção nacional fosse quase na sua totalidade retida para o consumo interno, direccionados maioritariamente para o mercado lisboeta¹⁹. Tal criou também uma quebra de quase rutura com o mercado europeu, praticamente impossível de recuperar no pós-guerra. Associada à Grande Guerra, deu-se o crescimento da indústria conserveira em Setúbal, tendo os diferentes fluxos migratórios de populações em busca de trabalho e melhores condições de vida espoletado, consequentemente, o crescimento urbano. A malha urbana setubalense, confinada entre o rio e os laranjais, não podendo crescer para sul, foi aos poucos suprimin-

do as quintas e os terrenos agrícolas – iniciou-se no início do séc. XX com a formação do Bairro Salgado a norte e o Bairro Santos Nicolau a oriente²⁰.

Não obstante, em 1944, na ilustração presente na Revista de Turismo, ainda figuram as laranjas a par das conservas, do sal, do peixe proveniente da pesca e dos enchidos de porco como sendo as riquezas de Setúbal, prova de que as laranjas setubalenses ainda eram afamadas e divulgadas a nível nacional.

Conclusão

Os dados recolhidos por Almeida Carvalho remetem-nos para um intervalo cronológico relativamente curto – 14 anos. Este balizamento cronológico não permite na sua extensão refletir a totalidade da produção dos citrinos setubalenses. Contudo conseguimos vislumbrar uma realidade transversal a toda a produção setubalense.

É possível observar, desde já, que a maioria da produção é proveniente da freguesia de S. Pedro de Palmela, freguesia de maior extensão territorial, e que, as menores produções são provenientes das freguesias de S. Simão e S. Lourenço – por sua vez as que possuem menor terreno propício à agricultura. De notar que as freguesias de S. Julião e de N^a Sra. da Anunciada, apesar de menos extensas, conseguiam ter uma produção relevante de citrinos. Vemos, assim, que a extensão territorial, apesar da sua importância, não representa um fator fundamental na produção.

Em termos de valor de mercado, os dados apresentados denotam uma estabilidade no caso das laranjas e uma crescente valorização no caso dos limões, reflexo da lei da oferta e da procura e não tanto da criação de novos métodos e/ou medidas que influenciassem a exportação.

Assiste-se neste período ao início do declínio da produção e da exportação dos citrinos setubalenses. Como mencionado anteriormente, fatores como a doença surgida em 56/57 – a gomose – e o aparecimento de novos mercados concorrentes, acentuaram a tendência negativa que se manteve até à perda da preponderância no mercado internacional.

Não é possível precisar um evento específico que tenha marcado o início do declínio, uma vez que este se deu através de um processo lento com vários fatores interligados e codependentes e não de um ato isolado.

Os citrinos setubalenses, como ex-libris da Cidade de Setúbal, perduram até aos dias de hoje na memória de toda uma

¹⁷ LEITE, 1918, pg. 95

¹⁸ Idem pg. 142

¹⁹ FERREIRA, 2017, pg. 55

²⁰ Idem, pg. 56

região. Atualmente, procura revitalizar-se e embelezar-se as avenidas com laranjeiras, existindo ainda um núcleo na Quinta da Várzea da típica laranja setubalense, que merecia recuperar o seu antigo esplendor.

*“É o Sol e mais nada
neste momento importa...
Brinquem os raros felizes
no seu jardim em flor.
Dancem danças de roda.
digam versos de Amor,
e o sumo das laranjas
lhes adoce a garganta.”²¹*

²¹ GAMA, 1967, pg. 99 – *É o sol e mais nada*

Bibliografia

Fontes manuscritas

Arquivo Distrital de Setúbal (ADSTB)

APAC/Q/0015 – Laranjais de Setúbal: Laranjas de tirar a pele

APAC/Q/0163 – Laranjais Séc. XVI; Laranjais da China; Séc. XVII

APAC/Q/0210 – Laranja e Limão: Produção

Artigos

PIRES, Leonardo Aboim (2022) – *A cultura da laranja na agricultura oitocentista portuguesa: entre o cultivo e a produção especializada*, in IX CER & X Rural Report. Universidade do Algarve, Faro (disponível em: https://www.researchgate.net/publication/361164556_A_laranjeira_na_agricultura_oitocentista_portuguesa_entre_o_cultivo_alternativo_e_a_producao_especializada)

Publicações

ANDERSEN, Hans Christian (1971) – *Uma visita em Portugal em 1866*. Tradução, prefácio e notas de Silva Duarte. Lisboa: O Independente

BAPTISTA, João Maria (1874–1878) – *Chorographia moderna do reino de Portugal*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias. 7 vols.

CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; CASTRO, Sandra (2016) – *As freguesias dos distritos de Lisboa e Setúbal nas memórias paroquiais de 1758: memória, história e património*. Braga: Casa Museu de Monção; Universidade do Minho.

COSTA, António Carvalho da (1706–1712) – *Corografia portuguesa e descrição topográfica do famoso reyno de Portugal*. Lisboa: na oficina de Valentim da Costa Deslandes, 3 vols.

FERREIRA, Diogo (2017) – *Setúbal e a Primeira Guerra Mundial*. Setúbal: Estuário

GAMA, Sebastião (1967) – *Campo Aberto*. Lisboa: Ática, Lda.

LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho (1873) – *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, vol. 1.

LEÃO, Duarte Nunes (1610) – *Descrição do reino de Portugal*. Lisboa: Jorge Rodriguez.

LEITE, Francisco de Paula (1918) – *Os Laranjais de Setúbal*. Lisboa: Imprensa Lusitana de José Maria Junior & C^a.

MARUGÁN y MARTIN, Dom José (1833) – *Descripcion geográfica, física, política del reino de Portugal y de los algarbes*. Madrid: en la imprenta real, tomo II.

PIMENTEL, Alberto (1992) – *Memória sobre a história e administração do Município de Setúbal*. Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal

QUINTAS, Maria da Conceição (1998) – *Setúbal. Economia, Sociedade e Cultura Operária*. Lisboa: Livros Horizonte, LDA.

RAMOS, Anabela (2022) – *Laranjas de Portugal. Séculos de cultivo e consumo*. Lisboa: Ficta Editora.

SILVA, Luiz Augusto Rebello da (1868) – *Memória sobre a População e a Agricultura de Portugal, desde a fundação da Monarchia até 1865. Parte I (de 1097–1640)*. Lisboa: Imprensa Nacional

JOÃO SANTANA DA SILVA E EUPREMIO SCARPA

POPULARIZAÇÃO E BAIRRISMO: O SÃO DOMINGOS FUTEBOL CLUBE E O DESPORTO EM SETÚBAL (1921–1945)

Em dezembro de 1926, era criado o distrito de Setúbal, já sob um regime ditatorial. A autonomização de uma identidade administrativa e territorial para Setúbal, separada de Lisboa, veio encontrar um panorama desportivo robusto, com dezenas de clubes em competição. Em 1927, fruto dessa autonomia, nasceria a Associação de Futebol de Setúbal, substituindo a embrionária Liga de Futebol de Setúbal e dando um necessário, ainda que tardio, impulso ao dinamismo associativo da cidade. Por todos os bairros de Setúbal foram nascendo vigorosos clubes desportivos, que viam nesta autonomia distrital um renovado palco para representar as suas gentes e a sua identidade. Um desses grupos é o São Domingos Futebol Clube, criado em 1921 no bairro de São Domingos. Fundado num bairro de trabalhadores, próximo das instalações fabris que se dedicavam sobretudo ao ramo conserveiro, o São Domingos assumira-se como um dos conjuntos mais fortes do futebol setubalense, pertencendo à segunda vaga de associativismo desportivo na cidade. Até à década de 1940, o São Domingos foi um dos clubes mais fortes da cidade e um dos mais importantes polos de ação e identidade coletivas do bairro¹.

O início do futebol em Setúbal

Tal como em Inglaterra, o futebol moderno em Setúbal teve o seu início nas escolas, nos pátios dos liceus e entre estudantes. Criado nas escolas inglesas, evoluiu entre estudantes e entre as elites educadas em colégios privados, que lhe deram as regras até hoje conhecidas. Teve o mesmo percurso em Portugal, onde

¹ Este capítulo baseia-se, ostensivamente, no livro dos autores sobre o mesmo clube: Eupremio Scarpa e João Santana da Silva, *Um Bairro, Um Clube: 100 anos de história do São Domingos Futebol Clube* (Setúbal: São Domingos Futebol Clube, 2021).



O 1.º “team” do S. Domingos Foot-Ball Club

Em pé—Herminio Gouveia, Joaquim Gomes, José Venerante, Diamantino Maldonado, Herminio Guilherme e António Rosa. Em plano inferior—José Bernardo, António José Santana, Manoel Eusebio Abrantes, Amadeu Batista e Augusto Branquinho. «Team», que num futuro próximo devido à sua ação progressiva poder-se-ia defrontar com grupos de valor.

Figura 1
A equipa do São Domingos Foot-Ball Club, que venceria a Divisão Promocionária de 1925/1926. [Cetóbriga, abril de 1926]

chegou pelas mãos dos irmãos Pinto Basto, de famílias abastadas, e é difundido pelos estudantes saídos da Casa Pia de Lisboa, que levam o futebol a todos os cantos do país. Em Setúbal, foi o casapiano Jorge de Sousa o grande propagandista, fundando um dos dois principais clubes da cidade no início do século XX: o Setubalense Sporting Club. Batendo-se contra os estudantes do Grupo Académico, “organizado pela rapaziada do liceu”², o Setubalense tinha a sua sede num barracão do jardim do Bonfim (equipando-se os jogadores entre picaretas, pás e alfaías agrícolas), onde precisamente se começaram a dar os primeiros pontapés na bola na cidade.

Começam-se a organizar alguns jogos sequenciais e pequenos torneios, embora sem grande efeito, quer pela falta de equipas, quer de campos. Mas já se começava a notar, no início do século, a mistura de origens sociais dos jogadores. Foi esta década, a de 1920, a mais importante na popularização do futebol e na sua difusão pelos bairros operários, fruto da lei das 8 horas de trabalho (1919) e das mudanças sociais ocorridas no rescaldo da Grande Guerra. O maior tempo de descanso e lazer conquistado pela classe trabalhadora permitiu ter condições para entrar no circuito regular dos encontros desportivos. Em Setúbal como em Lisboa ou no Porto, tornara-se então comum ver empregados do comércio, estudantes, serralheiros e operários a envergarem a mesma camisola. Numa reunião de clubes, em 1925, as atas registaram até que: “O delegado do Estrela Sporting Club diz que sendo quase todos os jogadores operários da indústria das conservas, estes são imensamente prejudicados com o posto de trabalho tendo que jogar de semana, pois para irem teriam que abandonar o trabalho muito mais cedo que a hora habitual”³. Escrevia-se no *Sport Setubal* em 1922:

“É consolador, acreditem, ver aí nas mesmas salas, roçando ombros e falando-se com amizade os nossos rudes rapazes do mar, os trabalhadores das fábricas e a gente nova que outrora fugia deles por se julgar num plano superior [...]. A vida desportiva uniu-os a todos.”⁴

² *Sport Setubal*, 28/01/1922.

³ Reunião de 11 de novembro de 1925, na sede da Liga, na cidade de Setúbal. Arquivo Distrital de Setúbal, Associação de Futebol de Setúbal, cota 12/3787/2, Atas das assembleias gerais da Liga de Futebol de Setúbal (1925–1927), p. 13-14.

⁴ *Sport Setubal*, 30/10/1921.

Jogava-se já por todas as ruas, pracetas e descampados, falando o jornal setubalense *A Mocidade* da “doidice” do futebol⁵. Existiam já o Bonfim e o Avenida, fundados respetivamente em 1908 e 1909. Mais jovens, tínhamos o Vitória (1910) e o Comércio e Indústria (1917), que se tornariam os dois clubes com maior longevidade na cidade. Com o crescimento económico entre 1911 e 1920, sobretudo na indústria conserveira, vem também a prosperidade necessária ao desenvolvimento do lazer e ao surgimento de clubes desportivos mesmo nos bairros mais populares, como o Estrela Sporting Club em 1913. Entre 1920 e 1930, vem a proliferação de outros pequenos clubes e a institucionalização do futebol em ligas e associações⁶. Para além das equipas já mencionadas, surgem o Grupo Desportivo “Os 13” e o São Domingos (1921), o Vilamariense (1922), o Racing e o Figueirense (1924), entre outros⁷. Cada bairro já sentia a necessidade de ter o seu clube, em representação do bairro. Enquanto, de um lado, estavam os estudantes, comerciantes e jovens burgueses, nestes bairros surgiam futebolistas operários, trabalhadores manuais ou da construção, numa diversidade inédita.

A criação da Liga de Futebol de Setúbal

No início da década de 1920, a cidade pertencia ainda ao distrito de Lisboa. Como resultado, os clubes competiam nos campeonatos da capital – na prática, quase só o Vitória tinha condições desportivas e financeiras para o fazer. O Vitória, aliás, recusava-se a participar na criação de uma associação de futebol local, devido ao sucesso obtido no campeonato da Associação de Futebol de Lisboa (AFL). Esta, por sua vez, proibia a participação dos seus associados noutros torneios⁸.

O que se fazia em Setúbal era organizar os diversos jogos particulares no contexto de pequenos torneios, dando um novo sentido à índole competitiva dos setubalenses e ajudando a registar o palmarés de cada um no longo prazo. Enquanto o Vitória

⁵ *A Mocidade*, 01/04/1921.

⁶ Maria da Conceição Quintas, *Setúbal, Economia, Sociedade e Cultura – 1880–1930* (Lisboa: Livros Horizonte, 1998), p. 324–325.

⁷ A. Matos Fortuna, *Um Distrito Sob o Signo do Futebol* (Setúbal: Associação de Futebol de Setúbal, 2003), p. 217.

⁸ Em entrevista de 1922, José Joaquim Gomes, dirigente do Vitória, explicava que o seu clube nunca poderia fazer parte de uma Associação de Futebol de Setúbal, precisamente porque competia na congénere de Lisboa, dizendo que “salvo qualquer situação ou alteração administrativa do nosso país, que eu não tenha conhecimento, não me consta que Setúbal tivesse deixado de fazer parte do distrito de Lisboa e como tal está implicitamente o Vitória abrangido por aquela disposição”, ou seja, pelo artigo 2.º do regulamento da AFL. Ver: *Sport Setubal*, 11/11, 1922.

competia com os clubes lisboetas, conquistando duas vezes o Campeonato de Lisboa, os restantes clubes da cidade criaram uma Comissão Organizadora de Torneios de Foot-Ball, que organizara a Taça Raul dos Santos, a Taça Costa Júnior, a Taça Câmara Municipal de Setúbal, entre outras⁹. Esta Comissão está na origem do que viria a ser a primeira proto-associação de futebol na cidade.

No dia 18 de março de 1924, o jornal *O Setubalense* falava da velha ambição de a cidade ter um campeonato seu, referindo existir na cidade onze clubes dedicados à prática do futebol, embora saibamos existirem já mais do que esses (sem contar com muitos outros em todo o distrito)¹⁰. Disputando um torneio de futebol rudimentar e sem carácter oficial, os clubes começaram a reunir esforços para a organização de uma associação, mesmo sem ter ainda autonomia distrital, já que só assim Setúbal poderia participar no Campeonato de Portugal, criado em 1921/1922. Procurou-se que o Vitória Futebol Clube liderasse esse movimento, mas os verde-e-brancos já se tinham assumido como fortes candidatos aos primeiros lugares do Campeonato de Lisboa, mantendo-se, por isso, afastados dos esforços.

Importa dizer que a União Portuguesa de Futebol, criada em 1914¹¹, apoiava então a criação de ligas regionais, para que se desenvolvesse a modalidade na chamada “província”. Foi o caso da liga de Tomar – que antecedeu a fundação da AF Santarém em 1924 –, e o da Liga de Futebol de Setúbal, na cidade que o jornal *O Sport de Lisboa* já considerava candidata a “terceiro centro desportivo do país”¹². Francisco Romeiras (do Comércio e Indústria, e primeiro presidente da Liga) e Francisco Biscaya da Silva (fundador de “Os 13”) foram dois dos mais ativos elementos na organização desta competição, que criou os seus Estatutos próprios e teve uma comissão organizadora e delegados de Bonfim, Avenida, Estrela, Comércio e Indústria, “Os 13”, Vilamariense, Nossa Senhora do Caes, Sporting Club Setubalense “Os Frades”, União Desportiva “Astoria”, São Domingos, Social e Estrela Vermelha Foot-Ball Club. Estariam nela filiados 23 clubes¹³.

⁹ Maria da Conceição Quintas, *Setúbal, Economia, Sociedade e Cultura – 1880–1930* (Lisboa: Livros Horizonte, 1998), p. 325.

¹⁰ *O Setubalense*, 18/03/1924.

¹¹ João Nuno Coelho, Francisco Pinheiro, *A Paixão do Povo – História do futebol em Portugal* (Porto: Edições Afrontamento, 2002), p. 155.

¹² *O Sport de Lisboa*, 02/09/1925, p. 3.

¹³ A. Matos Fortuna, *Um Distrito Sob o Signo do Futebol – 75.º Aniversário da Associação de Futebol de Setúbal* (Setúbal: AFS, 2002), p. 28–29. A primeira direção compunha-se da seguinte forma: Francisco Romeiras, presidente; José Meira, vice-presidente; Francisco Biscaya da Silva, 1.º secretário; José Joaquim Rocha, 2.º secretário; João Carlos Santana, tesoureiro; Carlos Gomes e Manoel Gaspar, vogais. Em: Arquivo Distrital de Setúbal, Associação de Futebol de Setúbal, cota 12/3787/1, Liga de Foot-Ball de Setúbal – Atas da Assembleia Geral (1925), p. 4.

A AFL apadrinhou e incorporou a Liga de Setúbal no esquema das suas competições, exigindo a filiação dos clubes. A Liga era uma forma de descentralizar os órgãos de decisão e de organização para mais próximo das localidades em que o futebol crescia, tendo-se criado, depois, também ligas em Almada, Barreiro e Oeiras-Cascais¹⁴. Contornava-se, desta forma, as elevadíssimas despesas de deslocação que existiriam caso os clubes do distrito competissem todos. Assim, só o campeão de todas estas ligas se apuraria a participar em Lisboa¹⁵.

O Vitória, que não se pudera filiar na Liga por estar a disputar o Campeonato de Lisboa (cláusula dos Estatutos da Liga), ficara de fora desta Liga que, a 15 de fevereiro de 1925, arranca com o seu primeiro torneio experimental, em modo “Bóta-Fora”. Eram 15 os clubes filiados, com uma população de cerca de 4.000 sócios e 450 jogadores. Os jogos teriam lugar no “Campo do Bonfim”, zona central com espaço para vários jogos em simultâneo, já que o Vitória – fruto de uma má relação com a Liga – não cedeu o Campo dos Arcos¹⁶.

O nascimento da Associação de Futebol de Setúbal

No dia 28 de maio de 1926, um golpe de Estado levado a cabo por oficiais das Forças Armadas derruba a República e instaura uma ditadura militar, a antecâmara do Estado Novo que só terminaria em 1974. Em termos administrativos, os efeitos em Setúbal foram quase imediatos, autonomizando-se o distrito em dezembro de 1926, de forma a potenciar o seu desenvolvimento. Por isso, logo em janeiro de 1927, na assembleia da Liga de Futebol de Setúbal, discutia-se a criação da Associação de Futebol de Setúbal (AFS), agora quase obrigatória com o novo distrito.

Exultava-se com a nova autonomia desportiva, agora sem estar sob a alçada da AFL¹⁷. Após discussões sobre se se deveria avançar para o convite a todos os clubes do distrito ou restringir-se aos clubes da Liga, venceu a primeira hipótese¹⁸. Nas reuniões

¹⁴ Júlio de Araújo, *Meio Século de Futebol: subsídios para a história do futebol em Portugal* (Lisboa: edição de autor, 1938), 200.

¹⁵ *O Sport de Lisboa*, 02/09/1925, p. 3.

¹⁶ Arquivo Distrital de Setúbal, Associação de Futebol de Setúbal, cota 12/3787/1, Liga de Foot-Ball

de Setúbal – Atas da Assembleia Geral (1925), p. 7.

¹⁷ Francisco Romeiras regozijava com a nova autonomia desportiva: “Felizmente, e já não era sem tempo, que vamos deixar de estar sob a alçada da AFL, que algumas vezes nos prendeu os movimentos, mas agora já poderemos trabalhar mais livremente, sem peias, e regularmos os nossos atos desportivos somente pela nossa consciência e sem auxílio de terceiros”. Ver: *O Sport de Lisboa*, 14/01/1927.

¹⁸ Arquivo Distrital de Setúbal, Associação de Futebol de Setúbal, cota 12/3787/2, Atas das assembleias gerais da Liga de Futebol de Setúbal (1925–1927), p. 33–38.

de maio de 1927, na Rua António Maria Eusébio (sede de “Os 13”), os clubes da Liga decidiram a criação da AFS e dos seus estatutos. Aderiram como fundadores – à exceção do Vilamariense, do Figueirense e de alguns outros – e juntaram-se-lhes outros clubes da região, como o Palmelense ou o Vitória, mas também, nos meses seguintes, os clubes do Montijo, do Barreiro, da Moita e de outras localidades:

“Artigo 1.º – A Associação de Futebol de Setúbal, A. F. S. – fundada em 5 de Maio de 1927 pelos clubes Bonfim Futebol Clube, Estrela Sporting Clube, Grupo Desportivo dos Empregados no Comércio, Grupo Desportivo Setubalense «Os 13», Luso Futebol Clube, Palmelense Futebol Clube, Racing Clube Setubalense, Sporting Clube Setubalense «Os Meúdos», São Domingos Futebol Clube, União Futebol Avenida, União Futebol Comércio e Indústria e Vitória Futebol Clube, filiada na Federação Portuguesa de Futebol, tem a sua sede obrigatória na cidade de Setúbal [...]”¹⁹

No Verão de 1927, estava tudo a postos para o primeiro campeonato distrital de Setúbal, tendo Cândido de Oliveira, jornalista, treinador e antigo futebolista, afirmado: “com a formação da AFS, Lisboa passa a ter, ao pé da porta, um sério competidor – na hegemonia foot-ballística”²⁰. No jornal *Setubal-Sports*, em 1927, um poema sobre a nova Associação fazia já referência ao clube que escolhemos focar:

“Vae começar a Revista
Da novel Associação.
Neste interessante débute
Só quem tiver um bom shoot
Fica na competição.
[...]
O S. Domingos, tem fé
Que, se jogar com ralé
Inda ha-de dar que falar. [...]”²¹

¹⁹ Primeiros Estatutos da Associação de Futebol de Setúbal. Arquivo do São Domingos Futebol Clube.

²⁰ *Setubal-Sports*, 03/10/1927.

²¹ *Setubal-Sports*, 24/10/1927.



O bairro de São Domingos

É impossível falar do São Domingos Futebol Clube sem dar a conhecer a comunidade que lhe dá sentido: o bairro. Em muitos aspetos, o Bairro de São Domingos é o clube, e o clube é o Bairro de São Domingos. O associativismo recreativo e desportivo foi, para muitos núcleos habitacionais no país, o centro da vida social, mas não deixava de ser o centro do próprio bairro. Em cidades como Setúbal, com muita imigração de outras regiões e vidas de trabalho duras, o clube foi local de reunião e cruzamento de inúmeras pessoas que compunham o tecido vivo do bairro. Esta ligação umbilical irá acompanhar toda a centenária vida do clube, surgido neste bairro que tinha uma grande comunidade originária de Ovar, fazendo do Bairro de São Domingos conhecido, outrora, como “Bairro dos Varinos”, em referência a essas origens²².

Chegou a haver quem lhe chamasse Bairro de Palhais, entre o Chafariz de São Bernardo e a Igreja de S. Sebastião, a primeira construção duradoura naquele local, tornando-se sede de

Figura 2
Setúbal em 1924, com o Bairro de São Domingos no canto inferior direito, sendo possível ver a linha de comércio e o cemitério que o delimitam. [Raul Proença, *Guia de Portugal, vol. I: Lisboa e Arredores* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1924), cortesia de Diogo Ferreira]

²² João Freire e Maria Alexandre Lousada, *Roteiros da Memória Urbana – Setúbal: Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX* (Lisboa: Edições Colibri, 2013), p. 68.

freguesia em 1553²³. A indústria em redor, a linha de comboio (que separou São Domingos do Quebedo) e o acesso fácil ao rio levaram a que, nos séculos XIX e XX, se estabelecesse aí a presença de muitos pescadores, operários conserveiros e sindicalistas, fazendo do bairro uma zona de “resistentes”. A própria toponímia se relaciona com a história republicana, desde o Largo 28 de Janeiro à Rua José Fontana, e sabe-se da existência de sedes de sindicatos e locais de educação popular²⁴.



Figura 3
Emblema antigo do São Domingos Futebol Clube. [Arquivo do São Domingos Futebol Clube]

Fundação e vida do São Domingos Foot-Ball Club

Poucas são as informações sobre a fundação do São Domingos: a apreensão de todo o acervo do clube na década de 1940 dificultou a investigação (como também o natural desaparecimento dos protagonistas daquela altura). A única certeza é a data do dia 28 de março de 1921, já presente no carimbo dos primeiros documentos oficiais que chegaram até nós. Sobre os fundadores há uma maior incerteza. Há nomes que os antigos sócios passaram de geração em geração (caso, por exemplo, de José Bernardo), mas sem documentos que comprovem isto.

Na investigação encontramos um artigo que, finalmente, esclareceu alguns pontos até aí desconhecidos. Foi no jornal *Os Sports* do dia 6 de março de 1933, que publicara uma entrevista com o presidente da altura, José Carlos, que declara:

“[...] o São Domingos Football Club foi fundado em 28 de março de 1921 por Herminio Guilherme, Afonso Nunes, Salvador dos Santos, José Guilherme e outros.”²⁵

Todos esses nomes eram jogadores ou futuros dirigentes do clube. Com o passar dos anos, a pequena coletividade do bairro tornou-se sempre mais ativa na dinamização e organização do movimento associativo da cidade de Setúbal. Vejamos: desde logo, o São Domingos foi um dos fundadores da Liga de Foot-Ball de Setúbal, primeira tentativa de uma entidade responsável pelo

movimento futebolístico na cidade. Foi nessa Liga que teve os primeiros sucessos desportivos, tornando-se campeão da Divisão Promocionária (uma espécie de “II Divisão”) em 1925/1926²⁶. Outro momento importante foi a fundação da AFS, em 5 de maio de 1927, da qual o São Domingos é um dos doze clubes fundadores. Já em outubro desse mesmo ano, realizou-se o primeiro campeonato distrital de Setúbal, com a participação de sete clubes, entre os quais o São Domingos.

Nos anos seguintes, o seu protagonismo progrediu sempre em crescendo: foi campeão das segundas categorias em 1928/1929; participou no desfile das coletividades do distrito de Setúbal durante a primeira Exposição Regional de Promoção em 1930; ganhou o Campeonato Regional de Promoção em 1930/1931; ganhou a Divisão Regional em 1931/1932; e teve jogadores convocados para a seleção de futebol de Setúbal²⁷.

O momento alto do clube foi, com certeza, nos anos entre 1935 e 1942, período em que participou na Primeira Divisão da AFS, e os bons resultados nesses campeonatos qualificaram-no para participar no Campeonato Nacional, primeiro na II Liga, depois na Segunda Divisão (em 1935/1936, 1936/1937 e 1939/1940)²⁸. Lembremo-nos de que foi um dos poucos clubes da cidade a participar na história desta competição.

Destes anos áureos, destacam-se muitos jogadores, mas lembramos dois nomes de filhos do bairro de São Domingos e jogadores na equipa verde-e-preta, que se tornaram famosos a nível nacional: o guarda-redes Manuel Baptista (“Mãos de Ferro”) e o sublime artilheiro José Cardoso Pereira, “O Peyroteo do outro lado do Tejo”, figuras também incontornáveis na história do Vitória Futebol Clube e do Barreirense, onde jogaram e conquistaram troféus²⁹.

É bom lembrar que o clube não vivia de só futebol, tendo também secções de ciclismo, atletismo e *ping-pong*. A sede tornou-se, também, um polo agregador e de cultura popular, com frequentes bailes, convívios, concertos e sessões de teatro popular.

²³ Manuela Maria Justino Tomé, “Setúbal: Topologia e Tipologia Arquitectónica (séc. XIV–XIX) – Memória e futuro da imagem urbana” (tese de doutoramento em Arquitetura, Universidade da Beira Interior, 2015), p. 185; Página da Direção-Geral do Património Cultural, “Igreja Paroquial de São Sebastião (do antigo Convento de São Domingos), incluindo parte do claustro anexo à igreja”. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73994>.

²⁴ Carlos Moura e Horácio Pena, “A Primeira República e a Toponímia”, em *Setúbal – Roteiros Republicanos*, coord. Albérico Afonso (Matosinhos: QuidNovi, 2010), p. 92-98.

²⁵ *Os Sports*, 06/03/1933.

²⁶ *O Sport de Lisboa*, 23/06/1926.

²⁷ Arquivo Distrital de Setúbal, Associação de Futebol de Setúbal, 12/3876/1, Cadastro dos Clubes, Sócio Coletivo n.º 5: São Domingos Futebol Clube.

²⁸ Ver crónicas de todos os jogos recolhidas em: Eupremio Scarpa e João Santana da Silva, *Um Bairro, Um Clube: 100 anos de história do São Domingos Futebol Clube* (Setúbal: São Domingos Futebol Clube, 2021), p. 107–121.

²⁹ Eupremio Scarpa e João Santana da Silva, *Um Bairro, Um Clube: 100 anos de história do São Domingos Futebol Clube* (Setúbal: São Domingos Futebol Clube, 2021), p. 97–105.

Declínio e queda: as causas do “eclipse” do São Domingos

De repente, em meados da década de 1940, não se ouve mais falar do clube, que devagarinho caíria no esquecimento. Na nossa investigação, considerámos três motivos principais para explicar esse declínio (que muitos outros clubes de bairro tiveram)³⁰.

Em primeiro lugar, a falta crónica de campos de jogos na cidade de Setúbal. Praticamente apenas existia o Campo dos Arcos (do Vitória) e o campo da Bela Vista (do Comércio e Indústria). Portanto, todas as equipas de Setúbal, que já ascendiam às dezenas, só podiam contar com esses dois campos, manifestamente insuficientes.

Em segundo, a criação da Direção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar (DGEFDSE) em 1942 – pensada pelo governo para regular o desporto e controlar o movimento associativo –, resultou no decreto de uma série de burocracias que impediram o normal funcionamento das próprias coletividades. Burocracias às quais muitos dos clubes pequenos não conseguiam dar respostas. Por exemplo, a obrigatoriedade de ter um médico no clube, de ter um curso de ginástica para os sócios e de ter um campo próprio para participar em campeonatos³¹.

Por fim, muitos dos dirigentes do São Domingos eram antifascistas no período do Estado Novo, tendo muitos deles fichas nos arquivos da PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, que deu origem à PIDE). O clube era, permanentemente, controlado por informadores e agentes à paisana, pela desconfiança para com uma coletividade que albergava indivíduos que ousavam erguer-se em ações contra o regime. Um deles, inclusivamente, viu-se preso e deportado para a colónia penal do Tarrafal.

O “José dos Cabritos”, futebolista e anarquista

Um destes antifascistas era José Bernardo. Nascido em Setúbal em 1907, conhecido como “José dos Cabritos” (já que o pai era negociante de gado), cresceu no Bairro de São Domingos, onde aprendeu o ofício de soldador e trabalhou na indústria conserveira³². Ao mesmo tempo, juntou-se ao clube do bairro, onde jogou futebol quase desde as primeiras equipas. Antes dos 20 anos, já



Figura 4
Foto de José Bernardo nos arquivos da PVDE. [ANTT, PIDE/DGS, SC, RGP, livro 2, registo 246]

era jogador, representante do clube e árbitro na Liga de Foot-Ball de Setúbal. Foi ele que carregou, em 1930, o estandarte do São Domingos no desfile da Grande Exposição Regional³³.

Mas foi pela outra paixão que viu a sua vida ameaçada. Ativo sindicalista do seu sector, foi também anarquista, tendo ajudado a preparar o golpe de 18 de janeiro de 1934, acabando preso nas Praias do Sado antes do dia da sublevação³⁴. Passou pelas prisões de Aljube, Peniche, Angra do Heroísmo e, finalmente, Tarrafal, até ser libertado em 1940. Mesmo assim, voltou a apresentar-se ao serviço no São Domingos, desta vez como treinador. Poucos anos depois, o clube definharia sob o peso da nova burocracia. Faleceu em 1987³⁵.

O clube eclipsou-se, mas o seu espírito estava vivo nos corações da gente do bairro: uma nova geração entusiasta, na década de 1970, andou à procura das origens. Através da sua entreaajuda, o São Domingos ressurgiu, reconquistando espaço e protagonismo na vida associativa (desportiva, cultural e social) da cidade de Setúbal. Que venham mais cem anos!

³⁰ Este tema é explorado em: Eupremio Scarpa e João Santana da Silva, *Um Bairro, Um Clube: 100 anos de história do São Domingos Futebol Clube* (Setúbal: São Domingos Futebol Clube, 2021), p. 145–153. Ver, também: Rahul Kumar, *A Pureza Perdida do Desporto: futebol no Estado Novo* (Lisboa: Paquiderme, 2017), p. 127–158.

³¹ Decreto-Lei n.º 32241, *Diário do Governo*, 05/09/1942, I Série, n.º 208; Decreto-Lei n.º 32946, *Diário do Governo*, 03/08/1943, I Série, n.º 162.

³² Entrevista com João Freire, parte 2. Projecto Mosca (Arquivo Histórico-Social).

³³ Espaço Memória – Câmara Municipal do Barreiro, Espólio José Marques, cx. 3.

³⁴ Albérico Afonso Costa, “O 18 de janeiro de 1934 em Setúbal”, em *Setúbal no Centro do Mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, coord. Albérico Afonso Costa (Setúbal: O Setubalense, 2020), p. 103–105.

³⁵ Eupremio Scarpa e João Santana da Silva, *Um Bairro, Um Clube: 100 anos de história do São Domingos Futebol Clube* (Setúbal: São Domingos Futebol Clube, 2021), p. 145–153.

Fontes e bibliografia consultadas**Arquivos**

Arquivo do São Domingos Futebol Clube.
 Arquivo Distrital de Setúbal / Acervo da Associação de Futebol de Setúbal.
 Arquivo Nacional – Torre do Tombo.
 Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo Histórico-Social / Projeto MOSCA.
 Espaço Memória – Câmara Municipal do Barreiro / Espólio José Marques.
 Biblioteca Municipal de Setúbal.
 Cinemateca Portuguesa.
 Direção-Geral do Património Cultural.

Jornais e revistas

Ar Livre, 1934.
O Binóculo, 1923.
Cetóbriga, 1926.
Diário de Lisboa, 1935–1945.
Diário de Notícias, 1936–1937, 1940.
Diário de Setúbal, 1932.
Eco de Setúbal, 1932–1934.
Foto-Sport, 1925–1926.
A Mocidade, 1921.
O Século, 1937–1940.
Setúbal-Sport, 1927–1928.
O Setubalense, 1921–2020.
O Setubalense-Sports, 1928.
O Sport de Lisboa, 1925–1932.
Sport Setúbal, 1921–1922.
Os Sports, 1921–1945.
Os Sports Ilustrados, 1910–1911.
Stadium, 1932–1945.

Livros e artigos

Álbum dos Caramelos – Equipes da Bola. Lisboa/Porto: Fábrica Águia: s.d. [1932/1933].

Araújo, Júlio de. *Meio Século de Futebol: subsídios para a história do futebol em Portugal*. Lisboa: edição do autor, 1938.

Coelho, João Nuno, Francisco Pinheiro. *A Paixão do Povo – História do futebol em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

Correia, Ricardo. *Figuras Populares de Setúbal*. Setúbal: edição de autor, 1987.

Costa, Albérico Afonso. Setúbal – *Roteiros Republicanos*. Matosinhos: Quid-Novi, 2010.

Costa, Albérico Afonso. “O 18 de janeiro de 1934 em Setúbal”. Em *Setúbal no Centro do Mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, coord. Albérico Afonso Costa. Setúbal: O Setubalense, 2020, p. 103-105.

Ferreira, Diogo. “Um dirigente libertário local no 18 de janeiro de 1934”. Em *Setúbal no Centro do Mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, coord. Albérico Afonso Costa. Setúbal: O Setubalense, 2020, p. 235–236.

Ferreira, Diogo. *Breve História da Freguesia de São Sebastião* – Setúbal. Setúbal: Estuário/Junta de Freguesia de São Sebastião, 2021.

Fortuna, A. Matos. *Um Distrito Sob o Signo do Futebol*. Setúbal: Associação de Futebol de Setúbal, 2003.

Freire, João, e Maria Alexandre Lousada. *Roteiros da Memória Urbana-Setúbal: Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*. Lisboa: Edições Colibri, 2013.

Kumar, Rahul. *A Pureza Perdida do Desporto: futebol no Estado Novo*. Lisboa: Paquiderme, 2017.

Mouro, Carlos, e Horácio Pena. “A Primeira República e a Toponímia”. Em *Setúbal – Roteiros Republicanos*, coord. Albérico Afonso. Matosinhos: Quid-Novi, 2010, p. 92–98.

Pronça, Raul. *Guia de Portugal, vol.I: Lisboa e Arredores*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1924.

Quintas, Maria da Conceição. *Setúbal, Economia, Sociedade e Cultura – 1880–1930*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.

Scarpa, Eupremio, e João Santana da Silva. *Um Bairro, Um Clube: 100 anos de história do São Domingos Futebol Clube*. Setúbal: São Domingos Futebol Clube, 2021.

Tomé, Manuela Maria Justino. “Setúbal: Topologia e Tipologia Arquitectónica (séc. XIV–XIX) – Memória e futuro da imagem urbana”. Tese de doutoramento em Arquitetura, Universidade da Beira Interior, 2015.

ALBERTO DE SOUSA PEREIRA

AS EMENTAS DE BANQUETES NO ESPÓLIO DE AMÉRICO RIBEIRO

O fotógrafo setubalense Américo Ribeiro, AR, viveu entre 1906 e 1992 sempre em Setúbal e exerceu a sua actividade de fotógrafo de galeria e reportagem durante toda a sua vida. Nos anos 80 a Câmara Municipal de Setúbal reconheceu o seu valor e negociou o recebimento de todo o seu espólio em troca de um pagamento pontual e de um subsídio mensal, como que uma aposentação vitalícia.

Mas AR foi um incansável coleccionador de tudo que se relacionasse com a sua profissão além de ser um arquivador metucioso. Assim o seu espólio consiste em centenas de milhares de fotografias, essencialmente negativos, mais de uma centena de equipamentos fotográficos, pastas de recortes de jornais, ofícios, cartas, cartões diversos, postais ilustrados e centenas de ementas de banquetes.

Aspectos gerais das ementas

As ementas, objecto desta comunicação, são cerca de 180 e repartem-se entre 1928 e 1989, mais de 60 anos e com uma média de três banquetes por ano.

Mas a distribuição das ementas foi irregular ao longo das várias décadas como mostra a tabela seguinte:

Décadas	20	30	40	50	60	70	80	Total
Ementas	1	21	39	81	28	5	9	184
Em %	0,5	11	21	44	15	3	5	100

As ementas vão aumentando até à década de 50, quando atingem o valor de 81, ou seja acerca de 14 mensais e depois diminuem progressivamente até perderem expressão no ano 80, quando o AR começou a deixar de exercer a profissão.

As ementas são em geral de cartolina, com folha dupla e num formato perto do actual A5, 210 x 150 milímetros. Têm uma capa de apresentação e depois a ementa no interior. O texto indica o tipo de banquete, os organizadores ou as pessoas homenageadas, o local assim como a data e a hora. A página da ementa, na parte inferior, refere normalmente a empresa fornecedora em geral com um número de telefone associado. Muito raramente aparecem indicações sobre o traje a ser usado.

Os acontecimentos que deram origem aos banquetes podem ser classificados em cinco tipos diferentes, indicados na tabela seguinte:

Banquetes	Casamento	Homenagem	Confraternização	Jantar oficial	Baptizado	Total
Casos	96	30	26	23	5	180
Em %	53	17	14	13	3	100

Os Casamentos foram a maioria dos banquetes com 53 % das situações. Depois temos as Homenagens, promovidas por entidades oficiais ou grupos de cidadãos. De perto temos as Confraternizações, em geral de antigos alunos ou de militares. As refeições de carácter oficial, normalmente jantares, apenas surgem em 13% dos casos. Finalmente os baptizados, um pouco inesperadamente, apenas formaram três por cento dos banquetes.

Os casamentos

Os casamentos, como já o disse, constituem 53 % dos casos ou seja temos ementas de 96 casamentos. O mais antigo foi em 1928 e o mais recente em 1988, sessenta anos depois.

Na figura anexa temos um exemplo típico da capa de uma ementa de casamento de 1934.

Trata-se do casamento da filha do director do jornal *O Setubalense*, Maria L. Trindade.

O banquete foi fornecido pela Confeitaria Nacional de Lisboa.



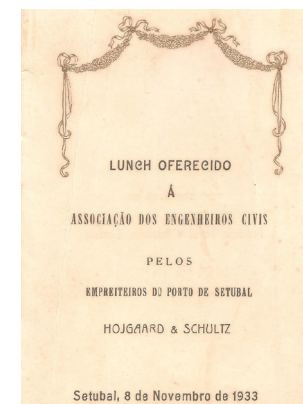
Os baptizados

Apenas se registaram cinco cerimónias. O exemplo apresentado é de 1956 quando foi o baptismo da menina Maria Luísa Perienes filha de um conceituado fabricante de conservas de Setúbal. A sua antiga fábrica alberga hoje o museu municipal do Trabalho Michel Giacometti. Note-se a simplicidade da capa apenas com os elementos indispensáveis.



As homenagens

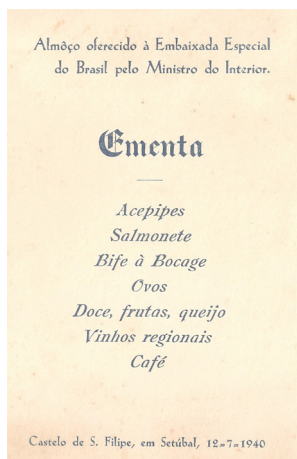
O exemplo apresentado trata de uma homenagem à Associação dos Engenheiros Cívicos de quando uma visita, de alguns sócios, às obras finais do porto de Setúbal em Novembro de 1933. A autoria da homenagem foi a empresa holandesa Hojgaard & Schultz, os empreiteiros da obra. Deve ter sido um lanche no final de um dia de trabalho.



As confraternizações

As confraternizações, quase sempre, eram de antigos cursos de médicos ou advogados, de militares ou até de legionários da então organização paramilitar da ditadura, a Legião Portuguesa. No exemplo apresento a capa de uma ementa de um almoço do Congresso de Oftalmologia, realizado em Setúbal, em Dezembro de 1952, com os médicos participantes.





Banquetes oficiais

Os banquetes oficiais de um modo geral eram organizados pela Câmara Municipal de Setúbal ou pelo Governo Civil do distrito. A imagem mostra a ementa do almoço oferecido pelo Governador Civil, a uma Embaixada Especial do Brasil, em 1940, no forte de S. Filipe.

Note-se a simplicidade da ementa, até sem capa, talvez devido às dificuldades dos abastecimentos durante a II Guerra Mundial.

A constituição das ementas nos casamentos, baptizados ou lanches

Os copos-de-água eram formados, normalmente, pelos seguintes pratos:

«« Pratos quentes «« Pratos frios «« Doces e sobremesas
«« Vinhos diversos »» Café e licores, eventualmente

Pratos quentes:

Temos, por exemplo, os caldos de galinha, quase obrigatórios, croquetes de carne, perdizes estufadas com vitela, marisco frito, etc.

Pratos frios:

Em geral eram a maioria. Peru assado no forno, lagosta com maionese, Galantine de galinha com trufas, fiambre ao natural, pãezinhos da meia-noite com queijo, fiambre ou figado de ganso e sandes variadas.

Doces e sobremesas:

A secção mais bem fornecida das ementas. Pastelaria variada e fruta fresca, rebuçados de ovo e de coco e bombons, para entreter as crianças, doces de comer à colher de coco, de ovos e de amêndoa, tâmaras recheadas de coco, pastéis à francesa, merengues recheados de geleia de alperce e finalmente o bolo de noiva.

Vinhos:

Os vinhos eram maduros, tinto e branco, em geral da região de Setúbal e depois os generosos da Madeira, do Porto e algumas vezes o Moscatel de Setúbal. Para finalizar o inevitável *champagne*. Cafés e licores eram fornecidos no fim sem designação de origem. Em alguns casos, no final dos banquetes, os homens recebiam charutos ou cigarrilhas.

A constituição das ementas nos almoços e jantares

Eram apresentadas com os seguintes pratos e por esta ordem;

»» Aperitivos (ocasionalmente); «« Sopa; «« Prato de peixe; «« Prato de carne; «« Queijo (ocasionalmente); «« Doce e fruta; «« Vinhos, café e Brandy, Moscatel ou Porto.

«« Aperitivos, também designados por acepipes: São os inevitáveis croquetes, os camarões fritos ou até, em caso raros, filetes de pombo com trufas.

«« Sopa: Caldo de galinha clarificado, creme ervilhas ou até de legumes.

«« Prato de peixe: Lombos de linguado à Sesimbrense, pescadinha à francesa ou salmonetes grelhados.

«« Prato de carne: Bife ao Bocage, tornedó à Espadarte ou escalopes de vitela.

«« Doce e fruta: Salada de frutas, fruta da época, pudim de laranja, sorvete de baunilha ou doce de ovos.

«« Vinhos: Branco e tinto e no final o café com um vinho generoso, normalmente o Moscatel de Setúbal.

Ementas humorísticas

Algumas ementas dos almoços de confraternização tinham redacções humorísticas relacionadas com as actividades dos confraternizadores. Apresento o caso de um almoço anual, do pessoal de escritório da empresa de adubos SAPEC, no qual todos os pratos têm designações dos diversos produtos da fábrica.

De realçar o Prato à Descrição, o caldo de galinha, que tem a designação de cianeto de potássio, um veneno altamente mortal...

Línguas utilizadas

Até à II Guerra Mundial apareciam, por vezes, ementas totalmente escritas em francês. Depois esse hábito foi abandonado e as ementas passaram a estar sempre escritas em português talvez devido ao declínio internacional daquela língua.

A ementa da figura refere-se a um almoço, em 1934, oferecido aos oficiais da marinha de guerra dinamarquesa numa visita a Setúbal.

E M E N T A	
ACEPIPES	Compostos e Granulados
PEIXE	Limas de pirite de ferro
CARNE	Coccos de jale e complementos
SALADA DE FRUTAS	Superfósforo, 16, 18 e 42 % — Sulfato de Amónio
DOCE	Nitrato de Potássio
CAFÉ	Jorre de P. G. — 1
VINHOS	Ácido Sulfúrico, Soluto de Permanganato de Potássio e Ácido Nítrico
A DESCRIÇÃO:	Cianeto de Potássio (Caldo de Galinha)

Creme de Poulet à la Victoire
Filets de Sole à la Marinère
Tornedós à la Setubalense
Dindonneau à la Danoise
Petit Poies à la Portugaise
Savarin au Chantilly
Fruits Divers
Vins: Blanc et Rouge
Champagne — Porto Vieux
Café et Liqueurs
SERVIÇO DE «A GARRETT»

Pratos mais habituais nos casamentos

Alguns pratos repetem-se durante dezenas de anos e chegaram até hoje nos copos-de-água dos casamentos. Os mais vulgares são os seguintes:

- « Caldo de galinha ou creme de legumes;
- « Croquetes de vitela com algum recheio, como cogumelos;
- « Lagosta em maionese que seria talvez um dos pratos fortes dos banquetes mas que no Verão, às vezes, originava intoxicações alimentares pois os frigoríficos eram raros na altura;
- « Sandes diversas com o habitual fiambre, queijo, salsichas até pasta de figado;
- « Pastelaria sortida com os bolos de pastelaria e de cortar à fatia e doces de colher;
- « Fruta da época e em alguns casos o apreciado e caro ananás;
- « Rebuçados e bombons para serem distribuídos pelas crianças e assim as manter entretidas e afastadas dos adultos.
- « Vinhos maduros, generosos e espumante. Sempre o vinho branco e o tinto, em geral da região e mais raramente de Colares. Depois, no final, apareciam os vinhos generosos como o Porto, o Moscatel e algumas vezes o da Madeira. Com o bolo de noiva era a vez do vinho espumante algumas vezes grafado como *champagne*.

Pratos desconhecidos actualmente

Nas ementas aparecem, com muita frequência, três pratos, hoje completamente desconhecidos, que são:

« Caldo de galinha clarificado » « Pãezinhos da meia-noite » « Fiambre à espanhola »

Para decifrar estes pratos tivemos que perguntar à conceituada Pastelaria Suíça, no Rocío, em Lisboa e habitual fornecedora de banquetes. Amavelmente nos comunicaram que já não forneciam banquetes mas entraram em contacto com um antigo empregado, já reformado, que prontamente nos esclareceu o significado, « Caldo de galinha clarificado; Uma canja de galinha, com pouco arroz, que depois era coada por um pano ficando apenas o caldo. Era servido quente.

« Pãezinhos da meia-noite; Pãezinhos de leite, com fiambre, queijo, ou até foie-gras, servidos normalmente, nos bailes sociais, depois da meia-noite.

« Fiambre à espanhola; Aparas de carne assada, de vaca ou porco, misturadas com ovos e condimentos. Depois eram enformadas, como o fiambre e iam ao forno para um assado rápido.

Os fornecedores dos banquetes

Foram inventariados 131 fornecedores diferentes. A maior parte de Setúbal e de Lisboa, seguindo-se várias localidades como Seixal e Évora, por exemplo.

As empresas de Setúbal forneceram 54 banquetes, 41% do total. A casa com mais fornecimentos foi o Hotel Esperança, com 20 banquetes, seguida pela Confeitaria Portugália com nove e o Café Brasileira com seis. Um copo-de-água era, e é, caro e apenas algumas famílias ou entidades o podia suportar. Assim, e até por uma razão de prestígio social, se deve a maior procura pelas prestigiadas casas de Lisboa.

As empresas fora de Setúbal proveram 77 banquetes, 59 %. As famosas casas Bernard e Suíça, de Lisboa, destacam-se com seis banquetes cada uma. Depois, com cinco banquetes, temos a Veneza e a Brasileira, de Lisboa e a Bijou de Évora.

Ricos e pobres nos banquetes

As ementas registavam o poder de compra de quem as encomendava e pagava. Os remediados organizavam ementas modestas mas as famílias ou entidades com boas posses não discutiam os preços.

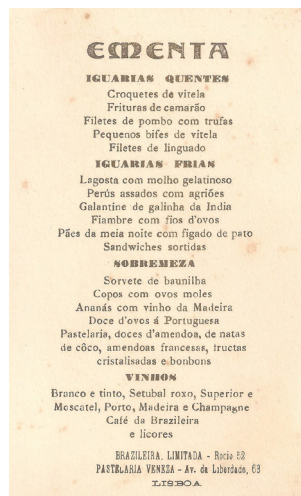
Temos um exemplo de um casamento modesto, mas com alguma dignidade, em 1947, com o fornecimento de uma casa de Setúbal. Note-se os singelos pratos de salsichas e pescadinha à francesa.

Os pratos eram pouco variados assim como certamente foram os vinhos.

O exemplo seguinte é da ementa de um “Setúbal de Honra” oferecido pela empresa holandesa construtora do porto de Setúbal, no dia da inauguração oficial do porto, em 1934, no qual compareceu o presidente da República entre outras entidades.

As casas fornecedoras foram as prestigiadas Brasileira e Veneza, ambas de Lisboa.

E M E N T A	
IGUARIAS VARIADAS	DOCES E SOBREMESAS
Caldo de galinha clarificado	Bolo de Noiva
Salsichas	Docinhos do Convento
Escalopes de vitela lardeados	Pasteis sortidos
Croquetes de vitela	Petits-fours
Perú à Portugália	Delícias «Au fondant»
Pescadinha à francesa	Bombons
Frituras de camarão	VINHOS
Pasteis de camarão	Branco — Tinto — Verde — Porto — Madeira
Carnes frias	Licores e Champagne
Sandwiches variadas	Café — Charutos



Conclusão

Concluimos esta comunicação acerca das ementas de banquetes disponíveis, no espólio do fotógrafo setubalense Américo Ribeiro e existente nos arquivos Américo Ribeiro na Casa Bocage da Câmara Municipal de Setúbal. Formam elementos da chamada pequena história do quotidiano mas que nos permitem ter uma ideia mais clara sobre um assunto pouco ou nada explorado.

Todas as imagens foram digitalizadas dos originais existentes no Arquivo Américo Ribeiro, na Casa Bocage, a cuja direção o autor agradece a autorização.

FRANCISCA RIBEIRO

FRANCISCO AUGUSTO FLAMENGO (1852–1915). UM PINTOR DE SETÚBAL

Francisco Augusto da Silva Flamengo nasceu em Setúbal a 27 de fevereiro de 1852 na freguesia de Santa Maria da Graça, filho de João António Flamengo (piloto da barra de Setúbal) e Marianna Ignacia (conforme o Assento de Batismo. Arquivo Distrital de Setúbal) ou Mariana Inácia da Silva (conforme Fran Paxeco em *Setúbal e as suas Celebridades*¹).

Entre 1904 e 1907, portanto já com 52 anos e mais, aparece identificado como casado, pintor e proprietário nuns autos cíveis de execução hipotecária, onde foi o exequente (ou seja, o requerente da execução fiscal).

Segundo o investigador Almeida Carvalho (Setúbal, 1817–1897)², Flamengo entrou na instrução primária aos 9 anos, onde ficou apenas até saber contar devido à necessidade de arranjar trabalho por falta de meios.

Isso não impediu, no entanto, que seguisse a sua vocação, iniciando bastante jovem a aprendizagem na área da pintura ao trabalhar com artistas de carreira já consolidada e participando nalgumas das suas empreitadas.



Francisco Augusto Flamengo
Fotografia não assinada de Manuel Rodrigues Aldegalega ("Photo Moderna" na Avenida 5 de Outubro). É possível ler, na margem inferior do suporte em cartão, a palavra incompleta "(...)derna".
Museu de Setúbal/Convento de Jesus,
MS/CJ 2072/F.130

¹ Manuel Fran Paxeco, *Setúbal e as suas Celebridades*, Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, 1930.

² *Arquivo Pessoal de Almeida Carvalho*, Arquivo Distrital de Setúbal, ADSTB-PS-S-A PAC-L-0321, Cota 51/65. João Carlos de Almeida Carvalho dedicou-se a investigar a História de Setúbal, destacando-se, nos seus apontamentos (resultantes da consulta de diversos arquivos e bibliotecas), a informação que transcreveu do Arquivo Municipal de Setúbal, posteriormente ardidado em 1910. Exerceu profissionalmente como taquígrafo, mas também foi militante ativo do Partido Regenerador, jornalista (fundando a primeira versão de *O Setubalense*) e, mais tarde, advogado.

Encorajado por João Elói Ferreira do Amaral (Setúbal, 1839–1927)³, seu primeiro mestre com quem esteve até aos 20 anos, partiu para Lisboa onde adquiriu prática na pintura decorativa de interior.

Almeida Carvalho refere, nos seus apontamentos, ter sido nessa altura que “o mestre lhe dissera – podes ir ganhar o pão pela pintura porque estás habilitado para isso.”⁴

Na capital trabalhou durante três anos com o conhecido José Maria Pereira Júnior, ou Pereira Cão, (também natural de Setúbal, 1841–1921)⁵, colaborando na pintura decorativa de paredes e tetos de edifícios lisboetas. Mas, entretanto, dispensado pelo novo mestre e faltando-lhe apoio, acabaria por voltar a Setúbal onde obteve reconhecimento local e granjeou clientela.

O relato de Almeida Carvalho acerca do término dessa colaboração com Pereira Cão, que era um artista conceituadíssimo, faz crer que terá falado pessoalmente com Flamengo e que este lhe terá confidenciado os seus sentimentos, de tristeza e desânimo, nessa época, assim como a razão que consideraria justificar a atitude do seu segundo mentor: o facto de pintar no mesmo género que ele. Nunca saberemos..., mas Pereira Cão tinha uma carreira muito reconhecida e consolidada.

A área de intervenção artística de Flamengo abrangeu Setúbal, local onde o seu trabalho mais se evidenciou, mas também o sul do país, tendo-lhe sido encomendadas pinturas para tetos e paredes de igrejas e teatros em diversas localidades⁶. Arrisico deduzir que ao seu sucesso não terá sido estranha a sua personalidade, porventura comunicativa e interveniente, além de criativa. A impressão transmitida pelo texto de Almeida Carvalho permite vislumbrar um artista apaixonado pela sua arte.

³ Pintor local de naturezas-mortas e retratos, trabalhou na pintura decorativa de tetos e paredes de edifícios públicos, inclusive em Lisboa (em parceria com outros artistas), na decoração de casas particulares e em algumas igrejas no sul do país. Destaca-se, em Setúbal, a participação na pintura decorativa do Teatro Dona Amélia (posteriormente Teatro Luísa Todi), construído em 1897 e demolido em 1956.

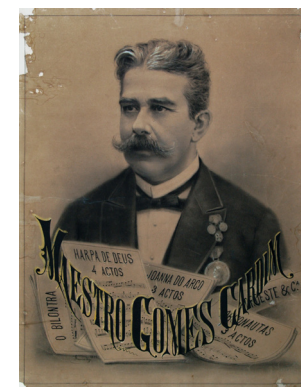
⁴ *Arquivo Pessoal de Almeida Carvalho*, Ibidem.

⁵ Pintor de referência nacional, tendo trabalhado intensamente por todo o país, destacou-se na pintura decorativa, mas também trabalhou na cenografia, na pintura de cavalete e na pintura de azulejos. Estudou na Academia Real de Belas Artes e no Instituto Industrial em Lisboa; colaborou nos restauros e nas decorações do Palácio da Ajuda, assim como no Teatro de S. Carlos (sob a direção dos italianos Giuseppe Cinatti e Achille Rambois, com quem aprendeu e trabalhou durante anos); decorou a cúpula dos Paços do Concelho de Lisboa e o respetivo Salão Nobre. No seu currículo incluem-se muitos outros edifícios, nomeadamente palacetes. Já na década de oitenta do século XIX começou a dedicar-se à pintura de azulejos (iniciando-se como discípulo de Ferreira das Tabuletas) tendo chegado a ser diretor da Fábrica Viúva Lamego. Em 1889 pintou o Pavilhão de Portugal na Exposição Universal de Paris, ganhando a medalha de ouro. Em Setúbal pintou a decoração de O Grande Salão de Recreio do Povo (em 1907), e, nas proximidades da região, colaborou com Cinatti e Rambois no palácio do Calhariz (Concelho de Sesimbra) dos Duques de Palmela. Dados conforme Miguel Montez Leal, *Pereira Cão (1841–1921), Percurso e Obra de um Pintor Setubalense* in “Património Arquitectónico Civil de Setúbal e Azeitão”, LASA, 2019.

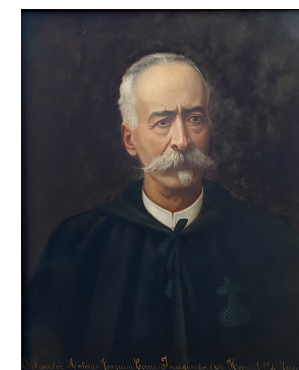
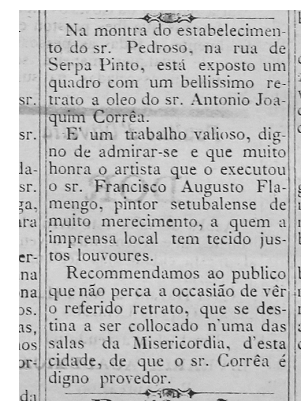
Retrato

Enquanto retratista, além de individualidades do seu tempo como o caso do Maestro e compositor João Pedro Gomes Cardim, destacam-se os retratos de Provedores, Benfeitores e Benfeitoras da Santa Casa da Misericórdia. Numa nota de jornal encontramos referência a um desses retratos de provedores da Misericórdia de Setúbal, atualmente em depósito no acervo do Museu de Setúbal/Convento de Jesus.

Estes retratados representavam a Burguesia detentora de propriedades, de indústrias e do comércio local, além de médicos e advogados locais. Eram personalidades social e economicamente proeminentes que se envolviam numa rede de conhecimentos, influências e interesses locais, onde se incluía ser irmão e/ou benfeitor da Santa Casa da Misericórdia e dos seus espaços de assistência social, como o Hospital e o Asilo. Eram, também, em muitos casos, protagonistas da cena política pelo que as suas benfeitorias e doações contribuíam para consolidar o seu prestígio político, além do social. Entre os muitos que Francisco Augusto Flamengo pintou, identificam-se representantes ou simpatizantes dos partidos Regenerador, Progressista e Republicano, incluindo alguns eleitos como vereadores da Câmara Municipal de Setúbal e/ou Deputados por Setúbal à Câmara do Reino.



Maestro Gomes Cardim, Técnica mista sobre papel, 1891, Biblioteca Municipal de Setúbal. Museu de Setúbal/Convento de Jesus, MS/CJ 1712/Grav.188



< O Elmano, 13/08/1893

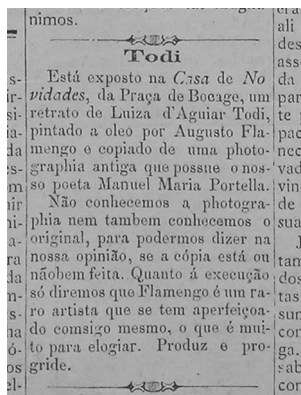
António Joaquim Correia, Óleo sobre tela, sem data [1893?], Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, MS/CJ 101/PP.1

⁶ Existem referências a Alcácer do Sal (Pintura no Teto da Igreja da Misericórdia – A Ficha do SIPA, IPA.00002111 [nº antigo: PT041501010013], indica a data de 1895), Montemor-o-Novo (a igreja da Santa Casa da Misericórdia apresenta pintura mural figurativa do século XIX, mas o restauro de péssima qualidade, que foi efetuado cerca do final da década de 90 do século XX, não permite apreciar a pintura original. Além disso não há certeza da autoria), Beja (Pintura da Igreja da Conceição assinada e datada de 1895), entre outras.



Retrato de Bocage por de F.A. Flamengo, Óleo sobre Folha-de-flandres, 1899.
Museu de Setúbal/Convento de Jesus, MS/CJ 5444/PP.509

>
O Districto, 21/04/1895



Flamengo ter-se-á inspirado numa cópia dessa pintura de 1805. Cópia, essa, oferecida à Câmara Municipal de Setúbal⁹ e que viria, posteriormente (em 1910), a arder no incêndio dos Paços do Concelho. O original, embora de propriedade privada, é relativamente conhecido e encontra-se reproduzido nalgumas publicações, permitindo a comparação com a versão pintada por Flamengo.

Outro exemplo é o retrato, referido num periódico da época, da cantora lírica Luísa Todi¹⁰ (outra figura célebre natural de Setúbal e de época anterior à do artista).

⁷ Manuel Maria Barbosa l'Hedois du Bocage (Setúbal, 15 de setembro de 1765 – Lisboa, 21 de dezembro de 1805), importante poeta nacional, reconhecido como o principal representante do Arcadismo e como precursor do Romantismo em Portugal: “Bocage viveu entre duas águas, antes e depois da Revolução Francesa, no consulado do Marquês de Pombal e no reinado de D. Maria I. Eis uma época em que sopraram fragorosamente ventos contraditórios. Na sua produção literária coexistem classicismo (nos temas, nas traduções, nos paradigmas) e pré-romantismo (na afirmação enérgica do «eu», na expressão torrencial das emoções, por exemplo).” Daniel Pires in Tânia Pinto Ribeiro, *Daniel Pires em entrevista*, 12/12/2019.

⁸ Este retrato de Bocage foi, na época, levado para o Brasil pelo próprio pintor, mas acabaria por voltar para Portugal na posse de um novo proprietário.

⁹ O pintor Henrique José da Silva (elogiado em versos pelo próprio Bocage) levou consigo para o Brasil o retrato que pintara do poeta. Mais tarde, brasileiros e portugueses residentes no Brasil, representados por José Feliciano de Castilho (jornalista, escritor e advogado português residente no Brasil, desde 1846, e um dos obreiros do projeto de construção da estátua de Bocage em Setúbal), ofereceram uma cópia desse retrato à Câmara Municipal de Setúbal, no âmbito das cerimónias da inauguração (1871) do monumento ao poeta.

¹⁰ Luísa Rosa de Aguiar Todi (Setúbal, 9 de janeiro de 1753 – Lisboa, 1 de outubro de 1833), uma das maiores cantoras líricas da sua época, atuou um pouco por toda a Europa (Espanha, Inglaterra, França, Itália, Áustria, Alemanha, Rússia), tendo cantado inclusive para monarcas como, entre outros, a Czarina Catarina.

Entre personalidades não coevas, destaca-se o retrato do poeta Manuel Maria Barbosa du Bocage⁷. São evidentes as semelhanças deste com o Retrato de Bocage “pintado do natural” (ou seja, à vista do modelo vivo) por Henrique José da Silva em 1805⁸.

Esse mesmo pintor desenharia o retrato gravado por Bartolozzi no ano seguinte (1806), que viria a influenciar a iconografia posterior do poeta, inspirando outras gravuras e pinturas.

Figuras populares e paisagens

A sua pintura de cavalete incluiu, igualmente, temas paisagísticos e de costumes.

Na lista das obras, apresentadas na exposição comemorativa do 1º Centenário da Morte de Bocage, em 1905, podemos confirmar a diversidade temática das suas pinturas de cavalete, do retrato à paisagem, à natureza-morta e às cenas de costumes, sendo possível que os números 21 e 24 digam respeito ao retrato de Bocage atrás referido e a uma pequena pintura, representando a caça aos patos, atualmente do acervo do Museu de Setúbal/Convento de Jesus.



<
O Espirro,
Óleo s/ madeira, XIX(final)/XX(início),
Museu de Setúbal/Convento de Jesus,
MS/CJ 3930/PP.476

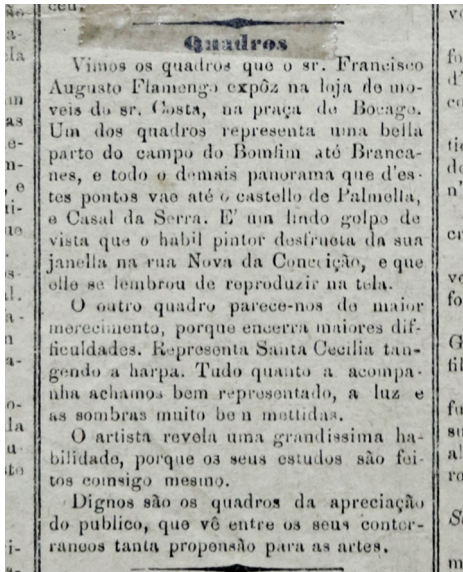


Caixa de Rapé,
Óleo sobre madeira, 1887,
Museu de Setúbal/Convento de Jesus,
MS/CJ 1869/PP.180



<
Lavadeiras travessando o Bonfim,
Óleo s/ madeira, XIX (final)/XX (início), Museu de Setúbal/Convento de Jesus, MS/CJ 1686/PP.139

Quinta/Laranjas de Setúbal
Óleo s/ madeira, XIX (final)/XX (início),
Museu de Setúbal/Convento de Jesus, MS/CJ 3929/PP.475



Gazeta Setubalense, 30/12/1883

> *Catalogo dos Objectos expostos nas salas da Associação Por Ocasião das festas comemorativas do 1º Centenário da Morte do Insigne Poeta setubalense Manuel Maria barboza du Bocage*, Associação Setubalense de Socorros Mutuos das Classes Laboriosas, Typ. Mascarenhas, Setúbal, 1905. Centro de Documentação da Casa Bocage



Caça aos Patos
Óleo s/ madeira, XIX (final)/XX (início),
Museu de Setúbal/Convento de Jesus, MS/CJ 3931/PP477

— 4 —	
16 —	Quatro almofadas de setim, aves e flores...
17 —	Aves, natureza morta; pertence ao ex. ^{mo} sr. Antonio Francisco Teixeira.....
18 —	Caça, natureza morta idem
19 —	» » »
20 —	» » »
Flamengo (Francisco Augusto)	
21 —	Caçador de patos
22 —	Retrato de J. A. B. Soares de Faria Barboza, Morgado de Setubal (copia de gr. ^{da})
23 —	Visita a um convento (copia de um quadro hespanhol)
24 —	Retrato de Manuel Maria Barboza du Bocage (copia de gravura)
25 —	Preparando o jantar
26 —	Panorama de Setubal
27 —	Flores escolhidas
28 —	Vista geral da villa de Palmella, pertence ao ex. ^{mo} sr. José Joaquim de Freitas
29 —	Velhas idem
30 —	Velhos »
31 —	Cabeça de estudo, pertence ao ex. ^{mo} sr. Venancio Olympio Ferreira Torres
32 —	Retrato de D. Maria da Graça Barboza, pertence á ex. ^{ma} sr. ^a D. Maria da Graça Barboza
33 —	Retrato de Eduardo Fernando Barboza, idem
34 —	Marinha
35 —	Peixes natureza morta
36 —	» » »
37 —	» » »
38 —	» » »

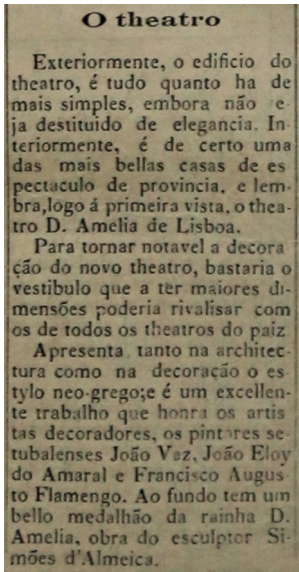


Pintura decorativa em salas de teatro

Entre outras encomendas, Flamengo executou a pintura decorativa do palco, sala e pano de boca do antigo Teatro Bocage (teatro que já não existe), quando este foi alvo de obras de melhoramento, em 1884, que procederam a sua reabertura no ano seguinte. O pano de boca representava a Rua da Praia (atualmente Avenida Luísa Todi)¹¹.

É-lhe igualmente atribuída a decoração de outros pequenos teatros como o Teatro Santos e Silva, no Bairro do Troino e inaugurado em 1873, mas essas referências carecem de confirmação documental.

Colaborou com João Vaz¹² e João Elói do Amaral nas pinturas decorativas do interior do (então) novo grande teatro de Setúbal, O Teatro Dona Amélia (posteriormente Teatro Luísa Todi), construído em 1897 com projeto de arquitetura de Nicola Bigaglia e, infelizmente, demolido em 1956.



O Elmano, 31/07/1897

¹¹ Carlos Mouro, artigos no jornal *O Setubalense*, 25/07/2001 e 29/08/2001.

¹² João Vaz (1859–1931), natural de Setúbal, estudou na Academia de Belas Artes de Lisboa e viajou por França, Espanha e Itália com intenções de aprendizagem artística. Integrou o “Grupo do Leão”, constituído por artistas que se reuniam na Cervejaria Leão de Ouro em Lisboa, na década de 80 do século XIX, e que contribuíram para a introdução, divulgação e consolidação do Naturalismo em Portugal. Foi professor de desenho, chegando a acumular o ensino com o cargo de diretor da Escola Afonso Domingues em Xabregas (Lisboa). Na sua pintura de cavalete destacam-se as marinhas. Dedicou-se, ainda, à pintura decorativa em teatros e outros edifícios, como a Faculdade de Medicina de Lisboa, o Museu Militar, o Palace Hotel do Buçaco, os palácios de São Bento e de Belém. Entre os teatros, que decorou, destaca-se o Teatro Dona Amélia em Setúbal, posteriormente demolido. Salvaram-se o pano de boca e alguns fragmentos de frescos, da sua autoria, atualmente incorporados no acervo Museu de Setúbal/Convento de Jesus.

O Elmano, 31/07/1897

pretensão, Newton.
 gurarem a A decoração da sala, traba
 no, os calho de João Eloy do Amar l e
 iciaram á Francisco Augusto Flamengo.
 Setuba executado sob a direcção de
 ser ella João Vaz, é bas ante alegre,
 o a edifi apresentando uma harmonia de
 continuas tons e de côres que seduzem a
 tada. Tal vista e nos deixam agradavel-
 como já mente impressionados.



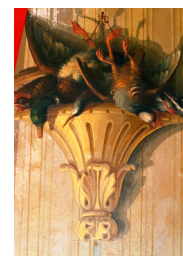
Pormenor do Interior do antigo Teatro Dona Amélia, Foto de Américo Ribeiro, Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro

Um artigo bastante desenvolvido no jornal *O Elmano* de 31/07/1897, acerca da “nova sala de espetáculos” permite-nos saber que Francisco Augusto Flamengo terá colaborado, no mínimo, nas pinturas decorativas do vestíbulo e da sala de espetáculos propriamente dita, mas tendo sido um trabalho de parceria com outros artistas não nos é possível identificar em pormenor que motivos terão sido efetivamente pintados por si.

Pintura decorativa em interiores de casas particulares

A sua pintura decorativa também singrou nos interiores de casas particulares, pintando salas e salões. É o caso de uma sala no 1º andar do edifício com o nº 111 na Praça de Bocage.

Num desses painéis figurativos observa-se uma versão mais desenvolvida do “Caçador de Patos”, atrás referido, colocando-se a hipótese da pequena pintura sobre madeira ter servido de estudo para esta pintura mural.



Praça de Bocage, nº 111, Sala do 1º andar, Pinturas a óleo sobre estuque, assinadas e datadas de 1882, de vertente ainda romântica. Fotografias tiradas na década de 90 (séc. XX)





N.ª Sr.ª da Conceição, Teto Igreja da Conceição de Beja, Assinada e datada (1895), Foto de Carlos Rocha, cedida pelo Museu Regional de Beja

Pintura decorativa em igrejas

Muitas das encomendas que recebeu para espaços de maiores dimensões provinham de fora de Setúbal, como no caso do teto da Igreja da Conceição em Beja (já atrás mencionada¹³).

Em Setúbal temos o exemplo da pintura do fundo do altar da Capela de N.ª Sr.ª do Rosário, na Igreja paroquial de São Sebastião, obra assinada e datada e recentemente restaurada (2018).

Outras obras em Setúbal referidas como tendo pintura decorativa de sua autoria, mas ainda sem confirmação documental, incluem a Capela de São Francisco Xavier (no antigo edifício do Palácio Fryxell, por sua vez implantado no antigo Colégio dos Jesuítas) e a Antiga Igreja da Anunciada (reconstruída após ter sido adquirida em hasta pública, em 1878, pelos padres da Companhia de Jesus, mas que viria a ser, em 1910, vítima de nova ruína no seguimento de pilhagens e de um incêndio).



Pintura decorativa, Fundo da Capela de N.ª Sr.ª do Rosário, Igreja São Sebastião, Setúbal. Assinada e datada (1887), Foto cedida pelo Padre Casimiro Henriques



¹³ Vide nota de rodapé número 6.

¹⁴ João Francisco Envia, *Setubalenses de Mérito*, 2003.

¹⁵ Convento de Nossa Senhora da Conceição dos Frades Franciscanos Capuchos de Alferrara. Fundado no século XVI, por monges do Convento de Santa Maria da Arrábida, localiza-se na serra dos Gaiteiros que integra o Parque Natural da Serra da Arrábida.

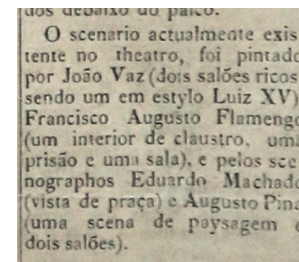
Cenografias

No mesmo artigo do *O Elmano* dedicado ao teatro Dona Amélia, somos informados que alguns dos cenários originais foram da sua mão, especificamente um interior de claustro, uma prisão e uma sala.

De facto, a cenografia terá sido um dos géneros de pintura que mais praticou, com certeza em diversas salas de espetáculo.

João Francisco Envia¹⁴ (em *Setubalenses de Mérito*, 2003) indica algumas das peças da autoria de Manuel Envia (seu tio) com cenários pintados por Flamengo, entre 1908 e 1912: *Cenas e Quadras, Pião de 2 Bicos, No Reino do Pagode, Pipas e Chulipas, Por Becos e Travessas*. Entre outros cenários, terá pintado o interior do Mercado, a Praça de Bocage, a Praia das Fontainhas, o Convento dos Capuchos¹⁵, a Avenida Luísa Todí.

Além dos cenários para palco, usou essa sua aptidão noutras atividades recreativas. Encontrámos, como exemplo, registo de um concurso de decoração e iluminação de barcos de regata, no âmbito das Festas Bocageanas de 15 a 17 de setembro de 1911, organizadas pelo espírito republicano da época. O barco que decorou, com uma representação da estátua de Bocage, ganharia o 1.º prémio.



O Elmano, 31/07/1897

realizou-se no domingo, 17, a anunciada serenata. São sempre bellos esses divertimentos no Sado e elles constituem o melhor attractivo de qualquer festa em Setubal. Como era de esperar, embora a noite estivesse um pouco humida, a serenata promovida pelo nucleo do grupo Pró-Patria foi um dos mais apreciados numero do programma das festas Bocageanas, podendo dizer-se affoitamente que ellas fecharam com chave de ouro. Alem de muitos barcos illuminados vistosamente, exhibiram-se dois que mereceram os geraes applausos. Referimos aos que representavam a estatua de Bocage e um automovel. O primeiro era d'uma illustração completa e foi executado pelo nosso amigo e conterraneo o sr. Francisco Augusto dia Flamengo, artista de reconhecido merito; o segundo foi de executado pelos srs. Henrique Costa e Eduardo A. Neves, e o habeis artistas carpinteiros muito apreciados no nosso meio. Bastava a exhibição d'esses dois barcos, assim preparados, para tornar notavel a serenata. A verdade é que em nenhuma outra antecedente se apresentaram barcos de tão arrafino gosto e de tão aprimorada execução. O fogo aquatico foi de ar também foi de primeira ordem, produzindo bello e surpreendente effeito.

Reuniu na terça feira ultima, na camara municipal o jury encarregado de conferir os premios aos barcos que melhor e mais artisticamente se apresentassem ornamentados na regata e bem assim á janella que melhor ornamentação ostentasse durante os tres dias dos festejos. O jury conferiu o 1.º premio de 50\$000 réis ao barco que apresentou a estatua de Bocage e o 2.º de 25\$000 réis ao que apresentou um automovel.

O Elmano, 22/09/1911



Frente e reverso do estandarte, da então de Sociedade Philarmônica União Setubalense (atual Sociedade Musical e Recreativa União Setubalense)

Grafismos

A sua participação na dinâmica social e recreativa de Setúbal incluiu, ainda, desenhar e projetar alguns estandartes para coletividades musicais e recreativas. Conhecem-se notícias jornalísticas referentes ao estandarte da Sociedade Musical e Recreativa União Setubalense, entregue a 22 de novembro de 1899, e ao estandarte da Sociedade Musical Capricho Setubalense, inaugurado no dia 16 de outubro de 1904, bordado por Paulina Azeda a ouro e em alto relevo a partir de desenhos de Francisco Augusto Flamengo e João Carlos da Silva (motivo da lira).



Sociedade Musical Capricho Setubalense (tocando à frente do Governo Civil e da Câmara Municipal no edifício do antigo Liceu), 1926-1930[?]
Fotografia de Américo Ribeiro
Reprodução digital a partir de negativo
Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro, AR16367

Em 1929, aquando do trigésimo aniversário da Sociedade Musical União Setubalense, o *Setubalense*, de 10 de maio desse ano, dedica um artigo a essa efeméride com a descrição das festas comemorativas, que incluíram uma especial homenagem à bordadeira Ana Gomes Bateiras e ao artista Francisco A. Flamengo, responsáveis pelo estandarte (atrás referido) de 1899.

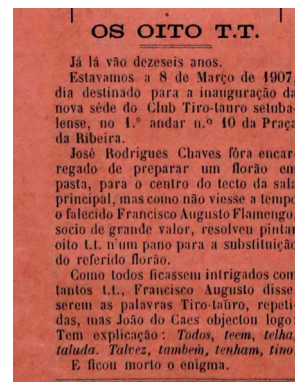
A notícia, acompanhada pelas fotografias dos dois (curiosamente, exatamente a mesma fotografia de Francisco Augusto Flamengo com que iniciamos este texto) informa, também, que o trabalho de bordar, a matiz e com pedras finas, o emblema da Sociedade e as armas da Cidade (frente e reverso) demorou de 29 de junho a 22 de novembro de 1899, dia em que foi entregue.

Outra notícia dá-nos a conhecer que Flamengo foi sócio do Clube O Tiro-Tauro, tendo mesmo contribuído para a decoração do seu interior. Este clube foi fundado em 1903, com o intuito de organizar atividades recreativas e culturais para os seus membros, um grupo de foliões bom-vivants da burguesia local.

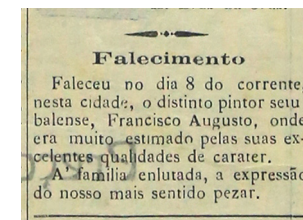
Flamengo faleceria aos 63 anos, em 1915, tendo sido organizada uma exposição póstuma nesse mesmo ano.

Francisco Augusto Flamengo foi, efetivamente, “o pintor de Setúbal”, na sua época, pela influência que teve e pelo contributo que deu para a dinâmica artística local, tornando-se no retratista e pintor de interiores de eleição da burguesia setubalense e no “ilustrador” das paisagens e das figuras populares, além de contribuir, de modo fundamental, como cenógrafo, na energia criativa do meio teatral e associativo local. Embora não possamos considerá-lo um artista de valor extraordinário, não há dúvida que fez a diferença na realidade setubalense de então.

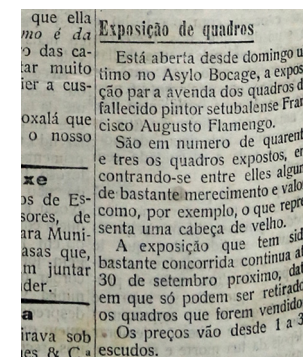
A sua pintura poderá inserir-se, por um lado, no âmbito de um romantismo tardio português em que se destacavam os temas paisagísticos e de costumes, embora pintados de forma menos emotiva, menos “dramática” do que noutros países (de tal modo que vários historiadores de arte identificam a pintura romântica portuguesa mais com um pré-naturalismo), mas, por outro, já num naturalismo perfeitamente identificável especialmente nos retratos da burguesia local.



O Tiro-Tauro, 19/5/1923



Notícia do Falecimento de Francisco Augusto Flamengo a 8 de fevereiro de 1915
A voz da Mocidade, 15/2/1915



Exposição póstuma no Asilo Bocage
O Elmano, 11/8/1915

Bibliografia

Fontes

Arquivo Pessoal de Almeida Carvalho, Arquivo Distrital de Setúbal, PT-ADS-TB-PSS-APAC-L-0321_m0003 – m0005, cota 51/63.

Assento de Baptismos, nº18, Paróquia de Santa Maria da Graça, Arquivo Distrital de Setúbal.

Autos Cíveis de execução hipotecária, Comarca de Setúbal, Arquivo Distrital de Setúbal, cota 681, cota 684 e cota 1481.

Periódicos

A Folha de Setúbal, 1900

A Voz da Mocidade, 1915

Gazeta Setubalense, 1883, 1885, 1887

O Distrito, 1894, 1895

O Elmano, 1893, 1897, 1911, 1914, 1915

O Setubalense, 1929, 2001

O Tiro-Tauro, 1923

Obras de consulta

COSTA, Albérico Afonso – *História e cronologia de Setúbal: 1248/1926*. Estuário, Setúbal: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico, 2011.

ARAÚJO, Luísa (coordenação) – *100 Anos Sociedade Musical e Recreativa União Setubalense*, Camarate: 2004.

BASTOS, Sousa – *Dicionário do teatro português*, Coimbra: Edições Minerva, 1994.

BASTOS, Sousa – *Carteira do Artista. Apontamentos para a Historia do Theatro Portuguez e Brasileiro, acompanhados de noticias sobre os principaes artistas, escriptores dramaticos e compositores estrangeiros*, Lisboa: 1898.

Catalogo dos Objectos expostos nas salas da Associação Por Occasião das festas comemorativas do 1º. Centenário da Morte do Insigne Poeta setubalense Manuel Maria barbosa du Bocage, Associação Setubalense de Socorros Mutuos das Classes Laboriosas, Setúbal: TyP. Mascarenhas, 1905.

ENVIA, João Francisco – *Setubalenses de Mérito*, 1º volume, Setúbal: Edição de autor, 2003.

MOURO, Carlos e PENA, Horácio – *Setúbal no Ocaso de Oitocentos* in “Setúbal 1909. A Cidade e o Congresso do Partido Republicano Português”, Catálogo de Exposição do Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal, 2009.

PAMPLONA, Fernando de – *Dicionário de Pintores e Escultores Portugueses*, 4ª edição atualizada, Porto: Livraria Civilização, 2000.

PAXECO, Manuel Fran – *Setúbal e as suas celebrações*, Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, 1930.

QUINTAS, Maria da Conceição – *Setúbal, Economia, Sociedade e Cultura Operária 1880–1930*, Lisboa: Livros Horizonte, 1998.

Sociedade Musical Capricho Setubalense, Brochura do 135º aniversário, novembro de 2002.

LOURENÇO DE MORAIS

SEBASTIÃO DA GAMA: “O ESCRITOR E A CIDADE”

Estimados amigos,

É com um pedido de desculpas que inicio a minha intervenção: desculpem este orador por os maçar com tamanho tema, que não pode, por sua incapacidade e pelo tempo curto de que dispomos, ser considerado mais do que meramente introdutório.

Mas é também com um desejo de esperança que vos falo. Porque espero fazer desta presença de Sebastião da Gama nestas Jornadas uma presença frequente no futuro, porque Sebastião da Gama é uma personalidade única que tem muito a dar a esta terra que tanto amou e cujo contributo para Setúbal e para o mundo está longe de estar completo, assim como o seu passado, está longe de ser bem conhecido.

Uma segunda declaração de princípio é devida: chamo-me Lourenço Morais e venho até aqui para vos falar de alguém de quem gosto muito; alguém cujo encontro – não em carne e osso, porque impossível cronologicamente – mudou para sempre a minha vida. Perdoem-me, por isso, qualquer parcialidade no meu discurso. Não vos quero trazer academismos, que jamais identificaram a personalidade daquele que é objecto do meu discurso (antes pelo contrário, era ele mesmo quem dizia «Não nasci para falar a doutores.»¹), do mesmo modo que não identificam a minha pessoa. Quero apenas tentar centrar o nosso olhar naquilo que verdadeiramente interessa à vida daqueles comuns mortais que, como eu, não foram abençoados com a inteligência académica – sem desprimor para os académicos, por quem tenho uma enorme estima, gratidão e, claro, ninguém poderá duvidar, uma enorme dívida vital.

Não tenho, como referi, qualquer ambição académica. Até porque o sub-título desta intervenção, “O escritor e a cidade”² o

¹ A frase completa é “Está provado que não nasci para falar a doutores.” e consta da entrada datada de 26 de Janeiro do *Diário* do Poeta. Cfr. Gama, Sebastião da, *Diário*, Obras Completas de Sebastião da Gama, Volume I, Editorial Presença, Barcarena, 2011, pág. 97

² O título da obra do grande literato da Guarda é “O Escritor na Cidade”. Cfr. Chorão, João Bigotte, *O Escritor na Cidade*, Editorial Verbo, Lisboa, 1986.

roubei descaradamente a João Bigotte Chorão, esse sim, um verdadeiro patrono das letras e um amigo cuja saudade chora sempre.

Então o que me traz aqui?

Fazer-vos uma questão: o que é que isto tem que ver com as estrelas?³

Este é o único desejo que trago, queridos ouvintes: que pelo menos um de Vós, um dos pobres que se sacrificam a ouvir-me esta tarde, ao chegar ao seu travesseiro hoje à noite, consiga responder a esta pergunta: *O que tem isto que ver com as estrelas?* ou seja, o que importa isto para a minha vida?

Se o conseguir, darei o dia por ganho.

1. O legado dos escritores

Começemos pelo início. E para isso, permitam-me, lançar duas questões:

1. o que legam os escritores às cidades?
2. o que nos interessa do seu labor?

Em primeiro lugar, os escritores deixam papéis. E isso, nem sempre é bom. Não sei qual é a V. experiência com papéis em casa, mas a minha é bastante negativa. A minha mulher detesta papéis e obriga-me continuamente a arrumá-los. Parece brincadeira, mas não é. Porque os papéis são importantes. São importantes porque eles são património⁴. No caso património material.

No entanto, e mais importante que isso, mesmo que esse património seja destruído, há algo que fica, algo que subjaz a esses mesmos escritos, que as letras guardam e que as letras escondem. E chegamos então ao segundo lugar: os escritores legam-nos a nossa identidade.

Ou seja, respondendo à primeira pergunta deste tópico, *que nos legam os escritores?*, a resposta é esta: legam-nos património identitário. O labor do escritor é construir a nossa identidade, ou seja, ajudar-nos a reunir aquelas características que nos permitem distinguir-nos uns dos outros; ou seja, que nos permitem dizer “eu sou”.

Sem cultura – nomeadamente, sem cultura escrita – não teríamos a identidade que temos. E é assim com todos os escritores. E com isto queremos ter respondido à nossa segunda questão: *o que nos interessa do seu labor?*

A resposta só pode ser uma: é que além das horas de deleite que a leitura nos dá, os escritores contribuem inegavelmente para a construção da nossa cultura.

³ Giussani, Luigi, *Acontecimento de Liberdade – Conversas com Universitários*, Diel, Lisboa, 2004, pág. 127

⁴ Nota crítica: de pouco interessa discutir qualquer tema acerca da história, local ou não, sem reflectirmos acerca da origem histórica do conceito de património: o *patrimonium* dos latinos estava, na era romana, na esfera privada. Ele reporta-se ao conjunto de bens recebidos do pai, ou seja, estava intrinsecamente ligado à ideia de herança. Depois de uma longa evolução, ele perde o carácter privado e assume um carácter global: somos os herdeiros dos pais da cultura.

II. De Sebastião da Gama para Setúbal

Em Setúbal, talvez julgassem mais apropriado falar-se de Bocage. Mas é por se falar menos do meu poeta – perdoem-me mais esta forma familiar de falar, mas há já longa data que convivo diariamente com o poeta, de modo que o considero um pouco meu e da minha família – que vos quero falar dele.

E, confrontado com os limites temporais que a mesa me impõe, decidi impor a mim próprio que a minha intervenção se deveria basear na partilha de apenas três apontamentos pessoais, colhidos da minha experiência quotidiana, que quero recordar como aspectos fundamentais de Sebastião da Gama.

a. O poeta ensina a olhar a paisagem

A primeira coisa que o meu Poeta nos ensina é a olhar⁵, nomeadamente, a olhar a nossa terra e a sua paisagem.

Há alguns dias, a escritora, poetisa e jornalista Filipa Leal, citou Sebastião da Gama numa entrevista⁶, dizendo que lhe parecia muito corajoso alguém intitular-se Poeta.

A estranheza é natural: compreendendo o mundo em que vivemos – a circunstância do desprezo pelas letras e pela própria poesia, tantas vezes tomada como capricho ou inutilidade.

Mas para Sebastião da Gama, ser Poeta é, verdadeiramente, ser mais alto. O Poeta é alguém que recebe uma graça divina – não de fazer versos – mas de saber olhar, e recebe um instrumento – o verso – para ensinar a olhar. Por isso ele escreve no seu *Diário* “É preciso saber olhar...”, escreve que é preciso aprender a olhar “o mundo através da janela da poesia”⁷.

E ao colocar-se no lugar de guia do olhar dos mortais, Sebastião da Gama ensinou-nos também a olhar Setúbal, principalmente através de um texto que hoje está um pouco esquecido, cujo manuscrito foi legado pela própria viúva do Poeta, Joana Luísa da Gama, à Câmara Municipal de Setúbal: *A Região dos Três Castelos*⁸, cuja reedição – permitam-me anunciar – me encontro a preparar.

⁵ «É preciso saber olhar...», escreve assim a 9 de Março. Cfr. Gama, Sebastião da *Diário*, Obras Completas de Sebastião da Gama, Volume I, Editorial Presença, Barcarena, 2011, pág. 122

⁶ Cfr. <https://mapoeiras.com/2023/08/07/filipa-leal/>

⁷ Cfr. Gama, Sebastião da, *Diário*, Obras Completas de Sebastião da Gama, Volume I, Editorial Presença, Barcarena, 2011, págs. 122–123

⁸ Texto escrito na Arrábida, entre 28 e 31 de Maio de 1949. A edição integral do texto disponível no livro Gama, Sebastião da, *O Segredo é Amar*, 5.ª Edição, Obras de Sebastião da Gama, Vol. 7, Edições Arrábida – Sebenta Editora, Mem Martins, 2007, págs. 103–113

Nesse texto é patente algo que tantas vezes esquecemos: o amor à terra, a permanente consciência da Graça de pertencer a esta terra. Ora atentem nesta abertura:

“Não é aqui nem ali, nomeadamente, é onde quer que começa a ser visto, que Portugal começa a ser maravilhoso; [...] os que vierem connosco verão que Portugal começa na Península de Setúbal a ser a maravilha de que falam os livros”⁹

O texto é uma ode à nossa região. E quem não visitou à Arrábida, pode bastar-se com as descrições da Mata do Solitário, da sua flora, da Anicha, da Lapa de Santa Margarida, de Alportuche, etc., para que sinta de imediato que já a conhece. Mas não me alongo, porque o tempo é curto e eu prefiro que cada um leia o texto original.

Sebastião da Gama apresenta-se assim como um dos grandes exaltadores desta terra. Esqueçam a poesia, porque também na prosa de Sebastião da Gama também está o louvor da região de Setúbal.

Mas querem ir aos versos? Por onde começar? E onde acabar? Em toda a obra está Setúbal; em toda a obra está a Serra que caracteriza e identifica esta região.

Atente-se o excerto do “Meu País desgraçado”¹⁰:

*«há Sol a cada canto
e não há Mar tão lindo noutro lado.
Nem há Céu mais alegre do que o nosso,»*
Há, onde?

É claro que é da Arrábida que ele fala – é de Setúbal!

Então, em jeito de conclusão deste parágrafo, pergunto-lhes: **se a grandeza Literária deste Homem não valoriza Setúbal, quem o fará?**

b. O Poeta ensina a olhar os hábitos

Mas não foi só por pintar a paisagem nas letras que Sebastião da Gama é aqui chamado. Não.

Sebastião da Gama procurou captar o que era próprio desta terra: por exemplo, a forma de comunicar dos pescadores – com quem gostava de se misturar, vestindo-se como eles, comendo com e como eles, falando como eles¹¹, ou seja, de forma mais corriqueira e directa, Sebastião da Gama procurar “calçar os seus

⁹ Idem, p. 104

¹⁰ Excerto do Poema «Meu país desgraçado» in Gama, Sebastião da, *Cabo da Boa Esperança*, 5.ª Edição, Obras de Sebastião da Gama, Vol. 2, Edições Arrábida – Sebenta Editora, Mem Martins, 2007, pág. 54

¹¹ Depoimento de Joana Luísa da Gama no programa «Impacto» dedicado a Sebastião da Gama, datado de 1975-01-09, disponível no site dos Arquivos da RTP e consultável em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/sebastiao-da-gama/>

sapatos”. E vemos afloramentos disso, deste colher a forma de falar dos pescadores num conto seu pouco conhecido, chamado “Peixe-Rei”¹², onde relata a história de um jovem pescador saveiro que termina a sua vida fundindo-se com a água do mar.

«quanto o saveiro descia até à “bila”»;

ou

«o nome suave de Fernando só lhe lembrava quando “a “quinzena” o levava aos braços amigos e saudosos da mãe»;

ou ainda

«pelas conversas na longura das noites, à roda das pândegas que tinham feito na última “quinzena”»¹³.

Sim: aqui encontramos também retractada, pela pena do meu poeta, esta terra e a sua época.

Também n’ “O Lugar de Bocage na nossa Poesia de Amor”¹⁴, não nos é possível ignorar a caracterização do homem setubalense:

«Haverá setubalenses que não conheçam senão o Bocage deturpado, o Bocage das anedotas. Mas aí de quem toque no seu Bocage! O Bocage é Sagrado! O Bocage é deles, é quase criatura deles.»¹⁵

E que dizer da Arrábida? Mas descansem. Não vos vou cantar nenhuma das suas canções sobre a Serra que o eternizou como “O Poeta da Arrábida”. Não são por demais conhecidas, mas merecem uma – minto! merecem muitas! – leituras.

Em suma: o que quero dizer-vos é que isto é ser guardião da cultura sadina.

Por isso, repito: **se a grandeza Literária deste Homem não valoriza Setúbal, quem o fará?**

III. De Setúbal para Sebastião da Gama

a. O Homem que Setúbal fez Activista

Por outro lado, buscando agora a valorização de Setúbal enquanto lugar de origem de Sebastião (no fundo, cidade na qual foi criado e da qual foi embaixador), recordemos como este jovem de incandescente coração, apenas desejava ser um Homem entre os outros.

¹² Texto integral disponível em Gama, Sebastião da, *O Segredo é Amar*, 5.ª Edição, Obras de Sebastião da Gama, Vol. 7, Edições Arrábida – Sebenta Editora, Mem Martins, 2007, págs. 20–22

¹³ Excertos de «Peixe-Rei» in Gama, Sebastião da, *O Segredo é Amar*, 5.ª Edição, Obras de Sebastião da Gama, Vol. 7, Edições Arrábida – Sebenta Editora, Mem Martins, 2007, págs. 20–21

¹⁴ Texto integral disponível em Gama, Sebastião da, *O Segredo é Amar*, Obras de Sebastião da Gama, Vol. 7, Edições Arrábida – Sebenta Editora, Mem Martins, 2007, págs. 76–97

¹⁵ Cfr. Gama, Sebastião da, *O Segredo é Amar*, Obras de Sebastião da Gama, Vol. 7, Edições Arrábida – Sebenta Editora, Mem Martins, 2007, págs. 76–77

Sebastião da Gama falava com os outros homens considerando-os “seus irmãos”¹⁶. E por isso, por toda a vida, ele quis viver *inter pares*, sem nunca abdicar do seu activismo – aí o veremos a defender a Arrábida e a Mata do Solitário, nunca desistindo dessa causa e sendo oficialmente, pois assim consta da própria documentação¹⁷, o móbil criador da Liga Protectora da Natureza, transportando o Eng. Baeta Neves¹⁸ sempre consigo no seu caderno de campo, as cartas que Sebastião da Gama escrevera¹⁹.

É importante que fique claro: a Liga Protectora da Natureza antecedeu os Parques Naturais e toda a legislação ambiental, o que faz de Sebastião da Gama o criador da consciência ambiental moderna em Portugal – um tema tão em voga mas cujos fundadores parecem esquecidos. E como é importante recordar os fundadores! Já o escrevia João Bigotte Chorão: «*Não há renascimento sem regresso!*»²⁰

E por isso pergunto – atentando à valorização do próprio Homem, valorização transversal a toda a sua obra e atitude perante a vida – **se a Humanidade deste Homem não valoriza Setúbal, quem o fará?**

b. O Homem que Setúbal fez Educador

Continuando o nosso caminho: que é feito do Poeta-Homem Educador?

Que é feito do jovem natural de Setúbal, mais propriamente da Freguesia de Azeitão, daquele que cantou a Arrábida como nenhum outro e que, com apenas 27 anos, deixou uma obra pedagógica inultrapassável, inigualável e intemporal (o professor José Hermano Saraiva disse um dia que se o *Diário* de Sebastião da Gama tivesse sido escrito em Inglês, seria lido em todo o mundo²¹); onde o seu inabarcável coração – a sua tremenda Humanidade – está patente nos relatos, nas memórias e na correspondência com os seus alunos, muitos deles jovens oriundos de baixas classes desta terra, a quem se oferecia para pagar os estudos ou ensinava aos seus pais – e recordem que vivíamos numa época em que o Estado não é considerado Estado Social – como poderiam continuar a estudar sem pagar as propinas²².

¹⁶ Depoimento de Joana Luísa da Gama no programa «Impacto» dedicado a Sebastião da Gama, datado de 1975–01–09, disponível no site dos Arquivos da RTP e consultável em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/sebastiao-da-gama/>

¹⁷ Consulte-se a história da Liga Protectora da Natureza através do link <https://www.lpn.pt/pt/sobre-nos/historia>

¹⁸ Idem

¹⁹ Idem

²⁰ Chorão, João Bigotte, *O Escritor na Cidade*, Editorial Verbo, Lisboa, 1986.

²¹ Depoimento de José Hermano Saraiva no programa «A Alma e a Gente VIII» dedicado a Sebastião da Gama, o poeta da Arrábida, datado de 2010–06–05, disponível no site dos Arquivos da RTP e consultável em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/sebastiao-da-gama-o-poeta-da-arrabida/>

Ora digam lá: **Se o legado pedagógico deste Homem não valoriza Setúbal, quem o fará?**

c. O Homem que levava Setúbal consigo

E que dizer, quando vemos que Setúbal jamais abandona Sebastião da Gama, para onde quer que ele vá; quando o vemos abrir a janela de Estremoz e exclamar:

«*Da nossa casa o Alentejo é verde.*

É atirar os olhos: São searas,

são olivais, são hortas... E pensaras

que haviam nossos olhos de ter sede!»²³

Em que pensava o Poeta?

Na sua terra, claro. Na sua saudosa terra que sempre amou, na sua Serra – que é verde – e no mar que banha a Arrábida – também ele, tantas vezes, verde!

Ora digam lá: **Se o amor deste Homem pela sua terra não valoriza Setúbal, quem o fará?**

d. Uma História de amor

Por fim, não posso terminar sem uma nota imprescindível; uma nota que é já um fruto do fruto, o resultado de um acto que foi a sua vida – e que é algo único e incomparável na história desta cidade: a história de amor de Sebastião e Joana Luísa não tem comparação e sendo rara na sua época, é cada vez mais invulgar.

Esta é a história da mulher que o meu poeta amou profundamente e que o amou devotada e infinitamente de volta. Joana Luísa é, simultaneamente, uma fonte e um fruto do amor verdadeiro: ela é a companheira que tudo justificou, como o afirmou Sebastião da Gama; e é a herdeira, guardiã e principal divulgadora da memória do seu amado Poeta, tendo dedicado toda a sua vida a manter vivo o legado do Homem que amou, com quem esteve casada apenas 9 meses e com quem namorou cerca de 8 anos, sendo viúva 62 anos.

Queridos ouvintes: **se esta história de amor não valoriza Setúbal, quem o fará?**

²² Tal atitude é testemunhada em diversa correspondência – ainda inédita – mantida entre Sebastião da Gama e os seus ex-alunos.

²³ Excerto do poema «Largo do Espírito Santos, 2, 2.º» in Gama, Sebastião da, *Pelo Sonho é que vamos*, 6.ª Edição, Obras de Sebastião da Gama, Vol. 4, Edições Arrábida – Sebenta Editora, Mem Martins, 2007, págs. 51–52

ANA RITA GROSSO

O MUSEU ESTÁ NA RUA. E AGORA?

Este artigo é dedicado ao Núcleo Museológico Urbano da Bela Vista, um projeto desenvolvido pela Câmara Municipal de Setúbal, em parceria com outras instituições, no âmbito de um programa de reabilitação urbana do bairro da Bela Vista e da sua zona envolvente.

Também conhecido por “O Museu Está na Rua”, este projeto nasceu de uma visão maior de requalificação de um bairro carenciado e degradado. Para além da sua função predominantemente estética, o que podemos definir como a sua coleção reflete também as vivências, passadas e presentes, das várias comunidades que habitam o bairro.

Este artigo baseia-se na comunicação apresentada nas I Jornadas Bienais de Estudos Locais de Setúbal, nos dias 13 e 14 de outubro de 2023, em Setúbal. Neste espaço destinado à partilha e divulgação de conhecimentos em torno do município, foi possível promover e divulgar a existência do Núcleo Museológico Urbano da Bela Vista.

O Bairro da Bela Vista: Passado, Presente e Futuro

Geograficamente, podemos situar o Bairro da Bela Vista na cidade de Setúbal, capital de distrito e parte integrante da Área Metropolitana de Lisboa. A forte componente industrial que caracterizou o passado desta cidade, teve um impacto direto na origem deste bairro. A instalação de várias indústrias na região, num período situado entre os anos 30 e os anos 50 do século XX, veio criar oportunidades de emprego, o que por sua vez, acabou por gerar um imenso movimento migratório de populações vindas, sobretudo, das áreas rurais do país (AO – Oficina de Arquitetos Lda, 2007a, pp. 9–10). O aumento demográfico gerado por estes fluxos migratórios acabou por se traduzir num quadro de precariedade habitacional no concelho e o Bairro da Bela Vista surge como resposta a este estado de carência, nas décadas de 60 e 70 (AO – Oficina de Arquitetos Lda, 2007a, p.10).

Numa primeira fase, o bairro é concebido para o alojamento de trabalhadores das indústrias e para as suas famílias.

No entanto, com as transformações no quadro socioeconómico da região, foi utilizado um outro tipo de abordagem em relação às estratégias de fomento habitacional. Assim, nos anos 80, são realojadas, no bairro da Bela Vista, as famílias provenientes de bairros degradados e abarracados de Setúbal (AO – Oficina de Arquitetos Lda, 2007a, p.10).

Atualmente, o território da Bela Vista e Zona Envolvente engloba os três bairros da Bela Vista (Bela Vista/Amarelo, Alameda das Palmeiras e Forte da Bela Vista), a Quinta de Santo António e a Manteigada. (Câmara Municipal de Setúbal, p.2)

De acordo com os dados apresentados no Relatório Sintético da Unidade Territorial do Bairro da Bela Vista (2007), resultado dos trabalhos realizados no âmbito da Agenda 21 Local¹, têm vindo a ser desenvolvidos, ao longo dos anos, vários estudos e projetos focados no bairro. Com base em entrevistas conduzidas aos atores locais, na recolha de informação preexistente e na observação no terreno pela equipa técnica da Agenda 21, foi elaborada uma análise SWOT², que apresenta o quadro de um bairro marcado pela exclusão social, pelo desemprego e pelo baixo nível de instrução e qualificação profissional. A existência de diferentes grupos étnicos a coabitar este espaço traduz-se por vezes em conflitos entre vizinhos, para além de outras situações pontuais de roubos, desacatos, atos de vandalismo, entre outros. Todos eles fatores contributivos para que se perpetue a imagem negativa e estereotipada do Bairro da Bela Vista (AO – Oficina de Arquitetos Lda, 2007a, pp. 29–30).

A mesma análise SWOT que permitiu identificar todos os aspetos menos positivos, considera também todos os pontos fortes e oportunidades para que se possam vir a operar profundas transformações na Unidade Territorial em questão. A existência de equipamentos como o Parque da Bela Vista, as piscinas municipais, escolas, que englobam desde o ensino básico ao ensino secundário, e equipamentos sociais de apoio a crianças, jovens e idosos, são os grandes pontos fortes deste Bairro e da sua Zona Envolvente, assim como as associações e instituições que se têm vindo aqui a instalar (AO – Oficina de Arquitetos Lda, 2007a, pp. 29–30).

¹ As Agendas 21 Locais são processos através dos quais as autoridades locais, em conjunto com diversos setores da comunidade, desenvolvem estratégias de desenvolvimento sustentável de determinada Unidade Territorial.

² SWOT é a sigla utilizada para designar Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats). A análise SWOT é uma ferramenta que permite a identificação de cenários que vão contribuir para a gestão ou planeamento estratégico dentro de uma organização/empresa.

Os dados acima mencionados referem-se a um quadro contextual com cerca de dezasseis anos. Em 2012, a Câmara Municipal de Setúbal produziu um documento orientador para o “Programa Integrado de Participação e Desenvolvimento da Bela Vista e Zona”, também ele baseado nos dados recolhidos em 2007. Sendo que no decorrer do processo de investigação, que levou à apresentação em formato de comunicação e à produção deste artigo, não foram encontrados novos estudos ou outros dados mais recentes, é com base nos anteriores que se caracteriza o presente do Bairro da Bela Vista.

Quanto ao futuro, o Relatório sobre “Vetores de Intervenção Estratégica e Quadro Programático da Unidade Territorial Bairro da Bela Vista”³ apresenta algumas propostas para que se criem condições que permitam a requalificação urbana e ambiental do bairro, assim como a melhoria da qualidade de vida dos moradores (AO – Oficina de Arquitetos Lda, 2007b, p. 8). O que é proposto, é que se aposte nas relações inter e intra-comunitárias, no desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos habitantes, na reabilitação e requalificação das unidades habitacionais e dos espaços exteriores comuns, na criação de equipamentos coletivos e espaços verdes e no reconhecimento e valorização de identidades culturais e competências (AO – Oficina de Arquitetos Lda, 2007b, p. 8).

Este estudo estratégico da Agenda 21 Local, aliado a outros estudos, como o do modo de vida populações do bairro e a ações que englobam, a título de exemplo, a criação do Observatório Social da Bela Vista, a intervenção no terreno dos Serviços Municipais e de Associações locais, resultaram na criação do Programa de Regeneração Urbana da Bela Vista e Zona Envolvente – RUBE⁴ (Câmara Municipal de Setúbal, 2009, p.3).

É no contexto deste programa e da urgência em dar resposta às necessidades identificadas pelos vários estudos efetuados na unidade territorial em questão, que surge o projeto do Núcleo Museológico Urbano da Bela Vista.

³ Este relatório é na realidade um ponto de situação sobre os trabalhos que em 2007 se desenvolviam no âmbito da Agenda 21 da Unidade Territorial da Bela Vista. Este relatório identifica também os cinco principais vetores estratégicos para o desenvolvimento sustentável do bairro.

⁴ Programa que define estratégias desenvolvidas pelo Município de Setúbal, em conjunto com outros agentes económicos e sociais da cidade, no sentido de promover a regeneração urbana do bairro e ao mesmo tempo facilitar e melhorar a qualidade de vida das populações.

O Núcleo Museológico da Bela Vista: Projeto

O Núcleo Museológico da Bela Vista ou “O Museu Está Na Rua” encontra-se instalado no Bairro da Bela Vista em Setúbal. Este projeto nasce da necessidade de intervir na área, não só em termos de requalificação urbana dos espaços, mas também a nível social, económico e cultural. Foi feito um investimento de cerca de 300.000,00 Euros, sendo que metade desse valor terá sido investido pela Câmara Municipal de Setúbal e o restante pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Estiveram também envolvidas neste projeto instituições como o Instituto de Emprego e Formação Profissional, a Fundação Escola Profissional de Setúbal e o Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) (Câmara Municipal de Setúbal, 2009, p.41).

Os seus objetivos gerais passam pela criação de um museu ao ar livre, onde os elementos de arte pública são integrados no tecido urbano. Estes são criados a partir de equipamentos industriais desativados, resgatados de estaleiros existentes na cidade, e contam com a participação ativa das populações locais na sua produção (Câmara Municipal de Setúbal, 2009, p.41).

Este projeto procura a transformação da imagem pública deste território, atraindo ao bairro populações exteriores, incutindo, ao mesmo tempo, um sentido de pertença nas populações locais e a preservação da memória histórica da cidade de Setúbal (Câmara Municipal de Setúbal, 2009, p.41).

Essencialmente, o Núcleo Museológico Urbano da Bela Vista pode ser enquadrado dentro de uma estratégia de reabilitação física do espaço público, que ao mesmo tempo acaba por contribuir para a união das várias comunidades que constituem o bairro.

Coleção, Exposição e Mediação

Podemos definir o termo coleção como um conjunto de objetos, agrupados de forma coerente, capazes de ilustrar determinada narrativa a quem os observa (Pomian, 1994, pp.173).

A coleção do Núcleo Museológico Urbano é constituída por dezasseis esculturas, criadas a partir de equipamentos industriais desativados, como já referido. Aqui, entra a componente ecológica deste projeto, visto que grande parte destes equipamentos, condenados à destruição, não poderiam sequer ser regenerados e acabam por adquirir um novo valor ao ser transformados em peças escultóricas (Câmara Municipal de Setúbal, 2009, p.42).

Para o desenvolvimento desta coleção foi selecionado o artista João Limpinho. O escultor licenciou-se em Escultura pela Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa⁵ e, à semelhança do

que acontece com as obras do Núcleo Museológico, o seu trabalho é marcado pela utilização de ferro e materiais industriais e reciclados nas suas criações. João Limpinho faleceu em 2015, deixando como legado não só a coleção do Núcleo Museológico, mas também várias outras obras espalhadas pelo país.⁶

Embora este projeto tenha como pano de fundo a requalificação da área urbana, existe também uma componente histórico-cultural que lhe está associada. Nela vemos refletido o passado recente da região, nos materiais utilizados como matéria-prima das suas esculturas, tal como o reflexo dos diferentes valores culturais das comunidades que habitam o bairro, uma vez que se envolveram no processo criativo os próprios moradores do bairro (Câmara Municipal de Setúbal, 2009, p.41).

O Núcleo Museológico foi pensado na origem para se encaixar dentro dos parâmetros de um museu a céu aberto⁷. As esculturas que compõem a sua coleção misturam-se na paisagem urbana e a visita à exposição acaba por se transformar numa incursão pelo bairro. A forma mais prática de o fazer será com recurso a um folheto informativo, disponibilizado no Centro de Interpretação do Museu Está na Rua, na Biblioteca Municipal – Polo da Bela Vista, onde também se encontram disponíveis outras informações sobre o Núcleo.

No que diz respeito à mediação, isto é, à forma como é feita a comunicação entre a coleção e o público, a estratégia adotada surge na forma de uma proposta de atividades, criada em colaboração com a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal. Estas atividades incluem visitas guiadas, com diferentes percursos temáticos, onde cada um oferece a sua abordagem à coleção, assim como um projeto educativo destinado às escolas do Agrupamento da Ordem de Santiago.

Envolvimento Comunitário

A valorização do potencial impacto do setor cultural na vida de comunidades desfavorecidas ou sujeitas a processos de exclusão social tem vindo a contribuir, nas últimas décadas, para que os Estados e os seus organismos administrativos, tal como as entidades internacionais como a CE, a UNESCO ou OCDE, de-

⁵ Associação dos Antigos Alunos da E.I.C.E. – Escola Gabriel Pereira. Disponível em: <http://aaaeice.blogspot.com/2015/06/joao-limpinho-curriculum.html> [consultado a 15 de março de 2024]

⁶ Destaco aqui as peças “Pavão” (Grândola), “Sem Título” (Castelo de Sesimbra), “Fada” (Sintra). Disponível em: https://viajaredescobrir.blogspot.com/2010/10/portugal-castelo-escultura_6884.html [consultado a 15 de março de 2024]

⁷ Isto é, um museu cuja coleção, ao contrário do que acontece num museu tradicional, não se encontra ao abrigo de um edifício.

envolvam políticas públicas no sentido de incentivar o acesso universal à cultura e às artes (Ferreira, 2015, p.48).

Um aspeto particularmente importante ligado a esta questão é o envolvimento comunitário. A participação em atividades de teor cultural e artístico vem beneficiar estas comunidades mais expostas ao isolamento social, cultural e económico, no sentido em que promove o desenvolvimento de competências e viabiliza a aquisição de novas aprendizagens (Ferreira, 2015, p.48).

Este envolvimento comunitário assume contornos diversos consoante os grupos a que se aplica. No entanto, é através da participação ativa de indivíduos das comunidades locais em determinada ação ou de iniciativas dirigidas a públicos-alvo específicos que se chega a estas populações em risco (Ferreira, 2015, p.52).

O Núcleo Museológico Urbano da Bela Vista, embora não seja caso único no que diz respeito a estratégias de envolvimento das comunidades residentes em projetos artísticos e culturais, continua a destacar-se no panorama museológico pela sua componente social. Numa fase inicial, a participação dos moradores do bairro neste projeto surge na forma da partilha de informação e das suas contribuições durante o processo criativo (Ferreira, 2015, p.54).

O resultado desta participação são esculturas como “Casal Cigano” e “África”, que integram a coleção do Núcleo Museológico. Estas permanecem como símbolo da diversidade cultural que caracteriza o Bairro da Bela Vista, reflexo de histórias e percursos de vida diferentes e de representações físicas das comunidades que aqui residem.

De uma outra abordagem à questão do envolvimento comunitário nascem esculturas como “Metamorfose” e “Plano-Sequência”, criadas tendo em vista uma participação continuada no tempo.

Foram pensadas também iniciativas como o “Festival da Primavera” e o festival bienal de artes urbanas “Nova Viagem”⁸. O “Festival da Primavera” inclui a pintura periódica da escultura “Metamorfose” pelos alunos do 1º ciclo da rede escolar do concelho. Já a iniciativa “Nova Viagem”, cujo público alvo serão os jovens, prevê a pintura de painéis amovíveis da escultura “Plano-Sequência”⁹.

⁸ Página da Câmara Municipal de Setúbal – Núcleo Museológico Urbano: <https://www.mun-setubal.pt/museu-esta-na-rua/?highlight=nucleo%20museol%C3%B3gico%20urbano> - [consultado a 15 de março de 2024]

⁹ Página da Câmara Municipal de Setúbal – Núcleo Museológico Urbano: <https://www.mun-setubal.pt/museu-esta-na-rua/?highlight=nucleo%20museol%C3%B3gico%20urbano> - [consultado a 15 de março de 2024]

O Museu Está na Rua...e agora?

Tal como referido no início deste artigo, o que aqui se pretende é chamar a atenção para a existência do projeto “O Museu Está na Rua” ou Núcleo Museológico Urbano da Bela Vista.

Este, mais do que reabilitar os espaços públicos da unidade territorial que abrange, apostou na componente social, no combate à exclusão social, à precariedade socioeconómica e à violência, em linha com aquilo que seriam também os objetivos de outras iniciativas e projetos desenvolvidos pela Câmara Municipal de Setúbal e outras instituições.

Sempre existiu a ideia de prolongar a relação entre os moradores e o Núcleo Museológico, através de atividades capazes de trazer até às comunidades residentes a cultura, a educação e as artes.

Não se tratando aqui de um espaço dedicado ao diagnóstico do funcionamento do Núcleo Museológico Urbano¹⁰, é necessário alertar para o facto de que este projeto pouco evoluiu desde a sua criação. Existe hoje como um projeto, que embora possa não ter sido completamente abandonado, continua ainda com objetivos por cumprir.

Como acontece com qualquer outra instituição museológica, e porque este projeto se identifica como tal, não basta ter uma coleção e expô-la ao público. Não basta abrir portas, ou neste caso um bairro inteiro, e esperar que o que está exposto fale por si. É importante continuar a assegurar a componente social deste projeto dentro do próprio bairro e ao mesmo tempo garantir a participação de agentes exteriores para que este se mantenha vivo.

Não querendo enveredar por outras questões técnicas, termina este artigo salientando a urgência de refletir sobre uma questão apenas: O Museu Está Na Rua...e agora?

¹⁰ Existe esse trabalho de diagnóstico, parte do trabalho de projeto intitulado “Núcleo Museológico Urbano – Diagnóstico e Propostas para um Programa Museológico”, elaborado em 2021, como prova para conclusão de Mestrado em Museologia, pela autora deste artigo.

Bibliografia

Câmara Municipal de Setúbal (2009) *Bairros da Bela Vista e Zona Envolvente*. Candidatura ao Projeto RUBE – Regeneração Urbana da Bela Vista e Zona Envolvente, Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal.

Câmara Municipal de Setúbal (2012) *Programa Integrado de Participação e Desenvolvimento da Bela Vista e Zona Envolvente. Documento Orientador*, Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal.

Ferreira, C. (2015) “Envolvimento Cultural Comunitário”, *CesContexto: Paisagens Socioculturais Contemporâneas*, nº12, pp.48–56. Disponível em: <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/81037/1/O%20envolvimento%20cultural%20comunit%C3%A1rio.pdf> [consultado em 03 de março de 2024]

OA – Oficina de Arquitetura, Lda. (2007)^a *Relatório Diagnóstico Sintético do Bairro da Bela Vista*. Agenda 21 da Unidade Territorial Bairro da Bela Vista, Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal.

OA – Oficina de Arquitetura, Lda. (2007)^b *Relatório Vetores de Intervenção Estratégica, Quadro Programático e Fichas de Ação*. Agenda 21 da Unidade Territorial Bairro da Bela Vista, Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal.

Pomian, K. (1994) “The collection: between the visible and the invisible”, in Pearce, S. *Interpreting objects and collections*, Routledge, Londres e Nova Iorque, pp. 160–174.

NOTAS BIOGRÁFICAS DOS AUTORES

Beatriz da Silva Felício

Licenciada em História e Arqueologia pela Universidade de Évora, frequenta atualmente o mestrado em História, na vertente de História Medieval, na mesma instituição. É membro colaborador do Centro de História da Arte e Investigação Artística e os seus interesses de investigação recaem sobre as comunidades judaicas peninsulares no âmbito da História Social e Religiosa.

Márcia Lima Soares

Nasceu em Setúbal em 1983. Em 2001, ingressou na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, onde terminou a licenciatura em Estudos Portugueses e Ingleses. Trabalhou como professora e explicadora. No ano de 2014 terminou o mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares e defendeu, com sucesso, a sua tese sobre a profecia na literatura portuguesa. Atualmente frequenta o doutoramento em Estudos Medievais numa parceria entre a Universidade Aberta e a Universidade Nova de Lisboa, tendo dado início à investigação para a sua tese com o título O mosteiro de Jesus de Setúbal e as freiras clarissas: a fundação e a construção de uma comunidade (finais do século XV e inícios do século XVI).

Rui Manuel Mesquita Mendes

Licenciado em História (FLUL) com Pós-Graduação em História Moderna (FCSH-UNL).

Historiador e Investigador colaborador do Instituto de História da Arte (ARTis-FLUL) e do Grupo de Estudos de Lisboa LxSt (IHA NOVA FCSH / IN2PAST). É membro da APHA (Associação Portuguesa de Historiadores de Arte).

Ricardo Fernandes

É natural de Setúbal e tem 41 anos de idade. É licenciado em História pela Universidade Aberta e o presente trabalho foi o estudo desenvolvido pelo autor para a Unidade Curricular de Seminário.

António Serra

Licenciado em História e Pós-graduado em História Medieval pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Mestrando em Estudos do Património. Atualmente exerce funções de Assistente Técnico de Museologia no Museu de Setúbal/Convento de Jesus.

Marisa Duarte

Licenciada em Arqueologia e História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 2007. Participou em diversas campanhas arqueológicas, nomeadamente o acompanhamento de obras da Setúbal Pólis, Empreitada de Requalificação da Avenida Luísa Todi e Espaços Envolventes em 2007/2008. Atualmente encontra-se afeta ao Museu de Setúbal/Convento, como Assistente Técnica de Museologia.

João Silva

Natural de Setúbal. Licenciado em História e mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL) e doutorando no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), com uma tese sobre futebol e trabalho. A sua investigação incide, principalmente, em história do desporto e do lazer, história social, cultura popular e história urbana nos séculos XIX e XX, tendo lecionado a cadeira de “História Contemporânea: Economia e Sociedade” na FLUL.

Eupremio Scarpa

Italiano de Milão, vive em Portugal desde 2001. Licenciado em Ciências Políticas com uma tese em História Contemporânea e bacharel em Educação Social. Trabalha como educador em bairros sociais. Sempre se interessou em história do desporto, principalmente futebol. Em Portugal pesquisou, no âmbito dos projetos onde colaborava, sobre coletividades, privilegiando tanto a vertente desportiva como a político-social. Dinamizador do projeto *Vintage Football City Tour* (roteiros da história do futebol português), colabora com fanzines, revistas e o Arquivo Ephemera.

Alberto de Sousa Pereira

É professor já aposentado e historiador local, especialista em história contemporânea. Foi autor de quatro livros, três dos quais em co-autoria. Em 2023 ano publicou o livro *Anais de Setúbal do Século XX – Uma cronologia ilustrada*, em co-autoria com José Manuel Madureira Lopes.

Há mais de dez anos que presta serviço voluntário no Arquivo Américo Ribeiro da CMS onde colabora na organização e exploração das diversas bases de dados do espólio daquele fotógrafo setubalense.

Francisca Ribeiro

Licenciada em História, com Variante em História da Arte (1987), pela FLUL e pós-graduada em Museologia pela Universidade Lusófona, Lisboa (1995). Técnica superior da Câmara Municipal de Setúbal, desempenha funções no Museu de Setúbal/Convento de Jesus desde 1988. A sua atividade profissional inclui a participação em projetos culturais, patrimoniais e educativos do Serviço dos Museus Municipais. Exerce funções de conservadora/museóloga, gerindo as coleções de arte e comissariando e/ou coordenando exposições nas áreas da História da Arte, História Local e Artes Plásticas. Entre outras funções, inventaria, pesquisa e estuda bens incorporados e redige, além de documentos técnicos, textos de divulgação das coleções e de contextualização histórica, artística, patrimonial, em conformidade com as temáticas expositivas.

Lourenço de Morais

Frequentou e frequenta o ISCTE e a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Trabalha em Lisboa, num escritório de Advogados, onde exerce funções de gestão. É paralelamente o Presidente da Direção da Associação Cultu-

ral Sebastião da Gama, onde se dedica a partilhar a história do poeta e de Joana Luísa sua mulher.

Ana Rita Tavares Grosso

Natural de Setúbal, licenciou-se em Arqueologia em 2012, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Em 2021, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, prestou provas de Mestrado em Museologia, sob a Orientação da Dr.ª Emília Ferreira, com a apresentação do trabalho de projeto intitulado “Núcleo Museológico Urbano da Bela Vista. Diagnóstico e Proposta para Elaboração de um Programa Museológico”. Entre 2014 e 2016 foi voluntária no The Pen Museum, em Birmingham. Atualmente ao serviço do Museu de Setúbal/Convento de Jesus, como Assistente Técnica de Museologia.

FOTOGRAFIAS DO EVENTO





Escolas do Sado ganharam melhores condições de aprendizagem e trabalho p10

REGRESSO AO PASSADO

Jornadas Bienais destacam papel da história na construção da identidade territorial

Primeira edição do evento destacou a responsabilidade da autarquia na defesa do património material e imaterial

Tiago Jesus

A primeira edição das Jornadas Bienais de Estudos Locais de Setúbal teve como principal destaque o papel da história local na construção da identidade territorial e a responsabilidade da autarquia na defesa do património material e imaterial de Setúbal. O evento da passada sexta-feira, organizado pela Câmara Municipal de Setúbal, reuniu, no Mercado do Livramento, vários especialistas para analisar temas relacionados com vários aspectos da "história do concelho, referentes a épocas distintas". Pedro Pinha, vereador da Cultura, destacou a importância de "conhecer, estudar e investigar o passado" para melhor perceber o futuro, sublinhando também que as jornadas são sinal da "importância" dada pela autarquia sadina à história local, destacando o trabalho desenvolvido ao longo dos anos pelo município "na promoção de espaços de debate sobre o património material e imaterial do concelho". Já Diogo Ferreira, investigador da Câmara Municipal, assinalou que o encontro é "uma oportunidade para os historiadores se conhecerem e partilharem mais conhecimento".



Evento reuniu vários especialistas para analisar temas relacionados com a história do concelho

A primeira edição das jornadas continuou com uma apresentação a cargo de Beatriz da Silva, que 'educou' a plateia sobre a presença de judeus em Setúbal durante o século XV. "A comunidade judaica de Setúbal habitava o espaço central dentro das muralhas, entre Santa Maria e São Julião. Para todo o século XV, há referência de 120 judeus em Setúbal, a maioria eram profissionais dedicados aos têxteis", divulgou a historiadora.

O encontro prosseguiu com uma intervenção de Ana Cláudia Silveira, investigadora que falou do protagonismo, durante a época medieval, das instituições locais de assistência, como a Confraria de Nossa Senhora da Anunciada ou o Hospital de João Palmeiro, que davam, por exemplo, apoio a peregrinos.

Já o chefe do Gabinete de Promoção e Divulgação do Património Histórico, José Luís Catalão, falou

sobre o mosteiro de Setúbal e as freiras clarissas. "A maior parte das pessoas chama convento ao mosteiro de Jesus, que é o nome mais apropriado, porque acolhia monjas", referiu.

As Primeiras Jornadas Bienais de Estudos Locais de Setúbal incluíram ainda, no sábado, 14 de Outubro, entre as 10h00 e as 12h00, um passeio a bordo da embarcação Maravilha do Sado.

NOVO VIDEOCLÍPE

Mastiksoul escolhe cidade do Sado como plano de fundo

O músico, produtor e DJ português, Mastiksoul, filmou um videoclipe, da música 'Animal Nocturno', num ferry boat abandonado, na zona da Mitrena, em Setúbal. A preparação e a gravação do vídeo contaram com o apoio da Câmara Municipal de Setúbal.

O produtor e DJ português Mastiksoul apresentou mais um tema com o objectivo de "fazer furor nas plataformas digitais e nas pistas de dança". A nova música 'Animal Nocturno' conta com a colaboração vocal de Laton, um dos músicos e produtores mais consagrados de Angola, que iniciou a sua carreira com os Kalibrados.

O vídeo que acompanha o tema 'Animal Nocturno' foi gravado em Setúbal num ferry boat abandonado, na zona da Mitrena. Mastiksoul explica que foi um projecto com alguma preparação. "Tivemos cerca de dois meses de planeamento para que o vídeo tivesse a melhor performance possível. Foi sem dúvida um grande desafio para uma produção que integrou mais de 150 pessoas".

Para Mastiksoul este tema "é uma música de festa, e como o próprio nome indica procura ter um vídeo que representasse todo um ambiente MAD MAX".

A maioria das pessoas envolvidas foram estudantes ligados à escola de dança 'Ai a Dança'. Mastiksoul esclarece que esta gravação só foi possível graças ao esforço colectivo de todos os envolvidos. "Tivemos o apoio dos pais das estudantes que vão acompanhar todo o processo. Para mim como pai e artista, não há nada mais bonito que fazer um projecto com estas características".



26 DE OUTUBRO

'Casa de Bernarda Alba' em estreia no Fórum Luísa Todi

As histórias de mulheres enclausuradas e privadas de amor por imposição da mãe vão estreiar no Fórum Municipal Luísa Todi: 'A Casa de Bernarda Alba', de Frederico García Lorca, com o TAS - Teatro Animação de Setúbal, terá a primeira exibição no próximo dia 26 de Outubro.

Esta produção do TAS, encenada por Duarte Victor, conta com interpretação de Célia David, Cristina

Cavalinhos, Maria Simões, Isabel Galinho, Andreia Trindade, Rita Ferraz, Susana Dagaf, Cláudia Aguiço e Iris Wickings. A peça estará em cena nos dias 26 e 28, às 21h00, 27, às 15h00, numa sessão especial para escolas, e 29, às 17h00.

Em nota de Imprensa, a autarquia sadina explica que esta peça, considerada como "uma das melhores obras de Lorca", escrita em 1936,

mostra como um "poder autoritário, intolerante, repressor da liberdade sexual das mulheres e que esmaga o outro na sua individualidade e diferença, gera inevitavelmente a revolta e a luta pela liberdade".

'A Casa de Bernarda Alba', com tradução de Luíza Neto Jorge, tem música de A Garota Não, com Renato Sousa na guitarra flamenca e Iuri Oliveira na percussão, sendo Sérgio

Mendes responsável pela gravação e edição.

Quanto ao espaço cénico e vídeo, a responsabilidade é de João Borda, já os figurinos são de Sara Rodrigues, o design gráfico de Luís Valido e o desenho de luz de Álvaro Presumido.

Os bilhetes, com um custo de dez euros para o público em geral e de cinco para maiores de 65 e estudantes, estão à venda no Fórum Municipal Luísa Todi.

I JORNADAS 13 e 14 de outubro BIENAS '23 DE ESTUDOS LOCAIS DE SETÚBAL

Auditório do Mercado do Livramento | Setúbal



EDIÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL | 2025

